

TRILOGIA
PA TARUMÃ MIRIM-AM
...
LIVRO 2

ASSENTAMENTOS RURAIS E DOIS BRASIS BEM BRASILEIROS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO PA TARUMÃ MIRIM-AM



*Águida Meneses Valadares Demétrio
Rita Maria dos Santos Puga Barbosa*

Atena
Editora
Ano 2020

TRILOGIA
PA TARUMÃ MIRIM-AM
...
LIVRO 2

ASSENTAMENTOS RURAIS E DOIS BRASIS BEM BRASILEIROS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO PA TARUMÃ MIRIM-AM

*Águida Meneses Valadares Demétrio
Rita Maria dos Santos Puga Barbosa*

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia

Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^a Dr^a Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Assentamentos rurais e dois
Brasis bem brasileiros: uma pesquisa
etnográfica no PA Tarumã Mirim-AM**

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: As autoras
Autoras: Águida Meneses Valadares
Rita Maria dos Santos Puga Barbosa

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

V136a Valadares, Águida Meneses
Assentamentos rurais e dois Brasis bem brasileiros
[recurso eletrônico] : uma pesquisa etnográfica no PA Tarumã
Mirim-AM / Águida Meneses Valadares, Rita Maria dos Santos
Puga Barbosa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-192-3
DOI 10.22533/at.ed.923201507

1. Assentamento rural – Tarumã Mirim (AM). 2. Etnografia.
3. Agricultura familiar. I. Barbosa, Rita Maria dos Santos Puga.
II. Título.

CDD 303.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Dedico esta obra aos homens e mulheres que na terra amazonense labutam em busca de sustento e honra, porque a partir dos seus cultivos, extrativismo e criatórios geram os alimentos que nutrem a todos, no campo e nas cidades.

Das suas mãos calejadas vem o resultado da semente que brota, se rompe no solo, transformando-se em sustento e sustentabilidade, em uma simbiose entre terra, água e ar, formando a matéria-prima da vida, que são os banquetes a comporem a nossa mesa e recheiam o nosso prato.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, perseverança e disposição em pesquisar e escrever, porque Dele vem toda força e persistência para continuar publicando os resultados dos trabalhos acadêmicos.

Agradeço também à família, porque dela vem as minhas raízes, através dos meus antecessores, e para ela vai todo meu empenho, a essa e às futuras gerações, numa sucessão de genética e amor.

Aos amigos, que sempre me apoiaram, acreditaram nas obstinações pelos relatos e registros das percepções, sensações e observações, provenientes do que detecto e sistematizo, através da persistência.

Aos meus professores, que sempre me incentivaram a permanecer escrevendo, registrando os resultados dos meus estudos.

Meus mais sinceros agradecimentos ao designer e artista plástico, **Leandro Monteiro**, pelo talento e capacidade em criar obras que instigam ao voo imaginário da emoção, entre conteúdo e suposição, a representar a capa desta obra. Suas obras (não somente esta capa) atizam a imaginação além do visual, nos fazendo percorrer caminhos lúdicos no hábito do pensamento, nos levando a uma viagem de beleza e criatividade.

Escrever vai além de um simples registro gramatical, pois a escrita se sobrepõe aos símbolos, porque se transforma em “vida”, que conta a sua história e faz nascer no seu tempo as suas verdades, mesmo que contestatórias ou intrigantes.

APRESENTAÇÃO

Águida Meneses Valadares Demétrio é graduada em Ciências Contábeis e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, sua experiência de vida a conduziu vislumbrar apoio a famílias, cujos filhos e parentes se envolveram no uso de drogas psicotrópicas. Essa contribuição vem por meio de palestras e livros de autoajuda, que até o momento publicou sete sob os seguintes títulos: *Quando a semente germina; Algemas da alma; Cristais do amanhecer; Lucros da vida; Drogas? Prazer e morte; Conversa de mãe e Quebrando paradigmas.*

Este que vos apresento – *ASSENTAMENTOS RURAIS E DOIS BRASIS BEM BRASILEIROS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO PA TARUMÃ MIRIM-AM* – é extensão de sua dissertação de mestrado, portanto segue uma abordagem acadêmica alicerçada em pesquisa de campo de viés etnográfico com apoio de Geertz (2008) e Malinowski (1978) realizada em um assentamento localizado no Tarumã Mirim, zona rural do município de Manaus-AM, que se constitui por leis, representatividades, normatizações, projetos e planos governamentais. Mas não é só isso. A pesquisa de campo traz à tona o que poucos conhecem: o que os moradores vivenciam em seu cotidiano quanto as suas especificidades nas relações sociais, precariedades nas vias de acesso ao loteamento dificultando a mobilidade das pessoas, o escoamento de produtos, porém não deixa de registrar a beleza cênica do lugar. Esse olhar analítico, sustentado por teoria e a pesquisa participante, faz enxergar as contradições e conduz a autora denominar de Brasil Ideal e Brasil Real, daí a ideia do título da obra.

A autora enfatiza que os assentamentos são divididos em dois grupos: a) os criados por meio de obtenção de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs); e, b) e aqueles implantados por instituições governamentais para acesso às políticas públicas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). É no primeiro grupo que o assentamento Tarumã Mirim se enquadra, lócus da pesquisa.

O livro é escrito em parceria com a profa. Rita Maria Puga Barbosa e dividem-no em duas partes e quatro capítulos:

Parte 1, A JURIDICIDADE: O BRASIL IDEAL, composta pelos capítulos:

a) Terra, Sociedade e Estado, que trata da normatização do assentamento. A relação dos indivíduos com o Estado, critérios e condicionantes exigidos para o assentamento.

b) A origem do projeto de assentamento Tarumã Mirim, aborda a forma como os indivíduos – pessoas físicas – para terem voz e poder, se tornam um, isto é, pessoa jurídica (Associação dos Assentados, Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Ramal do Afatam), denominado pela autora de transubstanciação.

Parte 2, A REALIDADE: O BRASIL REAL é composto pelos capítulos:

a) Horizonte paralelo um mundo à parte no PA Tarumã Mirim, trata do cotidiano rural, da vida na roça e suas práticas socioculturais em meio ao ambiente de clima quente e úmido, seguindo o ciclo natural para cultivar a terra e produzir de olho no mercado onde ocorre

comercialização dos produtos que servirão à mesa de muitas famílias. Diferentemente dos centros urbanos, muitos assentados ainda vivem longe do ambiente virtual, cercando-se em meio ao som das águas, dos insetos e a paisagem natural.

Essa excentricidade amazônica, de paisagismo natural, porém terras pobres de nutrientes que desfavorecem a produção agrícola, desencadeia dentre outros fatores, a apropriação da terra para espaço de lazer, o que contradiz as regras de produção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e se torna um empecilho à legalização da mesma.

A caracterização da área de investigação revela as estradas e vicinais e as dificuldades da mobilidade humana e os meios de transporte, em período de chuva; a precariedade do sistema de saúde; a questão da habitação; a escola e as expectativas, os sonhos perseguidos.

Embasado em Baldino et al 2015), Bagno (2008; 2007 e 2003) e D’Olivo (2018), registra o linguajar caboclo em sua fonética regional, dentro do universo das variações linguísticas. Por outro lado, com precisão da discriminação auditiva, a autora revela, por meio das narrativas, o quão precário está a escolaridade no campo:

Óia dona moça. Num é mintira não. A coisa é braba aqui, viu? É a gente pulá da frigidêra na brasa quente. A gente só tem duas opção. Morrê de fomi, ou murrê di priguiça, purquê a gente inté disanima de trabaiá, e di vêiz inquando perde tudo, purquê num consegue sair cum a produção quando chove. Eu, qui pranto chêro verde, chega o dia de tirá, se tive chovendo muito, num tem jeito, purquê o fretêro só entra pra pegá a prudução si tivé cum sol. Si as istrada tivé sêca. Vai fazê o quê, né dona? (ENT-21).

b). A face oculta do Tarumã Mirim. É onde a autora, como o próprio título traz, registrada aquilo que está sendo vivido e pouco percebido. Apoiada na leitura de Foucault (2013), nos traz uma leitura do panóptico e faz as adequações para o campo pesquisado, destacando o papel do INCRA nesse processo nas condições de vigiar e punir por meio de mecanismos de controle, disciplinador e poder pelo qual os assentados são submetidos.

A leitura contínua instiga o leitor a se aprofundar nas questões postas estimulando novas pesquisas, dado as particularidades nesses Brasis. Em suas considerações, a autora finaliza deixando sugestões construtivas para melhor andamento, gerenciamento e produtividade que pode vir a ser desencadeado no assentamento Tarumã Mirim, assim como, sem pretensão generalizadora, a outros assentamentos.

Por fim,

O conhecimento se expressa na oralidade e se reifica no grafismo de alguém,

Ele, o conhecimento, esclarece, reverbera e distancia o outro alguém.

Gláucio Campos Gomes de Matos
Doutor pela UNICAMP; Prof. Da FEFF e do PPGSCA/IFCHS da Universidade
Federal do Amazonas –UFAM.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
ABSTRACT.....	2
INTRODUÇÃO.....	3

PARTE I A JURIDICIDADE: O BRASIL IDEAL

CAPÍTULO 1.....	10
1. Terra, Sociedade e Estado.....	10
1.1 Um olhar institucional aos assentamentos rurais.....	11
1.2 Políticas Públicas: Assentamentos e Agricultura Familiar.....	11
1.3 Norteamentos Institucionais aos Assentados Através do Incra.....	13
1.4 Os Vieses da Agricultura Familiar.....	16
1.5 Considerações Parciais.....	19
CAPÍTULO 2.....	22
2. A ORIGEM DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM.....	22
2.1 A Face Jurídica de uma Comunidade Rural.....	23
2.2 A Voz que fala e as vozes que se calam: A Transubstanciação.....	25
2.3 A Representatividade da Associação.....	26
2.4 A Associação da Comunidade Afatam.....	28
2.5 As Forças se Fortalecem na Coletividade.....	30
2.6 Escoamento e Comercialização dos Produtos.....	31
2.7 Transferindo a Transubstanciação.....	32
2.8 Considerações Parciais.....	34

PARTE II A REALIDADE: O BRASIL REAL

CAPÍTULO 3.....	39
3. HORIZONTE PARALELO: UM MUNDO À PARTE NO PA TARUMÃ MIRIM.....	39
3.1 Premissas Básicas de um Projeto de Assentamento Rural.....	40

3.2 A Pesquisa de Campo.....	42
3.3 Considerações Parciais	70
CAPÍTULO 4	71
4. A FACE OCULTA DO TARUMÃ MIRIM.....	71
4.1 O Panóptico na Visão Focaltiana.....	72
4.2 O Incra e a Percepção Panóptica	76
4.3 Considerações Parciais	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85
SOBRE AS AUTORAS	92

ASSENTAMENTOS RURAIS E DOIS BRASIS BEM BRASILEIROS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO PA TARUMÃ MIRIM-AM

Os assentamentos rurais são geridos por órgãos institucionais, normatizados através de leis, decretos, projetos, formando o Brasil Ideal. Primordialmente cinco aspectos elementares carecem de apoio governamental para o desenvolvimento socioeconômico desse segmento rural: saúde pública, educação escolar, condições de trafegabilidade, cursos capacitatórios, liberação de subsídios. Por outro viés, há o Brasil Real, vivenciado através dos agricultores familiares, nos enfrentamentos às dificuldades cotidianas e/ou aos entraves burocráticos. Pesquisa pelo método etnográfico, coleta de dados pela técnica da observação participante com 70 assentados, registros em Diário de Campo, analisados os cinco aspectos citados, com resultados quanti e qualitativos. Essa dualidade de olhares entre o Brasil Ideal e o Brasil Real evidenciou dois brasis bem brasileiros, demonstrando que quando teoria e prática não se harmonizam, comprometem os aspectos socioeconômicos dos assentamentos rurais em sua essência, que é a agricultura familiar. O INCRA representa o diagrama do poder exercido sobre os assentados, enquanto esses se utilizam de “jeitinho brasileiro”, formando uma dualidade antagônica, ao invés de complementares.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições Governamentais. Assentamentos Rurais. Agricultura Familiar. Produtividade. Tarumã Mirim.

RURAL SETTINGS AND TWO BRAZILS VERY BRAZILIANS: AN ETHNOGRAPHIC RESEARCH IN PA TARUMÃ MIRIM-AM

The rural settlements are managed through institutional organizations and established through laws, statute, projects, and forming an Ideal Brazil. Primarily, five elementary aspects need support from the government to develop socio-economically from those rural segments: Health service, school education, traffic conditions, qualification courses, and release of subsidies. On the other hand, there is a real Brazil lived by families farmers that face daily difficulties and the bureaucratic barriers. Research made by the ethnographic method, data collected by the technique of participant observation with 70 settlers. Records in a field diary analyzed the five aspects mentioned with the quantitative and qualitative result. This duality of views between Ideal Brazil and Real Brazil evidenced two Brazils “way Brazilian”, demonstrating when theory and practice do not harmonize they compromise the socioeconomic aspects of rural settlements in your essence. Which is family agriculture. The INCRA represents the diagram of the power exerted upon the settlers, while those explore “Brazilian way” [jeitinho brasileiro] making an antagonistic duality instead of complementary.

KEYWORDS: Government institutions. Rural settlements. Family farming. Productivity. Tarumã Mirim.

Para entender um projeto de assentamento rural gerido pelo Estado, é necessário mais que alguns olhares, breves perguntas, ou espaçadas observações, porque essas unidades agrícolas são compostas por nuances específicas, interligando normatizações governamentais e vivência rural. De um lado as leis normatizadoras, a conduzir e orientar, e, de outro, a realidade vivenciada por agricultores familiares.

Nesse intermédio entre um e outro existe um espaço (simbólico?) entre o urbano e o rural, a instigar conhecimentos. Quando o interesse busca o aprofundamento a esses conhecimentos, particularmente em conhecer o projeto de assentamento Tarumã Mirim, localizado na zona rural de Manaus, no Amazonas, mais especificidades o envolve, devido a três fatores relevantes que o representa:

- a) proximidade da metrópole;
- b) natureza (ainda) exuberante;
- c) abundância de águas.

Esses fatores instigam à utilização dos sítios somente para o lazer, e não para produtividade agrícola, e tais fatos (bem como tantos outros que afloraram ao longo da pesquisa) nos remeteram a mundos paralelos, em que normas jurídicas e leis específicas incompatibilizam-se com o cotidiano rural em muitos aspectos.

E para “enxergar” essa realidade, o olhar teve que estender-se além do papel ou da enxada, por haver nuances diversas, que foram se mostrando ao longo da pesquisa, nos remetendo tanto às respostas, quanto a mais questionamentos.

Este livro adveio de parte¹ da experiência contida na Dissertação do Mestrado “Lazer e agricultura familiar: complementares ou antagônicos nos aspectos socioeconômicos no projeto de assentamento Tarumã Mirim?”. O projeto de pesquisa para foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado.

Para processar o âmbito proposto, houve uma vivência durante nove meses naquele assentamento, para realização da coleta de dados, registrado no Diário de Campo.

Os procedimentos no desenvolvimento da pesquisa no momento da redação nos remeteram às variações dos pronomes pessoais “eu” e “nós” em diversas fases desta (e daquela) obra, sendo utilizado o “eu” no momento da pesquisa de campo, e o “nós” na

¹ Outra parte do resultado da pesquisa para a Dissertação encontra-se no livro “Etnografia Criativa: insumo primário entre pesquisa e emoção no projeto de assentamento Tarumã Mirim-AM”, Ed. Atena.

compilação e nas análises dos dados coletados.

Apesar de diversos parâmetros que envolvem a temática “Assentamentos Rurais”, abordaremos nesta obra, em um primeiro momento (na parte 1 desta obra) os aspectos de sua juridicidade. Como esta obra não nos remete somente às revisões bibliográficas, em um segundo momento (parte 2) analisaremos a realidade em cinco premissas essenciais para o desenvolvimento de um projeto de assentamento rural, que são:

- 1) subsídios governamentais – valor monetário fixado e concedido pelo Estado. Nesse contexto, no intuito de incentivar e propiciar condições de subsistência às famílias, para sua produção na agricultura familiar;
- 2) capacitação – formas de agregar conhecimento às técnicas produtivas, envolvendo o público-alvo (produtores rurais), ministrados por técnicos agropecuários e engenheiros agrônomos;
- 3) acessibilidade – neste quesito referimo-nos às estradas, para escoamento de sua produção e o ir e vir das pessoas;
- 4) saúde pública - assistência médica, assistência materna e infantil, controle de moléstias transmissíveis, etc.;
- 5) educação básica no campo – consiste nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio;

Vivenciar o cotidiano na zona rural, para entender essas cinco premissas, envolve o esforço do distanciamento acadêmico, para que a percepção não se “contamine” com a emoção, porém, paralelamente, envida cuidados para que a “secura” da pesquisa não “endureça” o que se pretende evidenciar. Torna-se uma tarefa hercúlea encontrar o ponto-base em que razão e emoção se transforme em uma demonstração de equilíbrio.

A busca por esse equilíbrio se adequou à proposta de abordagem teórico-metodológica quanti e qualitativa. Esses dois parâmetros têm norteado diversas pesquisas, através de alicerces metodológicos que se complementam nas ciências humanas e sociais. Os dois tipos de abordagem são compatíveis, pois entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produzem riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa (Minayo, 2015, p. 22). Nessas compatibilizações foram trabalhadas abordagens em que uma complementava a outra, para obtenção de um resultado mais aprofundado.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2015) se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, e, como tal, houve uma relação dinâmica, apresentando um caráter exploratório, muitos aspectos subjetivos. Em algumas partes da entrevista, os entrevistados foram estimulados a falar livremente sobre o tema pesquisado, e dessa liberdade de expressão, diversas nuances foram captadas.

Na pesquisa quantitativa, segundo Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas, através de técnicas estatísticas, às quais propiciam como diferencial, a intenção de garantir resultados com poucas chances de distorções.

Bourdieu e Passeron (2010) sugerem que a escolha do método não deve ser rígida, porém rigorosa, pois o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez. Sugere também propiciar familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado, para que as pessoas possam sentir-se mais à vontade, e mais seguras para colaborar. É recomendável que o pesquisador desça do “pedestal cultural”, isolando o seu “capital cultural” para que ambos, pesquisador e pesquisado, possam se entender, e diminuir a violência simbólica na sua atuação. Descer do “pedestal cultural” me aproximou mais das pessoas, dando-lhes liberdade às confidencialidades e troca de informações.

O diálogo com grandes áreas do conhecimento, através da interdisciplinaridade, interage entre multiplicidade de disciplinas, em um intercâmbio de conhecimentos, de forma recíproca e coordenada (LORIETI, 2010). Nessa perspectiva metodológica, ocorre integração de resultados, quer de Exatas, Humanas, Sociais, permitindo um aprofundamento em áreas como a sociologia, psicologia, antropologia, estatística, etc. porque, tanto as quantificações, quanto as subjetividades, estavam interpostas entre o sujeito e o objeto deste trabalho.

Classificamos esta pesquisa como “autônoma”, seguindo as concepções de Severino (2007, p. 215), em que o trabalho autônomo não significa desconhecimento ou desprezo da contribuição alheia, mas, ao contrário, capacidade de um inter-relacionamento enriquecedor, portanto dialético, com outros pesquisadores, com os resultados de outras pesquisas e as próprias percepções coletadas.

Essa autonomia também adveio ao buscarmos os “diversos olhares”, entre assentados e instituições, entre o dito e o “não dito”, captados entre as falas deles e as percepções assimiladas. “É preciso soltar-se, criar, avançar e não ficar apenas num eterno repetir de ideias e descobertas já feitas” (SEVERINO, 2007, p. 216). Uma pesquisa geradora de conhecimento científico deve superar o simples levantamento dos fatos e coleção de dados. Devem ser articulados no nível de uma interpretação teórica, considerando-se a observância dos dois lados, resultando na miscelânea entre o empírico e o teórico. Só a teoria pode dar “valor” científico aos dados empíricos, mas, em compensação, ela (a teoria) só gera ciência se estiver em interação articulada com esses dados empíricos (SEVERINO, 2007, p. 219).

Em conformidade com o método empregado, esta obra se classificou como uma pesquisa etnográfica, tendo a sua origem na Antropologia, utilizada exemplificar: comportamentos, tradições, crenças, valores, baseadas em informações coletadas mediante trabalho de campo (GIL, 2010, p. 40). A pesquisa etnográfica tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente, mediante a utilização de procedimentos

em profundidade e a observação por um tempo acentuado.

Oliveira Filho (1999, p. 212), orienta que as narrativas etnográficas devem ser escritas na 1ª pessoa, pois o olhar etnógrafo descreverá as diferenças e a variação no outro. A partir do dito, cito o “eu” nos momentos específicos da pesquisa de campo, retornando ao pronome na 1ª pessoa do plural “nós” nas análises e interpretações dos dados coletados, os quais foram procedidos conjuntamente com a orientadora do mestrado e coautora desta obra.

Geertz (2008) defende que praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário, porque a etnografia é uma descrição densa dos fatos em análise. Se a etnografia é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição, então a questão determinante é fazer as transcrições de forma concisa e minuciosa, tentando salvar o “dito” (GEERTZ, 2008, p. 12-15) no discurso, diferenciando as diversas interpretações das piscadelas², porque às vezes o “dito” o é dito de forma que não representa a realidade vivenciada, instigado somente pelo momento da entrevista.

Minúcias nas descrições propiciam uma aproximação entre o ocorrido e o registrado, sendo, portanto, essencial que os registros se concretizem tão logo tenha ocorrido o fato, a entrevista, a observação, a nuance detectada, e esses registros foram relatados no Diário de Campo.

Às vezes, acordava à noite para registrar fragmentos que haviam se perdido temporariamente quando do registro, porque temia que, ao romper do dia, a percepção houvesse, como as brumas da noite, desaparecido. Por muitas vezes esses “pedaços de memória” eram transcritos à luz de velas, porque na zona rural, beneficiada pela Luz para Todos, a luz nem sempre era “presença” constante. Lanternas, velas, lampiões ou lamparinas são apetrechos essenciais nas moradias do Tarumã Mirim³.

Nesse tipo de pesquisa (etnográfica), Malinowski (1978, p. 31), recomenda ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado a máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo, tomando parte nas atividades, passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas. Inserir-se no cotidiano, aprender, ensinar, trocar experiências, porque esse “misturar-se” enriquece o conhecimento e a percepção.

A técnica para a coleta de dados ocorreu através da observação participante, que consiste em ver, ouvir, captar e entender as palavras e expressões, conforme esclarecimentos de Whyte (2005); Malinowski (1978); Alves (2011). Para tal, na referida obra, contamos com um informante-chave, mediador para quesitos de dúvidas ou para sanar falsas interpretações, passando ele a ser colaborador da pesquisa, que foi o líder

2 Alusão ao texto de Geertz onde ele descreve que uma piscadela possui diversas maneiras interpretativas, dependendo do contexto em que foi praticada: é uma insinuação; um tique nervoso; uma imitação.

3 Maiores detalhes no artigo publicado no periódico Review of Research – “Ajustes culturais no Tarumã Mirim, decorrentes do Programa Luz para Todos”. Disponível em: <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3357>

daquela comunidade e presidente da associação dos moradores (ENT-35). Obtivemos também auxílio relevante da ex-presidente da associação da comunidade (ENT-2), por ela residir há 15 anos na comunidade e ter sido presidente da associação dos assentados e moradores por oito anos, tornando-a deveras conhecedora do ambiente, e dos aspectos socioeconômicos da área pesquisada.

Devido à grande extensão territorial a abranger o projeto de assentamento Tarumã Mirim, elegemos uma comunidade para realizar parte das entrevistas, sendo que demais fatores foram observados na totalidade do assentamento, abrangendo diversas comunidades. Em virtude de a matriz original deste trabalho relatar alguns fatos que poderiam comprometer a posse da terra de alguns moradores, bem como no intuito de mantermos o sigilo da pesquisa, resolvemos substituir o nome da comunidade escolhida por um pseudônimo em que não a identificasse, mas detendo o significado do objeto pesquisado. A **agricultura familiar no Tarumã Mirim**, a formar o acrônimo (palavra formada pelas letras ou sílabas iniciais de várias outras palavras) “Afatam” que o adotamos. Os acrônimos são escritos em letras maiúsculas, porém neste trabalho o nome da comunidade será citado em minúsculo, exceto a 1ª letra, como se fosse uma palavra própria, identificando-a.

Para a forma expressa do linguajar caboclo, foi adotado na íntegra as suas fonéticas, conforme suas pronúncias. Tal prática não teve como objetivo estigmatizar os entrevistados, mas sim respeitar as formas de expressões dos mesmos, em similaridade ao adotado por outros trabalhos, tais quais Baldino et al. (2015, p. 398), em que empregaram a mesma sistematização linguística.

Também no intuito de nos pautarmos no respeito ao linguajar caboclo, em uma leitura recente acerca das variações linguísticas, nos deparamos com esclarecimentos pertinentes que reforçam a nossa decisão de registrar a “fonética regional” tal qual são pronunciadas. Os autores Bagno (2008; 2007 e 2003) e D’Olivo (2018) incentivam a “des-preconceituar” o linguajar regionalizado. Ambos questionam (e apontam) que são inaceitáveis esses preconceitos, porque, tanto a norma linguística pura quanto os regionalismos possuem fontes de riqueza. D’Olivo (2018, p. 14) cita que o imaginário de uma língua única e homogênea apaga a pluralidade linguística, produzindo assim um preconceito em relação àqueles que não são detentores da língua padrão. As formas em variações adquirem valores em função do poder e da autoridade que os falantes detêm nas relações sociais econômicas e culturais. Isto é respeito pela identidade linguística de um certo grupo social.

Na pesquisa original a amostra foi composta de 94 entrevistados, sendo 70 assentados (ENT-01 a ENT-70), 15 cozinheiras do acampamento (TRU-01 a TRU-15), seis personagens representativos socialmente na comunidade (DIV-01 a DIV-06) e três representantes de instituições governamentais (INCRA, IDAM, IDESAM)⁴ porém nesta obra excetuamos as 15 cozinheiras da “Trupe da Boia”, por não ter relevância neste contexto.

4 IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

As entrevistas com os representantes do INCRA, IDAM, IDESAM, foram autorizadas a sua divulgação, para maior clareza no trabalho apresentado.

Esta obra busca as interpretações sob duas vertentes, a partir de dois olhares analíticos, nas verificações entre teoria e prática que versam sobre a temática dos assentamentos rurais, aceitando-se a dialógica que comporta a ideia de que os antagonismos podem ser estimuladores e reguladores, pois duas lógicas, dois princípios, estão unidos sem que a dualidade se perca nessa unidade (MORIN, 2014, p. 189), permitindo os dois “olhares”, sem prejuízos às interpretações.

Parte-se da premissa de que o tópico requer a interpretação através de dois ângulos para descrever dois brasis bem brasileiros: o Brasil Ideal e o Brasil Real⁵. Por um lado, o institucional, composto por normatizações e órgãos executores, por outro, os assentados e os assentamentos rurais, no seu cotidiano, tentando adequar-se às normatizações para permanecer na terra que lhe fora destinada.

Conforme cita Braga et. al. (2018, p. 129), o Brasil é um país de recente e intensa urbanização, deixando o mundo rural com lacunas de desconhecimento para muitos. Isto leva à percepção difundida sobre os assentamentos marcada por mitificações instrumentalizadas no debate político sobre a questão agrária, e, em particular, sobre reforma agrária. Nesse contexto, geralmente a mídia, nas raras vezes que se refere a eles os caracteriza como favelas rurais – espaços de indigência formados por pessoas “estranhas” à agricultura. Assim relatar casos de assentamentos com problemas é uma forma de demonstração do fracasso da reforma agrária, porém demonstrar “os dois lados” apresenta os “dois brasis bem brasileiros”, mostrando as duas faces dos assentamentos rurais no Amazonas, e, prioritariamente, o projeto de assentamento Tarumã Mirim.

⁵ Mais detalhes no artigo publicado no periódico *Habitus PUC Goiás* – “Assentamentos rurais e dois Brasis bem brasileiros”. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5112>

PARTE I

A JURIDICIDADE: O BRASIL IDEAL

Sem lei, a sociedade seria um campo minado, a explodir os direitos dos cidadãos no âmago da sua existência.

Águida Meneses Valadares Demétrio

É caracterizado como de cunho institucional aquilo que se diz respeito às organizações que atuam para o controle do funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, o controle dos próprios indivíduos, sendo entidades regidas por regras e normas que buscam a ordem nas interações entre as pessoas. A juridicidade e/ou legitimidade investe as organizações do empoderamento para gerir, orientar, capacitar, propiciar condições socioeconômicas para que sejam atingidos os objetivos propostos com relação à terra e à sociedade rural.

As instituições possuem papel fundamental na socialização, fazendo com que pessoas se sintam membros da sociedade, nas interdependências socioeconômicas. A partir de uma multiplicidade de “olhares”, buscando diversos ângulos para uma análise menos tendenciosa e mais objetiva, analisamos as ações institucionais e as relações entre Estado e assentados nas normatizações governamentais, para maiores aprofundamentos no que concerne às premissas essenciais que um assentamento rural depende, para demandar sustentabilidade e produtividade.

A posse pela terra é tópico que nos remete a primórdios da humanidade, pela necessidade do abrigo, da produção, da segurança, da sensação de “posse”. Esse “enraizamento” decorreu de processos da evolução da sociedade, para desenlaçar do nomadismo que o caracterizava. No Brasil, uma longa trajetória entre leis, decretos, projetos e ações são arroladas, no intuito de formatar uma composição heterogênea, mas que possa assimilar os trâmites governamentais às necessidades sociais, no que concerne aos fatores terra-homem-sociedade, instigando à produtividade, ou, no mínimo, à subsistência.

O termo assentamento, em nosso país, aparece inicialmente no âmbito da burocracia como política governamental, resultante de pressões exercidas pelos movimentos sociais frente às demandas por terra, conforme explanam Castro e Gomes (2007). Essas condições citadas têm por objetivo não só delimitar terras a quem de direito ou interesse, mas propiciar mecanismos para que estes permaneçam nela, produzindo e vivendo do que nela produzem, abrangendo com isso a sua representatividade econômica e social.

1.1 UM OLHAR INSTITUCIONAL AOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos são divididos em dois grandes grupos:

a) os criados por meio de obtenção de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs);

b) e aqueles implantados por instituições governamentais para acesso às políticas públicas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O projeto de assentamento Tarumã Mirim está inserido no primeiro grupo citado. A caracterização sistêmica mais idealizada com o que hoje se apresenta no tópico Reforma Agrária e Assentamento iniciou-se com o Decreto nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, regularização fundiária de interesse social, aquela destinada a atender as famílias com renda familiar mensal não superior a cinco salários-mínimos (Art. 18-A § 1º).

Por muito tempo essa lei normatizou os parâmetros relacionados à terra e ao homem do campo, sendo posteriormente complementada pela Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, denominada Estatuto da Terra, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

O item em que se reporta à renda necessária para assentar-se sofreu novas modificações, retificado pelo INCRA através da Instrução Normativa nº 71, de 31 de maio de 2012, Art. 5º inciso II, que cita “O(a) agricultor(a) não poderá ser beneficiário do Programa de Reforma Agrária, quando o conjunto (da renda familiar) for superior a três salários-mínimos mensais”.

Os assentamentos rurais representam a democratização da terra, para atender ao princípio da justiça social (Estatuto da Terra), que preconiza “Doação de terras àqueles que não a possuem, provenientes de áreas improdutivas e desapropriadas”, para nela produzir, gerar renda e permitir a subsistência familiar.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: ASSENTAMENTOS E AGRICULTURA FAMILIAR

Norteados por leis, vários programas foram lançados no intuito de, por um lado, adequar os interesses daqueles que lidam com a terra, proporcionando-lhes subsídios para subsistir do que na terra produzem, e, por outro, o governo cumprir as normatizações regidas em lei, tais como proporcionar condições produtivas aos assentados. Com relação à essas condições, entende-se: disponibilizar subsídios, orientações técnicas, saúde e educação básica no campo e condições para escoamento de suas produções.

Diversos programas foram elaborados e lançados, ao longo de décadas, destinados à zona rural, no intuito da facilitação e impulsionamento da agricultura familiar, bem como

movimentos sociais, no intuito ao apoio ao pequeno agricultor familiar:

a) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Programa do governo federal) surgiu numa época (1995) na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. Adotou, desde o início, uma política de remuneração bastante branda e com alto percentual de subsídio¹.

b) o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva².

c) o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER RURAL), criado em 1995, objetiva o financiamento de micro e pequenos produtores rurais, propiciando a fixação do homem no campo e a imediata geração de renda no meio rural³.

d) o Banco da Terra, ou Fundo de Terras e Reforma Agrária, foi criado em 1998, e tem por finalidade financiar os imóveis rurais diretamente aos interessados e também a infraestrutura comunitária⁴.

e) o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) criado em 1985, tem por objetivo promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural.⁵

f) o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente.⁶

g) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado em 1984 tendo como principais objetivos a luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade justa e fraterna. Ao longo do período em que tem atuado, o MST garantiu a conquista da terra para mais de 350 mil famílias, sendo que, atualmente, esse movimento está presente em 24 estados brasileiros, contando com uma base social que abarca mais de 1,5 milhão de

1 Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-200320070002000047

2 Fonte: <http://www.webrural.com.br/webrural/artigos/credito/bterra.htm8>.

3 Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000022.pdf9>

4 Fonte: <http://www.webrural.com.br/webrural/artigos/credito/bterra.htm>

5 Fonte: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf11.

6 Fonte: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx12>

pessoas.⁷

h) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi criada em 1964 para representar os trabalhadores rurais, através das federações estaduais que, por sua vez, reúnem os sindicatos dos trabalhadores rurais de cada município. Sua atuação é, sobretudo, preventiva. As entidades promovem cursos e seminários para conscientizar e capacitar os trabalhadores rurais quanto aos seus direitos. O trabalho envolve as federações dos trabalhadores na agricultura dos estados, os sindicatos de trabalhadores rurais e entidades parceiras.⁸

Esses programas têm por diretrizes o financiamento de micro e pequenos produtores rurais, intentando a permanência do homem no campo e a imediata geração de renda no meio rural.

A questão da concentração da terra sempre esteve presente na história do Brasil, citam Castro e Gomes (2007). Nessa trajetória, a intervenção através de modelos de reforma agrária tenta acompanhar o desenvolvimento do país.

1.3 NORTEAMENTOS INSTITUCIONAIS AOS ASSENTADOS ATRAVÉS DO INCRA

O INCRA possui a função de assentar o trabalhador rural, para na terra produzir e tirar o seu sustento, obedecendo-se a preâmbulos que precedem a promulgações posteriores:

a) o INCRA assenta o agricultor, e, a partir desse processo, ocorre a contagem do prazo de 10 anos para a quitação desse lote. Em assentamentos, a terra é da União. O trabalhador rural que recebe a terra do INCRA adquire somente uma concessão para usar e explorar o lote;

b) para tanto, o assentado assina o Contrato de Concessão de Uso da Terra (CCU), ou recebe o Título de Domínio, que só serão válidos se ele cumprir todas as cláusulas resolutivas. Dentre elas, há a que veda “negociar ou, por qualquer forma, transferir a terceiros a posse ou os direitos do imóvel”;

c) o assentado não é dono da terra até que seja cumprida uma série de exigências legais, que dizem respeito tanto ao assentado (as cláusulas resolutivas constantes no CCU ou no Título de Domínio) quanto à situação do assentamento, as quais terão de ser cumpridas pelo INCRA e pelo assentado. Após os devidos cumprimentos e a consolidação (espécie de emancipação) do assentamento é que o assentado poderá dispor da terra como lhe convier. Enquanto não cumprir o ciclo normativo, o assentado não detém a posse legal e definitiva da terra. Conforme estipula a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em concomitância com o INCRA, o CCU transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório, bem como assegura ao assentado o acesso à terra, aos

7 Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-1104201800060039413.

8 Fonte: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/ongs-contra-o-trabalho-escravo/contag-confederacao-nacional-dos-trabalhadores-agricultura.aspx>

créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do Governo Federal.

Em situações como a que é criada pelos assentamentos, a suposição compartilhada é a de há uma relação de inclusão e de interação entre o homem, a terra e os subsídios, e também as devidas capacitações, em um elo que interliga Estado e assentado.

Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é um desempenho do Estado, em uma simbiose entre Homem e Estado (LEITE et al., 2004, p. 65), abrangendo os parâmetros normatizadores (advindos do INCRA), norteadores (EMBRAPA, IDAM, IDESAM, INPA), financeiro (PRONAF), de apoio logístico e comercial (ADS).

Em relação ao Amazonas, os parâmetros norteadores advêm dos órgãos institucionais responsáveis pelos projetos, capacitações, orientações técnicas etc., a citar:

a) o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) ampara os assentados no que se refere à orientação agrícola, capacitação ao uso correto de defensivos agrícolas, apoio técnico nas culturas de subsistência, elaboração e instrução em projetos de plantio, acompanhamento técnico, emissão da carteira de agricultor. Também emite o Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas, tornando-os aptos a realizarem operações de crédito rural e subsidia descontos na compra dos produtos agrícolas. Fornece ainda aos assentados, capacitações e orientações, através de cursos e palestras, objetivando esclarecimentos ao manuseio correto da terra e dos equipamentos necessários à sua produtividade;

b) o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) realiza estudos científicos do meio físico e das condições de vida na região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional. Seu desafio é expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia. O resultado de tais pesquisas são ações que convergem em sustentabilidade com preservação. O INPA coopera com o resultado final de pesquisas, no intuito da contribuição produtiva para os assentados.

Especificamente no projeto de assentamento Tarumã Mirim, a piscicultura foi beneficiada com pesquisa bem-sucedida realizada pelo INPA, sobre a criação de peixes em tanques escavados; ademais, há mercado consumidor para tal produto, conforme relatório do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (NEAPL):

A alta taxa de consumo de carne de peixe pode ser considerada um dos traços culturais que mais identificam os povos que habitam a Amazônia. O consumo nas regiões urbanas ultrapassa 30 kg/ per capita/ano e nas áreas ribeirinhas chega a uma média de 500 g/per capita/dia, sendo que no estado fica em torno de 155 g/dia, representando cerca de 70% da proteína animal, ou seja, o maior que a média do Brasil, que é de 16 g/dia. Em Manaus o consumo é de 150 g/dia, em Itacoatiara 194 g/dia e no baixo Amazonas 369 g/dia. Esses indicadores colocam o Amazonas como o maior consumidor de carne de peixe do planeta, superior às áreas costeiras do Japão, país tradicionalmente consumidor de carne de peixe (AMAZONAS, 2008, p. 6).

Para a implementação da piscicultura no Tarumã Mirim, de forma eficiente e com capacidade produtiva, se faz necessária a interação entre instituição e produtor, com subsídios e capacitação de uma parte, dedicação e empreendedorismo de outra, para que os resultados se tornem elementos presentes na agricultura familiar;

c) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), instituição pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem como premissa produzir conhecimento científico e desenvolver técnicas de produção para a agricultura e a pecuária, em benefício da sociedade brasileira. Coordenada pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), executa pesquisas em diversas áreas geográficas e campos do conhecimento científico. Tupinambá (2013, p. 85), em sua pesquisa no Tarumã Mirim, cita que a aceitação das informações advindas da EMBRAPA depende inclusive da aproximação entre os pesquisadores e os assentados do Tarumã Mirim, através de metodologias participativas, nas quais os agricultores são também atores ativos, em interação entre empirismo e cientificidade;

d) o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) oferta cursos de capacitação e elaboração de projetos dentro de assentamentos rurais, em trabalhos similares aos do IDAM. Porém, enquanto o IDAM é um órgão ligado ao governo, o IDESAM é uma organização não governamental, contratada pelo INCRA, a desenvolver trabalhos em parceria com o IDAM;

e) a vertente financeira no aspecto da agricultura familiar adveio para evitar o círculo vicioso entre “não produzir por não ter recursos, e não ter recursos por não produzir”. Criou-se então o PRONAF, atendendo inclusive a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que colocavam a necessidade da formulação e da implementação de política de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém o mais fragilizado, da agricultura brasileira. A contribuição positiva à qual o PRONAF responde vem pelas dificuldades que o setor bancário opõe, devido a ser o assentamento rural um segmento dotado de base patrimonial precária, que não oferece contrapartidas como sua clientela regular (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p. 26). Essa inadequação se apresenta devido à impossibilidade de os referidos tomadores de crédito (os assentados) não darem garantias reais aos bancos, por não possuírem o título definitivo da terra;

f) já o apoio logístico e comercial se desenvolve através da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), interligada às associações e cooperativas de produtores rurais envolvidos nas atividades extrativistas, pesqueiras e agropecuárias no estado do Amazonas. O programa Amazonas Rural, lançado pelo Governo do Amazonas em 2012, é executado através da ADS e tem como objetivo aumentar a produção do setor primário no estado e impulsionar a produtividade rural, facilitando o escoamento, garantindo mercado e competitividade aos produtos, oferecendo novas alternativas econômicas e oportunidades aos produtores do interior, comprando-lhes a produção no assentamento e utilizando-a

na merenda escolar nas escolas municipais de Manaus. Os preços negociados com os assentados são estipulados previamente, na assinatura do contrato, para o ano vigente. Tal processo auxilia o produtor no que concerne ao escoamento da produção, inibe a ação dos atravessadores, soluciona parte do problema de muitos produtores, que não possuem transporte próprio, e evita o desperdício no campo.

1.4 OS VIESES DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar, que inclui todas as atividades agrícolas de base familiar, está relacionada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Consiste em uma forma organizacional das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril etc., gerenciadas e operacionalizadas por famílias e predominantemente dependentes de mão de obra familiar, conforme Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos, destacando-se em diversas culturas.

SCHIMITH (2018, p. 882) nos reforça a classificação de agricultura familiar, que são características fundamentais da agricultura familiar a gestão familiar compartilhada, o local de trabalho, a moradia, a fonte de renda e a diversidade produtiva, sendo que, todas estas estão alinhadas à dependência intrínseca com a terra. SCHIMITH (2018) ainda reforça a tese que apesar dos avanços no tocante às políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos últimos anos, muitos desafios ainda devem ser enfrentados, tais como a organização social dos agricultores, a gestão produtiva e outros fatores que estigmatizam a agricultura familiar e as produções do setor primário.

Bergamasco (1997) relata que o acesso à terra permite uma reorganização social dessas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores:

a) a abertura de um espaço para a construção habitacional, pois, residindo na zona urbana, sem residência própria, inclina-se para as moradias de risco; para os “sem-teto”; invasões urbanas; precariedade financeira; ou mesmo para os aspectos familiares categorizados como “bolsões de pobreza”, abordados pelo ministro do Desenvolvimento Agrário em 2001, Raul Jungmann, e citados por Guanziroli et al. (2001);

b) disponibilidade familiar de alimentos por meio da prática do cultivo, criatório ou extrativismo, comumente mais conhecido como subsistência familiar, conforme preconiza o INCRA, haja vista que a atividade rural permite-lhes atingir um padrão de vida que as coloque claramente em condições de gerar renda como forma satisfatória de subsistência.

A produção rural dos agricultores familiares tramita entre as experiências produtivas e a demanda comercial dos mercados de proximidade, regionais, e pela diversidade das modalidades de acesso aos consumidores, por venda direta, venda na roça, feiras regionais, dias de festas por produto típico, venda às cooperativas de consumo etc.

O conjunto dessas práticas tem a característica comum de reduzir o efeito da concorrência capitalista. Trata-se, em todos os casos citados, de mercados naturais, geograficamente protegidos nas suas territorialidades (SABOURIN, 2007, p. 743), o que os remete à comercialização e socialização, interligando-se produto, renda e cidadania.

No Brasil, a agricultura familiar possui uma grande abrangência no tocante à produção agropecuária (40%) e responde por 76,8% do emprego agrícola, conforme Guanzirolí et al. (2001). Obtém ainda os rendimentos mais elevados por hectare (áreas pequenas exigem condensação de produtividade), destacando-se com isto a condição essencial à economia brasileira na geração de emprego e alimentos.

Os estabelecimentos da agricultura familiar atingem 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros, porém representam somente 24,3% do território ocupado no campo, portanto, 75,7% destinam-se ao agronegócio (BRASIL, Censo Agropecuário 2006).

As informações evidenciam a concentração de terra no Brasil, já que em média 15% dos proprietários de terra concentram mais de 75% da área produtiva do país, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), porém não nos aprofundaremos nesse tópico, por este não ser o foco desta obra. A agricultura familiar (ou camponesa, nos ditos do Censo) mantém 12,3 milhões de pessoas ocupadas no campo, o que corresponde a 74,4% de todos os empregos gerados na área rural, já o agronegócio mantém 4,2 milhões.

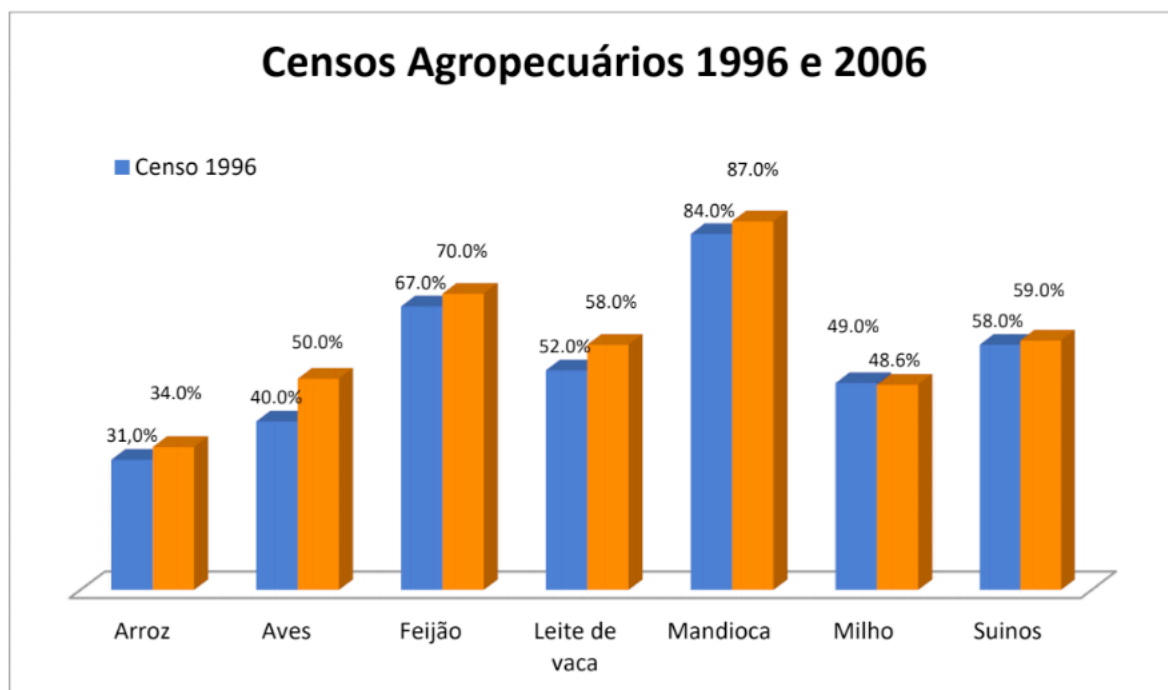


Gráfico 1 - Valor Bruto das produções familiares nos Censos Agropecuários 1996/2006

FONTE: Guanzirolí et al. e adaptações (2001, p. 70)

Isso significa que, de cada dez empregos no campo, sete são gerados na agricultura familiar.

A abrangência da agricultura familiar é um fator que, além de preponderante, apresenta-se também como permanente, observando-se os dados comparativos citados nos Censos Agropecuários 1996/2006 tais como:

- arroz (31% em 1996 e 34% em 2006);
- aves (40% e 50%, respectivamente...);
- feijão (67% e 70%);
- leite de vaca (52% e 58%);
- mandioca (84% e 87%);
- milho (49% e 48%);
- suínos (58% e 59%).

Nas análises comparativas, percebemos uma constância produtiva. Salientamos também que a agricultura familiar é responsável por diversos alimentos que compõem a cesta básica da população brasileira, mesmo que suas áreas destinadas à produtividade sejam pequenas (LEITE et al., 2004), a mão de obra disponibilizada seja somente familiar, muitas vezes utilizando técnicas rudimentares por não possuírem recursos para investir em maquinários e o Estado não disponibilize subsídios suficientes para a mecanização e correção do solo.

Ademais, apesar de a reforma agrária ser um programa executado no campo, seu impacto na sociedade abrange a nação como um todo, conforme nos elucidava Sparovek (2003), pois a terra, assim como o trabalho, é a principal fonte da produção primária.

Baiardi e Alencar (2014) também reforça esse aspecto, ao citar que, no caso do Brasil, a produção familiar na agricultura, assim definida por haver uma gestão e presença preponderante do trabalho da família, o que inclui as categorias censitárias "de exclusivamente familiar", mostra a magnitude dos números censitários e o peso dessa organização produtiva na agricultura brasileira.

Ainda que do ponto de vista conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, considera-se pertinente estabelecer uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares.

O módulo fiscal representa uma unidade de medida instituída para indicar a extensão mínima das propriedades rurais consideradas áreas produtivas economicamente viáveis. A imposição desse limite visa a evitar eventuais distorções que poderiam decorrer da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares (GUANZIROLI et. al., 2001, p. 50).

Módulos Fiscais no Brasil

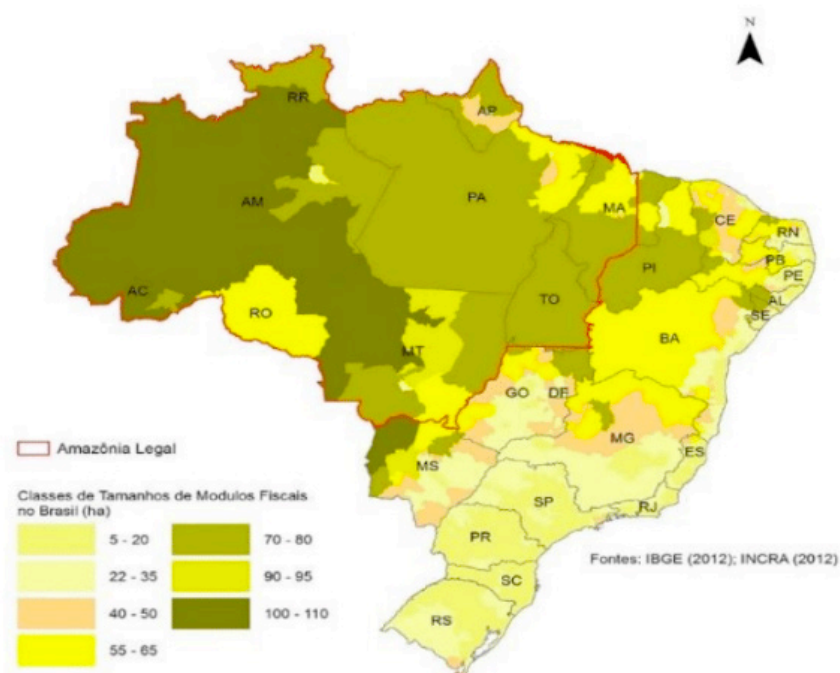


Figura 1 – Módulos Fiscais no Brasil

Fonte: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

No tocante ao Tarumã Mirim, conforme relata o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (BRASIL, IPAAM, 2010 p. 23), destaca-se a pequena propriedade, com módulos rurais compreendidos entre um a quatro módulos fiscais.

1.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em diálogos com os produtores, nas inter-relações entre compra e venda com alguns dos assentados da comunidade Afatam, acerca das dificuldades e ausências de produtividade, muitos deles apresentam diversas justificativas de improdutividade:

- a) a terra é fraca, “cega”. *Num dá nada. Si num tocá calcário, num dá* (ENT-5);
- b) baixa fertilidade do solo (Costa et al, 2015, p. 99);
- c) a terra é pobre. *A gente aduba... aduba... pra pudê prestá* (ENT-21);
- d) pousio⁹ longo (Castro, et al., 2015, p. 331);
- e) O solo predominante na região é o Latossolo Amarelo, que devido às características físicas é apto à exploração racional, desde que sejam melhoradas suas condições de fertilidade e corrigida sua elevada acidez (Manaus. PDITS, p. 22)
- f) fato da pobreza do solo também confirmado pelo engenheiro ambiental do IDAM;
- g) no Tarumã Mirim, O tempo médio do pousio é de 2,3 anos. *“Si num precisasse deixá a terra parada tanto tempo, em média dois anos, seria até mió, sabe? Mas a terra num*

⁹ Técnica necessária para recompor a cobertura vegetal (Castro et al, 2015). Prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo cinco anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo. Fonte: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1326>

guenta produzir direto. Temos qui dá o tempo dela reviver dinovo” (ENT-1);

h) “... quando a terra tá cansada, temos *qui* dá o tempo pra ela *discansá*”; “Se esperar somente produzir... produzir... produzir... chega um tempo que a terra pede arrego. Então é ir alternando cultura, mas chega um tempo que ela precisa descansar. Geralmente um ano e meio é suficiente” (ENT-35).

Porém, para todas essas justificativas, há programas ofertados por órgãos governamentais que orientam e auxiliam na correção do solo (IDAM):

a) ao contestarem sobre as dificuldades do escoamento da produção pela precariedade das vicinais, há órgão governamental responsável pelo escoamento da produção (ADS), com logísticas e comercializações apropriadas;

b) ao retrucarem que desconhecem técnicas específicas para suas criações de animais, há cursos de capacitação executados pelo IDESAM, (conforme acompanhei seus trabalhos de campo em diversas comunidades do Tarumã Mirim);

c) para os criatórios de peixes há as orientações advindas do INPA;

d) para as técnicas de correções de solo, plantios, cuidados agrícolas, há também a EMBRAPA, etc. Todos são órgãos preparados para ministrarem cursos e propiciarem capacitações ao manuseio da terra, fazer acompanhamentos e direcionamentos visando uma boa produtividade;

e) quando retrucam sobre a insuficiência financeira para investirem na terra, há órgãos governamentais, a juros mínimos, para subsidiar os projetos e dela rentabilizar a produção, que é o caso do PRONAF, em apoio ao Plano Safra, lançados pelo governo federal;

f) quando alegam das dificuldades em obterem norteamientos e acessos aos benefícios específicos, há as associações ou cooperativas das comunidades que simbolizam esse papel representativo interligando os assentados aos benefícios oferecidos, envolvendo os indivíduos em relações estabelecidas com o Estado.

Para cada contestação, há uma solução, porém sabemos também das lacunas existentes entre a teoria e prática, em que são observados os limites entre a utopia com a realidade de fato, nesse marco entre o Brasil Ideal e o Brasil Real, no universo da agricultura familiar, com maiores explanações no capítulo 4 desta obra.

Mas também não podemos ignorar que o Amazonas não possui tradição de culturas agrícolas em grande escala, conforme apontado por Bezerra¹⁰ (2010, p. 305) como solos precários (exceto várzea), baixo nível de desmatamento do estado. Bezerra (op.cit.) também cita que nós saltamos da coleta da castanha para a fabricação de TV de plasma, sem passar pelo processo de produção agrícola, indispensável a qualquer economia.

Grandes paradoxos se apresentam nesse contexto, a exemplificar: o Amazonas é um grande produtor de pescado, em torno de 200 mil toneladas anuais, essencialmente da pesca extrativa, devido a abundância de água (BEZERRA, 2010, p. 318), porém,

10 Eron Bezerra, doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM, secretário de produção rural do Amazonas frente à SEPROR –Secretaria de Estado da Produção Rural.

para o Pro-Safra 2015 destinados aos agricultores rurais do Tarumã Mirim, a piscicultura não foi contemplada com os subsídios do governo, conforme explanado em reunião em 2015, dentro do próprio assentamento, com diversas representações governamentais naquele momento: INCRA, IDAM, IDESAM, Agência de Fomento do Amazonas (AFEAM) e Secretaria do Estado de Produção Rural (SEPROR). Tal lançamento foi registrado em ata da Associação dos Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Ramal Afatam, universo desta pesquisa, à qual também tive acesso e possibilidades de confirmações em diversos momentos.

Porém este capítulo visa, prioritariamente, mostrar a “primeira face” do projeto de assentamento Tarumã Mirim, adornado com suas normas, seus programas, projetos, como um cavalheiro bem paramentado, no cortejo simbólico à dama pretendida: a sociedade rural.

A ORIGEM DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM

O projeto de assentamento Tarumã Mirim foi criado pelo INCRA, através da Resolução nº 184, de 20 de agosto de 1992. Imóvel rural inserido no Projeto Fundiário Manaus da década de 1970. Com o decorrer do processo foi-se subdividindo em diversas comunidades¹, dentre elas a comunidade Afatam. O acesso ao referido assentamento pode ser realizado via terrestre, através do Ramal do Pau-rosa, estrada secundária, à altura do KM 21 da BR 174 (sentido Manaus-Boa Vista), e via fluvial pelo Rio Negro através do igarapé Tarumã Mirim a sudoeste e a noroeste pelo Igarapé Tarumã Açú.

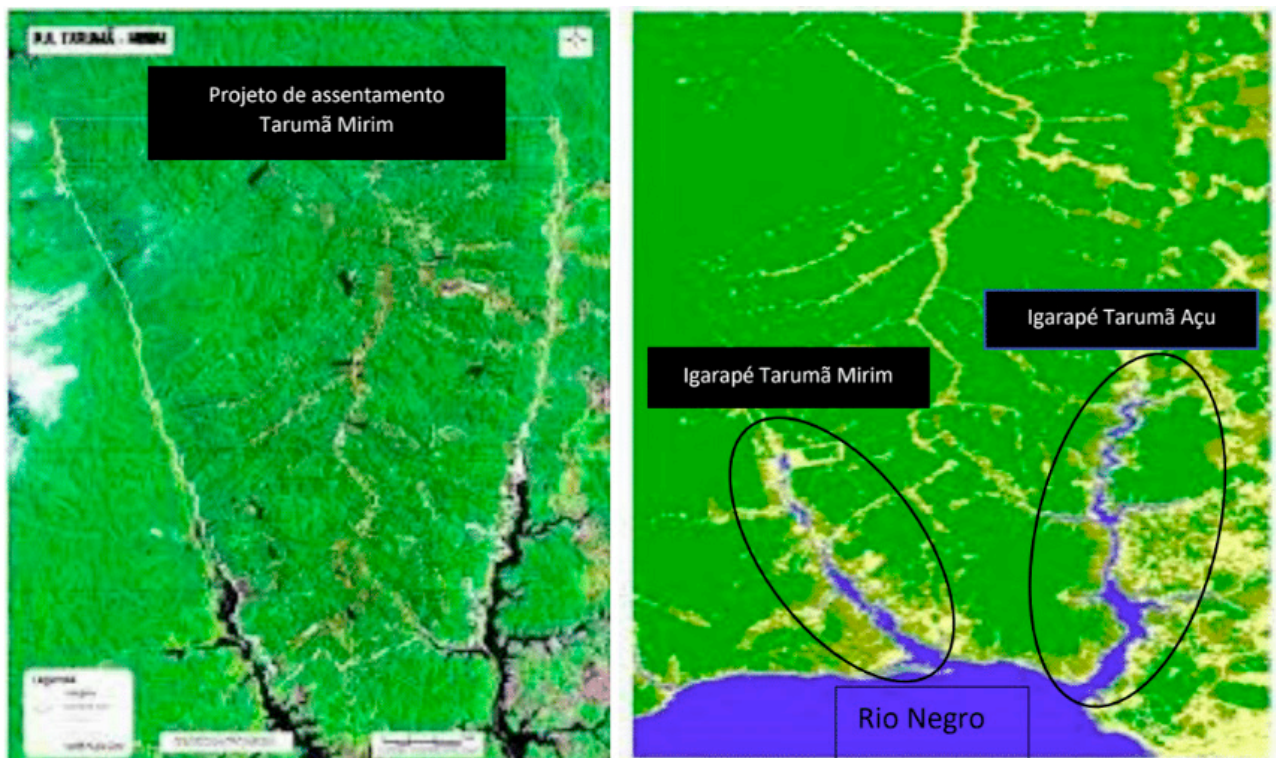


Figura 2 – O rio e os igarapés que delimitam o projeto de assentamento Tarumã Mirim

Fonte: https://www.google.com.br/h?q=bacia+hidrogr%C3%A1fica+do+rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am&biw=1517&bih=714&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwitlbyGsYXOAhVlkpAKHbBzDAgQ_IByC&dpr=0.9#tbn=isch&q=rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am+e+projeto+de+assentamento+taruma+mirim&imgcr=_

¹ Abelinha, Amigos Imigrantes, Azamor, Boa Vida, Colônia Central, Cristiano de Paula, Cristo Rei, Ebenézer, Fé em Deus, N. Sr^a de Fátima, N. Sr^a do Livramento, Nova Esperança, Nova Luz do Bom Retiro, Novo Amanhecer, Novo Paraíso, Raio de Sol, São José, São Sebastião, União da Vitória Cuieiras, e diversas outras, que não foi identificado no momento.

Limita-se ao norte e ao sul com terras da União de competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O Projeto de Assentamento Tarumã Mirim possui uma área de 42.910,76 ha (429 km²), com capacidade para assentar 1.042 famílias (INCRA/AM 1999:1; PINTO e CARVALHO, 2007).

O nome que deu origem ao ramal principal (Pau-rosa) procedeu-se da atividade da retirada da madeira pau-rosa no km 30 do referido ramal, para extração do óleo e da própria madeira, nativa e abundante na época da criação do assentamento, porém nos dias atuais essa espécie encontra-se praticamente extinta², salvo poucas unidades em alguns lotes. Ainda há a usina (desativada), onde se extraía o óleo (muito utilizado na indústria de cosméticos) e a madeira (de lei, nobre, devido à sua boa qualidade, aroma e beleza).

Do ramal principal (Pau-rosa) ramificam-se as vicinais, que adentram no território rural, formando as comunidades. Dentre essas, encontra-se a comunidade Afatam, na penumbra do anonimato, loco desta pesquisa, fundada em 13/09/1997, e formada por 85 lotes.

A referida comunidade segue ao padrão espacial tradicional, conforme cita Leite (2004, p. 81), “a organização espacial interna dos projetos de assentamentos é diferenciada e parece seguindo um padrão preexistente entre os agricultores familiares”, observado pela forma de se organizarem (através de associações ou cooperativas), existindo um ramal principal que corta o assentamento (Pau-rosa), bem como a necessidade dos órgãos governamentais norteadores, fiscalizadores e de incentivos para o desenvolvimento comunitário e de sustentabilidade para os meios de subsistência dos assentados, na agricultura familiar.

2.1 A FACE JURÍDICA DE UMA COMUNIDADE RURAL

Este capítulo objetiva sistematizar o poder das representações, pelas teorias de Bourdieu (1989), visando entender o mistério do processo de transformação (transubstanciação) de várias pessoas físicas que se transformam em uma pessoa jurídica (associação ou cooperativa, dependendo da forma eleita de representatividade), fazendo com que o porta-voz eleito se torne no grupo que ele representa, o canal de voz e a configuração simbólica personificando os seus representados.

O ambiente pesquisado foi a comunidade Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, em diversas conjunturas onde a representatividade da associação era pertinente ou imprescindível, a emitir “a voz jurídica” que significava as vozes coletivas, através desse

² Na obra de Matos (2015 p.119) ele cita que o pau-rosa quase foi à extinção devido à extração do óleo, para fabricação do Chanel nº 5. A lendária frase dita pela atriz Marilyn Monroe de que dormia vestida apenas com algumas gotas de Chanel nº 5 guarda um toque bem brasileiro. O principal ingrediente do famoso perfume francês lançado pela empresa de mademoiselle Coco Chanel em 1921 é o óleo essencial extraído da madeira do pau-rosa, uma árvore nativa da Amazônia. Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2005/05/01/pau-rosa-n5/>

processo de transubstanciação³.

No período da pesquisa de campo, matriz deste trabalho, por diversas vezes as inquietações revertiam-se em questionamentos:

a) por que os assentados, como seres individuais de posse de suas faculdades mentais, necessitavam transferir o poder das suas vozes a um corpo jurídico para os representarem?

b) como se comportam esses assentados nos seus silêncios, porque as suas vozes “pertencem” conjuntamente a uma única voz, frente às instituições que os empossaram anteriormente como pessoas físicas, e ora os ouvem através de uma voz jurídica?

Em busca de respostas condizentes, esse “encontro etnográfico” no qual nós (pesquisadores) e assentados, personagens envolvidos, interagimos, porém evitando um exercício de poder por uma das partes, conforme alertaram Malinowski (1978) e Bourdieu e Passeron (2010), utilizando um diálogo de fácil assimilação e simplicidade nas abordagens, o que nos propiciou subsídios para análises.

Em conformidade com Malinowski (1978, p. 18), o trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir claramente, de um lado, a observação direta, e de outro, as conclusões, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica, como resultado da familiarização com os fatos que descrevem, e em que condições obtiveram as informações.

O processo representativo da transubstanciação foi observado em sete parâmetros diferentes, tanto na referida associação da comunidade Afatam e também em outras, dentro do próprio assentamento, totalizando 22 momentos a citar:

1º) em seis reuniões ordinárias na comunidade Afatam;

2º) em três reuniões extraordinárias;

3º) duas diligências na comunidade junto à prefeitura Municipal de Manaus e Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF), para as melhorias nas vicinais;

4º) nas transferências de transubstanciação para as mestras bordadeiras de outra comunidade, após as reuniões ordinárias;

5º) em um acompanhamento com os técnicos do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM-AM) em cursos de capacitações ofertados pelo Estado e ministrados nas diversas comunidades do Tarumã Mirim;

6º) em duas visitas acompanhando assentados junto ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM-AM) em busca de liberações de subsídios governamentais;

7º). em duas negociações para comercialização e escoamento das produções agrícolas junto à Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS-AM).

Naqueles momentos a observação e a percepção ampliaram nosso entendimento no

3 Mais detalhes no artigo publicado no periódico Review of Research – “O poder simbólico das associações pela transubstanciação: aplicando a teoria de Bourdieu”. Disponível em: <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3379>

que concerne à transubstanciação, porque mesmo estando as “vozes físicas” presentes, era como se não estivessem. Era audível somente a “voz jurídica”, empossadas no seu poder de as representarem. Exemplificando: Nas visitas à Prefeitura Municipal, ao IDAM, à ADS, etc. era o representante da associação quem se manifestava, apesar de os associados o acompanhar, pois naquele momento todos estavam representados em um: no presidente da associação, “incorporado” no corpo jurídico.

2.2 A VOZ QUE FALA E AS VOZES QUE SE CALAM: A TRANSUBSTANCIAÇÃO

A força das ideias que o processo de transubstanciação propõe mede-se não como um terreno da ciência (Bourdieu, 1989, p. 185), pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência do desmentido.

Ele, um corpo (jurídico), emite a voz que representam “as vozes”, o pensamento coletivo originado do desejo individual de cada um, que juntos, formam o “todo”, que emite voz, originado daqueles que falam e daqueles que emudecem.

O capital político, esse processo de transmutação de poder, é uma forma de capital simbólico, um crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes (os assentados) conferem a uma pessoa (a associação) os próprios poderes que eles lhes reconhecem, e que eles lhes transferiram, no momento em que os elegeram, como membros (ou o elegeu, como pessoa jurídica), “pelo fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente”, nos órgãos públicos ou perante outras representatividades civis, “fazendo-as existir como sendo dignas de existir, evidenciando assim ‘poder quase mágico das palavras’ de influir sobre as percepções da realidade” (BOURDIEU, 1996, p. 111).

Esse poder, o simbólico, é um poder que o grupo dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, pondo nele a sua confiança. Porém o “poder mágico das palavras” tanto procede ao apossamento da representatividade, quanto ao seu desligamento, quando essa “magia” não possui o poder do convencimento ou a força da representatividade esperada.

O poder só existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (Bourdieu, 1989, p. 157-188). Sem a crença da sua existência, a associação não existiria, porque o capital simbólico perderia a sua força e a sua legitimidade.

O mistério do processo de transformação (ou transubstanciação) de várias pessoas físicas que se transforma em uma pessoa jurídica, faz com que o porta-voz eleito se torne no grupo que ele representa, o canal de voz, o portador, a representação simbólica

personificado, a força do processo da expressão.

Essa representação simbólica só se constituiu a partir do consenso em que o grupo o consentiu: o porta-voz dotado de pleno poder de falar e de agir em nome do grupo. A associação, personificada em um corpo jurídico, possui a magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe.

Essa personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, faz sair do estado de indivíduos separados, individuais, que agrupados, elegeram a alguns, transmutando para um único corpo, a sua representação. Esse corpo eleito (associação) se constitui de diversos elementos, através dos membros que formam a unidade jurídica, representado por assentados e moradores da comunidade. São, individualmente, pessoas físicas, porém, na sua coletividade, através do processo de transubstanciação (eleito por voto, modificando a situação de física para jurídica) tornam-se um único elemento, a representar a comunidade.

Bourdieu (1989, p. 158) permanece nos esclarecendo que o mistério do mistério é um desses casos de magia social em que uma casa, uma pessoa, um endereço, uma sede, se torna uma coisa diferente daquilo que ela é: um homem, na pessoa do presidente da associação ou similar por ele determinado, que pode identificar-se e ser identificado como um conjunto de homens, os assentados.

O campo político, gerado a partir da escolha do representante da associação, que se denomina “presidente”, é o ponto convergente do monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade daqueles que o elegeu. O porta-voz – a associação - apropria-se não só da palavra do grupo dos assentados, ou melhor, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui de prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político.

A Associação dos Assentados, Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Ramal do Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, é o espaço jurídico que nasce da consciência e do desejo de uma coletividade, em construir uma representatividade simbólica e com força política, visando unir forças em prol de melhorias na qualidade de vida dos associados.

No período da pesquisa de campo, entrevistamos pessoas, observamos fatos, acompanhamos os processos dessas representatividades, permitindo-lhes falar livremente sobre os tópicos perguntados.

A relevância no tocante às análises sobre esse processo de transubstanciação se justifica devido à essencialidade de que os assentados necessitam possuir a sua representatividade, quer seja nas instituições de direito público ou privado, essencialmente nos órgãos norteadores, fiscalizadores ou de apoio nos projetos de assentamentos, em sua defesa ou em favor deles (assentados).

2.3 A REPRESENTATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

Associação de moradores é o espaço jurídico que nasce da consciência e do desejo de uma coletividade, em construir uma representatividade simbólica e com força política, visando unir interesses em prol de melhorias na qualidade de vida dos associados.

Em conformidade com a disposição do artigo 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”, formando as associações. Essas associações têm a função primordial de representar os assentados perante os órgãos governamentais, atestar veracidade no que concerne aos fatos e atos ocorridos dos domínios limítrofes de suas demarcações, ouvir e expor as pretensões através de ajuntamentos ordinários e extraordinários, denominado reuniões.

A figura jurídica da associação é elemento essencial nos assentamentos rurais, pois sem ela, os beneficiários da terra não têm representatividade que reconheça as suas verdades, nas ações e nas necessidades perante diversas instituições. Esse corpo jurídico possui o poder e a obrigação de ser o canal condutor da voz, da vontade, dos anseios, da insatisfação e também dos desejos de todos (pois ele representa as vozes que falam e as que se calam), que canalizam esses sentimentos para esse ser representativo, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem.

A associação recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem, e isto se verifica através das representações que ela desenvolve junto ao INCRA, IDAM, IDESAM, prefeitura municipal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), etc. quando da busca de soluções, apoios ou indagações que a mesma, na pessoa do líder, e de seus membros constitutivos, que os tornam representantes legais, eleitos pelos assentados e moradores. A sua voz representa o desejo dos ausentes, presente na transubstanciação e na representatividade política.

Levando-se em consideração que, no que concerne aos serviços públicos direcionados aos assentamentos rurais, são prerrogativas das associações:

- a) reivindicações para solicitação de serviços de recuperação de estradas;
- b) instalação e manutenção do posto de saúde;
- c) educação escolar para as comunidades do assentamento;
- d) ofertas de cursos de capacitação para os produtores;
- e) solicitações para liberações de subsídios mediante projetos devidamente aprovados.

Esses serviços visam melhorias das condições de subsistência dos assentados, diretamente entre associação e Estado, ou através do Conselhão (associação das associações do Tarumã Mirim).

Devido a associação não ser um “corpo estático”, ele se move:

- a) em repartições, apresentando reivindicações, solicitando melhorias para a coletividade, justificando atos e fatos dos representados;

b) em empresas, confirmando a legitimidade dos associados, quer em cadastramento nas casas agropecuárias (muitos associados não possuem comprovantes de residência, tornando-se necessário a Declaração de Atividade e Moradia) expedido pela associação;

c) em domicílios, em busca de conciliações para a harmonia social e interação entre os moradores.

Essas ações se tornam essenciais em comunidades rurais, onde não há a presença de postos de atendimento direcionados à segurança pública, conselhos tutelares, lazer comunitário⁴, etc. cabendo à associação tomar a si parte dessa responsabilidade, buscando amenizar essas ineficiências com iniciativas criativas, instigando à socialização⁵ e harmonização entre todos.

2.4 A ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE AFATAM

A Associação dos Assentados, Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Ramal do Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, foi fundada em 13 de setembro de 1997. As eleições ocorrem a cada quatro anos, para eleger os seus representantes legais (ou antecipadamente, quando a representatividade não enceta o desejo comunitário), podendo ser, ou não, de acordo com a vontade democrática, reeleitos por mais um período idêntico.

No período da pesquisa de campo, tivemos acesso aos livros de ata da associação do Afatam desde 2004, até o momento final desta pesquisa, em 2016, onde foi possível observar os fatos relatados, e constatar a necessidade das representações, pois os assentamentos rurais possuem as suas especificidades, quando tornam-se imprescindíveis as representações simbólicas, para manifestar as reivindicações e afins. Os referidos livros constam seus registros no Cartório RTD de Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Manaus AM, sob diversos protocolos.

Naquela comunidade consta nos registros da associação 119 associados, de um total de 85 sítios (conforme Ata p. 36, atualizada dia 01/02/2015), denominados lotes, com áreas diversificadas, de até quatro módulos fiscais. Um módulo fiscal pode conter diversos associados, cabendo a cada morador a decisão de associar-se ou não. Tal fato inicialmente nos causou estranheza, quando observamos a disparidade entre a quantidade de lotes existentes (85) e a quantidade de associados (119), fato este que nos foi esclarecido pelo intermediador da pesquisa. Não existe a obrigatoriedade de o morador filiar-se a qualquer associação, porém sempre é incentivado a tal prática, devido a comodidade e essencialidade do fato no ato de qualquer representação necessária, em que necessite atestar veracidade, ou requerer direitos, reivindicar assistências.

4 Mais detalhes no artigo publicado no periódico Review of Research-“Lazer rural: Entretenimento presente e estado ausente no Tarumã Mirim”. Disponível em: <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=345928>

5 Mais detalhes no artigo publicado no periódico Golden Research Thoughts –“O “eu” e o “nós” analisados pela teoria elisiana: o processo civilizador e as inter-relações sociais no contexto rural”. Disponível em: <http://oldgrt.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=8594>

Observamos que os pedidos destinados ao INSS para auxílio-doença, aposentadorias por idade ou invalidez, auxílio maternidade, etc. só se concretizam com a intermediação da associação, tendo como documentação de veracidade as assinaturas dos solicitantes em atas e as declarações expedidas pela mesma, atestando a realidade dos fatos mencionados.

Percebemos, no transcorrer da pesquisa, que alguns assentados já obtiveram benefícios com a intermediação do Sindicato Rural, devido no momento da solicitação não ter filiação a nenhuma associação, porém não percebemos regularidades assíduas desse fato, porque o Sindicato Rural é sediado em Manaus, enquanto que a associação tem a sua base dentro da própria comunidade. Ademais, o representante da associação tem mais conhecimentos da realidade do associado que mesmo o sindicato que também o representa.

Pedidos para apropriação a novos assentados, para lotes em que se encontra em situação de vacância também são procedidos através da associação, protocolados diretamente ao INCRA e não individualmente pelo interessado, porém, nos períodos em que tivemos acesso às atas, não localizamos nenhum pedido de retomada dos lotes devido a irregularidades que contrariassem as normatizações do órgão gestor, apesar de existirem diversos lotes com uso inadequado ao que preconiza o Estatuto da Terra.

No tocante aos associados, aqueles que residem nas cercanias do Ramal do Pau-rosa têm a opção de se associar tanto em uma, quanto em outra associação, ficando neste caso a opção pessoal levado por simpatias ou comodidades para a vivência associativa. Vale também salientar que não somente os assentados, porém a quem interessar possa, o ingresso em uma associação independente da sua condição de regularizado, em processo ou estando irregular no lote.

2.4.1 As reuniões ordinárias

As reuniões ordinárias, aberta a todos (associados ou não), possui a periodicidade mensal, e, nas nossas observações participantes, nos meses em que acompanhamos as diligências da associação da comunidade Afatam, elas ocorreram na sua regularidade normal, com o corpo jurídico eleito. Nelas, conforme constatamos, não somente as “vozes” se manifestavam com “suas vozes” quanto os ausentes “com seus silêncios”, empossavam os membros da associação a lhes representar nas ações propostas, haja vista que a associação representava (e representa) tanto os presentes quanto os ausentes no que concerne às suas funções administrativas, políticas e sociais.

Naqueles intervalos de tempo em que observamos as transubstanciações, as discussões abrangiam diversos tópicos, sendo os essenciais e prioritários a recuperação das vicinais, a substituição da ponte que interliga duas comunidades na área, e, em terceiro lugar, o pedido a visitas de patrulhamento policial pelo menos esporadicamente, no intuito

de coibir a comercialização de drogas na comunidade (e em todo assentamento).

2.4.2 As reuniões extraordinárias

As reuniões extraordinárias geralmente são “fechadas”, destinadas somente ao corpo jurídico dos membros eleito na sua constituição estatutária. Possui também a periodicidade mensal, no intuito de deliberarem sobre as diversas tomadas de decisões no que concerne à comunidade. Em determinação no estatuto, as reuniões extraordinárias poderão ser suprimidas se não houver pautas que as justifiquem. Porém, nos meses em que acompanhamos esse processo de transubstanciação, em todos os períodos determinados elas ocorreram.

Os fatos de caráter urgente e relevante também demandam reuniões extraordinárias, tais como: calamidades locais, acidentes graves, confrontos que possam levar ao desequilíbrio social, etc.

Nessas reuniões extraordinárias são feitos também os levantamentos administrativos, financeiros e contábeis, sendo imprescindíveis as manifestações do Conselho Fiscal, a delimitar gastos e criação de estratégias no intuito de conquistarem novos sócios para a associação.

2.5 AS FORÇAS SE FORTALECEM NA COLETIVIDADE

Presenciamos também a formação de comitivas desses representantes, para diligências à Prefeitura Municipal de Manaus e Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF), em atendimento às reivindicações dos assentados e moradores, para a recuperação das vicinais e para a substituição da ponte, pelos representantes juridicamente formados e simbolicamente representados, na busca de soluções para os problemas apresentados naquela comunidade.

Em nossas participações nas reuniões da associação da comunidade Afatam, no período da pesquisa de campo, presenciamos realinhamentos de forças, confirmando as interligações sociais existentes na comunidade. Em todas as reuniões anteriores já assistidas, o tópico mais discutido eram as precariedades das estradas e a fragilidade da ponte que a interliga com outra comunidade, e que dá acesso ao ramal principal (Pau-rosa).

Em uma dessas reuniões em que observávamos, a assembleia constatou serem necessárias ações mais enérgicas no intuito de obterem resultados. Em decisão unânime, os presentes decidiram sair da sede da associação e dirigir-se à ponte, para filmar o alarido dos transeuntes pedindo providências, outros mostrando os riscos nas laterais da ponte, com as madeiras deterioradas, motoristas atravessando seus veículos com dificuldades sobre ela. Posteriormente, em comitiva, os representantes eleitos da associação dirigiram-

se mais uma vez à SEMINF, a solicitar providências no tocante à ponte.

A realidade da força coletiva confirma as teorias de jogos de Elias (2008), ao citar que, quando vários indivíduos se juntam, encontram uma relação uns com os outros, formando um equilíbrio de poder, onde quer que haja uma interdependência funcional (p. 80-81) e que a teia de relações humanas muda, quando o processo social se sobrepõe ao processo individual. Quando todos se mantêm interdependentes, mas não estão jogando uns contra os outros, e sim coletivamente, unindo forças em uma única direção, com um líder coordenando o jogo (p. 92-93), conjuntamente representam uma força maior do que vários jogadores individuais, onde cada um puxa somente para si.

Esses processos das configurações sociais se desenvolvem a partir de um ponto central, convergindo forças em uma direção determinada, realinhando de forma coletiva. Com as forças convergindo em uma única direção, mostram a potencialização. Porém, se cada um puxasse somente para si, a aplicação da força seria a mesma, porém o resultado se anularia, pela falta de convergência e direcionamento otimizado.

Este é o papel simbólico dos líderes ou dos representantes, quando trabalham em prol da comunidade, de forma coletiva, inclusive orientando-os da necessidade de unirem-se socialmente, “puxando os cordões” em uma única direção, e não somente em benefício próprio ou situações particulares.

Percebemos naquela manifestação na ponte, que as configurações foram se modificando, se sobrepondo, do individual para o coletivo, para o social, as forças também foram se modificando e se solidificando, unindo forças e vozes, para o bem comum.

Essas configurações e essa união de forças, no jogo coletivo, convergiram-se em resultados positivos, visto que a comunidade, quando decidiu “puxar os cordões” coletivamente, tendo à frente uma representação com poder de voz, conseguiram substituir a ponte de madeira, deteriorada, por uma ponte de manilhas, com durabilidade e resistência tão almejada. Tal benfeitoria ocorreu ainda no tempo da minha coleta de dados naquela comunidade, e tive o privilégio de presenciar inúmeras manifestações de felicidade advindas daqueles assentados e moradores.

Reconheceram, demonstrado pelo líder da comunidade, que as benfeitorias só ocorreram porque a união superou o individualismo, instigados por orientações pertinentes naquela direção.

Observamos também outra conquista na comunidade, quando a representação simbólica da associação fez-se ser atendida, e convergiu em recuperação das vicinais. De caráter provisório e resultados de curto prazo (conforme mais detalhados posteriormente), porém a demonstração da união coletiva, através de representatividade jurídica, se solidificou em resultados almejados.

2.6 ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Os produtores rurais envolvidos nas atividades agropecuárias e pesqueiras no âmbito do estado do Amazonas têm a prerrogativa de escoarem e comercializarem as suas produções, com a intermediação das associações ou cooperativas que os representem, através da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).

O Programa "Amazonas Rural" lançado pelo Governo do Amazonas é executado através da ADS, e tem como objetivo aumentar a produção do setor primário no estado e impulsionar a agricultura, extrativismo vegetal, pesca e pecuária, fomentando a economia local. Apesar de tratar-se de proposta atraente, tanto pelo aspecto da comercialização, quando pelo do escoamento da produção, na comunidade pesquisada somente dois produtores, ENT-2 e ENT-35, utilizaram a comercialização e logística da ADS nos anos 2015 e 2016.

Para um melhor entendimento acerca desse processo, acompanhamos as negociações, para análise da preponderância da representatividade jurídica da associação. Procuramos saber com os membros da associação, o motivo da falta de interesse por tal procedimento, apesar de facilitador. Esclareceram-me que é devido à obrigatoriedade de terem o produto durante a vigência do contrato, caso contrário, ao fazer o pedido e o produtor não atender ao solicitado, a associação que o representa se sujeita às penalidades, tais como multa por quebra de contrato. Neste caso, ou pagam a multa, ou precisam comprar os produtos de terceiros, às vezes nas feiras de Manaus, como foi o caso da ENT-2, no ano anterior a esta pesquisa, com prejuízos aparentes, para atender às cláusulas contratuais.

As plantações, criatórios ou extrativismos são executados pelas pessoas físicas, porém, para escoarem e comercializarem, esses mesmos indivíduos se transformam na pessoa jurídica que os representam, transferindo-lhes as prerrogativas comerciais, nas contratações com a ADS. Os assentados necessitam da associação para a intermediação das negociações.

Os preços negociados são estipulados previamente, na assinatura do contrato, para o ano vigente. Tal processo auxilia aos produtores no que concerne ao escoamento da produção, inibe a ação dos atravessadores, soluciona parte do problema de muitos que não possuem transporte próprio, e evita o desperdício no campo.

Presenciei duas tentativas de negociações para comercialização e escoamento das produções agrícolas junto à Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS-AM). Um conseguiu seu intento (ENT-15) e outro não (ENT-30). Todos assessorados pela sua representatividade jurídica, a associação.

2.7 TRANSFERINDO A TRANSUBSTANCIAÇÃO

Qualquer associação dos assentados, pelo poder nela investido, possui a prerrogativa

de transferir a outrem o seu poder de voz, mesmo que o “receptador do poder” não seja eleito na forma democrática para constituição do seu corpo jurídico, em situações específicas. Presenciei tal processo de transferência de transubstanciação nas prestações de serviços de forma extensionista pelas próprias assentadas, em uma comunidade ao final do ramal do pau rosa, quando percorria o assentamento, praticando a observação participante. Tal transferência ocorreu após a reunião tradicional daquela associação, quando começou o curso da arte de pintura e bordado, de caráter semiprofissional, capacitando as interessadas, presentes naquela reunião.

Nesse momento, o “poder da representatividade” era transferido da presidente daquela comunidade às “professoras” (moradoras locais), que assumiam a coordenação dos trabalhos representativos, ministrando cursos e orientando às assentadas no tocante às possibilidades produtivas do trabalho artesanal. Os cursos de pintura e bordado, ministrados de forma gratuita nos dias de reuniões, conforme me esclareceu a presidente, ocorria há mais de um ano, profissionalizando e socializando as participantes.

Dumazedier (1973) cita que essas atividades mesclam aspectos profissionais, socialização e desenvolvimento da personalidade, em adequação à sociologia do lazer. Pelos aspectos da socialização, em concomitância entre trabalho e lazer, vale ressaltar o semilazer, que, segundo definiu Dumazedieu (1973, p. 117) “as atividades de semilazer são aquelas executadas não para atenderem a uma necessidade, mas sim aquelas feitas de boa vontade e consideradas por quem as executam, como atividades de descanso”, mesmo na elaboração de tarefas executadas no seu tempo livre, porém com resultados que demandam quebra de rotina, a diferenciar das tarefas profissionais ou domésticas.

Dumazedier (1973) citou que muitas experiências dentro dos interesses culturais manuais do lazer teriam uma dupla função:

- a) gratuidade na sua essência - um dos fatores fundamentais do lazer – onde os ensinamentos e execução não tem como prioridade ou finalidade as questões econômicas;
- b) de utilidade no seu processo (uma das características mais próximas ao mundo da obrigação/trabalho), que provoca a sensação de bem estar causada por uma experiência simplória, na própria execução da tarefa, ou na transferência de saberes, frente a um desafio aceito (livre escolha), munido de conhecimentos e habilidades específicas (competência ótima), com os recursos necessários (equipamentos essenciais), a exercer um ciclo completo de começo (desafio) meio (processo) e fim (solução) de uma experiência de “lazer” ou, nesse caso, de “semilazer”, dado o contexto utilitário de sua finalidade.

Pelas concepções de Elias e Dunning (1992, p. 147), essas atividades de livre escolha, a exigir habilidades e ferramentas essenciais são classificadas como Atividades Intermediárias, no subgrupo trabalhos particulares, servindo para atender as necessidades de formação, satisfação pessoal e autodesenvolvimento, tais como: participação em questões locais, atividades de caridade, fotografia amadora, trabalho em madeira, bordado, crochê, etc.

Nesses dias de eventos na associação, relatou-me aquela presidente da associação, algumas mulheres transmitem o conhecimento às outras acerca dos trabalhos de tricô, pintura e bordados, em diversos modelos e padrões, desde guardanapos, panos de pratos e batas, desenvolvendo um “faça-você-mesmo”, também conhecido por *bricolagem*, onde as gargalhadas, as conversas livres de tensões e o sentido desinteressado das atividades, formam momentos festivos interligados com momentos produtivos.

Em diálogos com a presidente da associação sobre essa “transubstanciação extraoficial”, ela nos esclareceu que

- É enriquecedor porque profissionaliza e prazeroso porque diverte. Essa é uma das funções da associação, levar conhecimentos e também socialização a todos. [...] se algumas dessas mulheres possuem técnica, prática, disponibilidade de tempo e solidariedade pra transmitirem o que sabem, nada mais justo que nós, como membros constitutivos dessa associação, passar a elas essa função de dirigir parte dos trabalhos que executamos nas reuniões.

Observei as atividades. As mulheres riam, brincavam, pilheriavam, e iam bordando, pintando... e se divertido. A velocidade de suas mãos seguia o ritmo das gargalhadas, ou desencontravam-se, mas o bom humor prevalecia por todo o período da “aula”.

2.8 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Conhecer os assentamentos rurais, no regime da agricultura familiar, através das teorias originadas no Estatuto da Terra, das Instruções Normativas e de outros projetos de lei que sustentam essa “realidade teórica”, nos remete a um Brasil Ideal, semeado de possibilidades, onde torna-se apazível plantar idealizações e colher realizações.

Olhar esses mesmos assentamentos rurais, nesse mesmo regime agrícola, através das percepções dos assentados, na realidade do campo, nos mostram lacunas de um Brasil Real, formando paralelos que teimam em manterem-se afastados do Brasil Ideal, apesar de tantas teorias existentes e tantos lotes destinados para tal.

O adequado seria que em algum momento esses paralelos se curvassem e se interligassem, deslanchando-se em resultados positivos, quando teoria e prática se juntam, de forma harmônica, para a obtenção de resultados satisfatórios, que, neste parâmetro, se resume em uma única palavra: produtividade. E na luta para que esses paralelos se transformem em interseções, há a presença da associação, a solicitar cursos de capacitações. Para uma melhor assimilação a esse item.

Acompanhamos os técnicos do IDESAM, lançamentos ao Plano-safra 2015 e 2016, participei de comitivas aos órgãos públicos e outros eventos em que a associação se encontrava presente, em busca de ampliar conhecimentos para posteriormente repassar aos seus associados as informações pertinentes.

Foi claramente observada a importância da representatividade das associações como

fator preponderante para a elaboração de projetos junto ao IDAM, bem como verifiquei posteriormente em atas da associação dos assentados da comunidade Afatam sobre o quão significativo seja tal representatividade, e, infelizmente, quão poucos assentados chegam ao final do processo, culminando com o acesso ao subsídio.

Acompanhei duas visitas (ENT-2 e ENT-35) junto ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM-AM) em busca de liberações de subsídios governamentais. Ambos pedidos negados por motivos justificados.

Nas execuções da elaboração de alguns projetos, o IDAM prioriza elaborá-los para produções continuadas, buscando atender aqueles assentados que já desenvolvem a atividade à qual ele estão buscando projetos (e o subsídios) e não àqueles que tentam fazer projetos para algo alheio ao seu conhecimento, devido ao risco da inexperiência incorrer em possíveis fracassos.

Independentemente dos esforços dispendido pela associação dos assentados, as lacunas entre o Brasil Ideal, com seus projetos e subsídios, e o Brasil Real, com as inacessibilidades ao crédito subsidiado e as constantes lutas na terra, as lacunas teimam em existir e se apresentar.

Ao concluirmos uma pesquisa, nem todas as hipóteses se confirmam, mas outras se fortalecem nas análises finais. O poder representativo da associação dos assentados não detém sobre si a força jurídica somente pelo poder político a ela investido, mas pelas estratégias adotadas, na busca por soluções aos problemas comunitários.

Durante os 22 momentos de análises confirmatórias para a transubstanciação, tornou-se possível “visualizarmos” as ações das associações, porém nem em todas se resultou em problemas solucionados.

Nas reuniões ordinárias, as ausências (reais) representam aproximadamente 70% da comunidade, ou seja, dentre 119 assentados e moradores, geralmente comparecem, em média, 35 pessoas, conforme análises no livro complementar de assinaturas em reuniões ordinárias. Nas outras comunidades, os representantes eleitos também me confirmaram problemas similares. Utilizo a palavra “problema” de forma intencional, porque realmente é um problema quando a maioria dos assentados e moradores dá força aos seus representantes somente pelas suas ausências, não participando nem contribuindo com as associações.

Outro aspecto observado refere-se à parte financeira, que, ao fazermos o levantamento, constatamos que em média 25% contribuem com mensalidades para os custos administrativos da associação, estando o restante beneficiando-se das iniciativas e resultados de poucos, em prol de todos.

Esses ausentes, suas comodidades, não se preocupam em associarem-se, nem em acompanharem as ações associativas, apesar de beneficiarem-se em diversos contextos, quando os resultados se repercutem em benfeitorias para a comunidade, e, nesse aspecto,

seus silêncios também possui representatividade, porque as soluções beneficiam a todos. Nas reuniões extraordinárias da comunidade Afatam também não percebemos empenhos na sua. Dentre os 16 membros democraticamente eleitos a compor o quadro político, fiscal e administrativo, geralmente somente 40% possuem participações ativas.

Percebemos o “conforto” em diversos associados, por haver quem falassem por eles, os representando onde se fizesse necessário, em busca de melhorias ou para atestar as suas veracidades. Ao inquirirmos alguns assentados, nos diversos parâmetros observados, sobre o papel da associação, responderam-nos que é a melhor forma de terem as suas reivindicações atendidas.

As petições em busca de melhorias nas diversas esferas governamentais, o poder da voz e a consciência das necessidades nem sempre se repercutem em resultados positivos, porém, se não existisse a figura política daquele que os representam, a comunidade padeceria em piores condições, relegada ao ostracismo, na busca por melhorias, nos aspectos administrativos ou sociais, conforme nos esclareceram alguns.

Esse corpo jurídico (a associação) possui o ônus e o bônus, para ser o canal condutor da voz, daqueles que ela está a representar. Através da sua força política, por representar diversas vozes, ele orienta, solicita, postula diretamente junto aos seus associados, diversas demandas administrativas.

Incumbe-se e assume para si também as prerrogativas na busca por melhorias, quer seja nos órgãos públicos, privados ou perante outras representatividades civis, como uma “voz jurídica”, a buscar melhorias para a comunidade, ou na aplicabilidade dos direitos cedidos.

Em diversas oportunidades presenciamos resultados concretos desse processo, tais como:

- a) a aprovação da recuperação das vicinais da comunidade, em que o apelo proveniente da associação representou o desejo da coletividade;
- b) a substituição da ponte, que também foi conquista de muitos, através do canal de voz legitimamente representado;
- c) os acompanhamentos ao INCRA, na pessoa do presidente da associação com diversos assentados, em reivindicações pertinentes;
- d) as solicitações ao IDAM e IDESAM, em pedidos que atendessem à comunidade, relacionados a projetos ou cursos de capacitações;
- e) na Eletrobrás Amazonas Energia nas solicitações de benefícios relacionados aos pedidos de “ligar a luz” ou seja, instalar medidores e oficializar o registro de consumo de luz, etc.

Em todas as manifestações, através de pedidos procedentes dos associados, eram solicitados nos momentos das reuniões, nos ajuntamentos de todo 1º domingo de cada mês. O processo de transubstanciação se encontrava presente, porque a “pessoa física” necessitava da figura da “pessoa jurídica” para ser representada. Nem todas as

reinvindicações foram atendidas, mas “a voz” se tornou “audível” onde se tornou necessária.

O INCRA reconhece o assentado, na qualidade de pessoa física quando a eles destinam terra, porém a partir das concessões pertinentes em lei, as suas representações são através das associações. Outros órgãos governamentais, tais como prefeitura, destinam melhorias para os assentamentos rurais a partir das reinvindicações originadas nos ofícios elaborados pelas associações.

Nos diversos âmbitos no universo rural, a transubstanciação é um processo representativo, emitindo a voz daqueles que falam e dos que emudecem, porque várias vozes de pessoa física possui pouca representatividade, frente à uma única voz, a da pessoa jurídica, que os representam e contam as suas histórias, afirmam as suas veracidades, e transmitem as suas reinvindicações.

A figura jurídica da associação é elemento essencial nos assentamentos rurais, pois sem ela, os beneficiários da terra não têm representatividade que reconheça as verdades e as suas necessidades. Nesse sentido, eles se transubstanciam de várias pessoas físicas em uma pessoa jurídica, com vez e voz para os representarem.

Os assentados necessitam transferir o poder das suas vozes a um corpo jurídico para os representarem, porque a força coletiva do poder da voz jurídica detém o capital político, com peso e poder a ela investido, porque as vozes que ela representa, mesmo no silêncio dos associados, lhe empodera para reivindicar e demandar.

Nesse ínterim, como conclusão desse parâmetro observado, devido a suma importância das associações, principalmente na sua função complementar norteadora, orientadora e representativa dos assentados nos assentamentos rurais, sugerimos (ou ressaltamos) que os órgãos gestores institucionais deveriam instruir as associações devidamente, capacitando-os adequadamente, porque, quem tem a função de, em uma única voz, pronunciar as vozes de toda uma comunidade, necessita saber quando, a quem e como falar, inquirir, solicitar, para que a sua representatividade não seja somente simbólica ou local (somente dentro da comunidade), mas sim real, adequada, pertinente, para que os resultados sejam compensatórios.

Com essas adequações, ganhariam as instituições, por atenderem assentados que possuem boas representatividades, com bons planejamentos, reinvindicações pertinentes, e ganhariam os assentados, por possuírem representantes que os conduzissem a resultados que levassem a mais otimizados, por conhecerem “caminhos” mais adequados para chegarem às pretensões produtivas e sociais.

PARTE II

A REALIDADE: O BRASIL REAL

A humanidade só evolui, quando a solidariedade substitui o preconceito.

Águida Meneses Valadares Demétrio

HORIZONTE PARALELO: UM MUNDO À PARTE NO PATARUMÃ MIRIM

Para conhecer um assentamento rural, nos aspectos da agricultura familiar, instigamo-nos a “vivenciar”, quer empiricamente, quer nas teorias, esse “mundo paralelo”, que são as “rotinas na roça” que distam do cotidiano urbano, sem internet¹, cinema, centros de compras, parques, clubes, etc. Transitar entre teoria e prática, entre mundo teórico e empírico, ampliou nossos conceitos, clareou nossas ideias, favoreceu um melhor entendimento entre o Brasil Ideal e o Brasil Real.

Se na primeira parte deste trabalho abordamos o Brasil Ideal, constituído de leis, representatividades, normatizações, projetos e planos governamentais, nesta parte procuramos vivenciar (e evidenciar) o Brasil Real, com as suas contradições, as suas precariedades e também a sua beleza. Sim. Beleza, porque, apesar de tantas dificuldades observadas, tanta “labuta” do homem no campo, a singeleza se abre mediante a beleza simplista que cerca o Tarumã Mirim, desde o murmurar das águas que singram as matas, ao arrulhar dos pássaros no amanhecer; desde a simplicidade do caboclo agricultor, ao acolhimento carinhoso da mulher trabalhadeira, com a sua caneca de café, no riso fácil na sua casa; desde à observância das crianças trepadas nas árvores, às suas “caras” lambuzadas de felicidade e curiosidade.

Diversos aspectos diferenciam o amanhecer rural do urbano, e pude vivenciar esses dois amanheceres, e fazer comparações entre um e outro. Cada um oferece vantagens e desvantagens, possibilidades, perspectivas, sensações diferenciadas, porém cada ciclo da vida se adequa ao seu momento e ao seu prazer:

Amanhecer na zona urbana

Ruídos de buzinas

Utilização de apetrechos domésticos

A corrida contra o relógio

Sons cotidianos da vizinhança

Carros de sons dos ambulantes

Ambulantes porta a porta

Amanhecer na zona rural

Canto dos pássaros

Preparo manual de cuscuz e bolos

O burburinho das águas

O cacarejar das galinhas

A afiação dos equipamentos rurais

O “diálogo” dos animais

¹ Em 2016 eram raríssimas as residências que possuíam antenas captadoras de sinal de internet e retransmissão de sinal. Atualmente (2020) já se tornou mais acessível essa conexão, que é feita diretamente de satélites geoestacionários até um receptor que é instalado nas residências, distribuído através de modems que fazem a conversão do sinal em dados para a conexão via internet rural.

Estresse do dia a dia

Planejamento da vida diária

Riscos da violência urbana

Cuidados com feras e cobras

Isto não nos reporta às melancolias ou bucolismos, porém é um preâmbulo para nos adentrarmos ao Brasil Real, semeados de dúvidas, anseios, perspectivas, ilusões/desilusões, a diferenciar do Brasil Ideal, que conhecemos na parte I das normatizações e da Utopia.

3.1 PREMISSAS BÁSICAS DE UM PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL

Diversas são as características essenciais constituintes de uma comunidade em um assentamento rural que propiciam os aspectos socioeconômicos, porém vale citar prioritariamente cinco:

- a) subsídios governamentais;
- b) cursos de capacitação e orientação técnica;
- c) acessibilidade (estradas);
- d) saúde básica;
- e) educação escolar.

Sem esses cinco elementos-base para gerir um assentamento, pouca possibilidade haverá de deslanchar, subsistir ou desenvolver-se, ficando o assentamento fadado ao fracasso, porque o assentado, sem ajudas externas (de órgãos públicos ou entidades) não têm condições de subsistir da sua labuta na terra ou na vivência na casa. Vamos analisar hipoteticamente uma rotina:

a) o assentado “X” ganha a terra, porém ele não tem condições financeiras para contratar maquinários (trator, esteira, pá mecânica) para “abrir” estradas. Não terá condições nem de entrar com insumos. Porém, mesmo que ele consiga levar seus insumos (adubos, sementes, etc), ele prepara sua terra, aduba, planta seus cultivos e... chega o momento da colheita. Se não há estrada adequada para escoar sua produção, como transportá-la?

b) a zona rural é permeada por manifestações típicas de doenças regionalizadas, tais como: malária, leishmaniose, febres intermitentes, necessidade de vacinações, etc. Sem uma unidade básica de atendimento, como o sr “X” e família superará todas essas carências?

c) esse mesmo sr. “X” possui três filhos em idade escolar, mas, se não há escolas no assentamento, como essas crianças receberão educação básica? O sr “X” não têm condições de contratar professora particular, e nem de enviá-los dia a dia para escolas na cidade. Ademais, como certificá-los, porque “professora particular” têm a função de “reforço” e não de certificação válida nos níveis educacionais;

d) Geralmente subentende-se que o sr “X” é familiarizado com o manuseio agrícola à terra, porém novas técnicas estão em constante desenvolvimento, novas formas de

produzir “mais e melhor” lhes proporcionaria maiores capacidades produtivas. Porém, sem as devidas orientações, ele permanecerá no ostracismo, porque ele não tem condições de contratar um engenheiro agrônomo para o auxiliar, fazer análise do solo, medir o PH da água para a piscicultura, etc;

e) o sr “X” “ganhou” a terra, onde o governo o assentou, porque não teve condições de compra-la. Ora, se não teve recursos para a compra, também não haverá condições de produzir de forma sustentável. Necessita de investimentos para os insumos e para a sua estrutura produtiva.

Sem esses “suportes” governamentais, ele da terra não subsistiria. Definharia e haveria o êxodo rural, migrando-se para a cidade: sem teto, sem trabalho, sem perspectivas.

Após essa “realidade subjetiva”, hipoteticamente relatada, podemos nos adentrar nas premissas essenciais para que um projeto de assentamento gerido pelo estado possa ter condições de propiciar aos seus assentados as mínimas condições de subsistência:

a) acessibilidade (estradas): trafegabilidade é alocar e deslocar insumos que possibilitem produzir, é condição primordial para o produtor escoar sua produção, ir e vir de forma segura, transitar entre o rural e urbano;

b) saúde básica: os cuidados à saúde na zona rural são descritos como Atenção Básica à Saúde, tendo como princípios e diretrizes a Universalidade (acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade), Equidade (ofertar o cuidado, reconhecendo as diferenças nas condições de vida e saúde e de acordo com as necessidades das pessoas) e Integralidade (conjunto de serviços executados pela equipe de saúde que atendam às necessidades da população relacionados ao cuidado, promoção e manutenção da saúde, da prevenção de doenças e agravos).

c) educação escolar: a educação no campo é uma modalidade que ocorre em espaços denominados rurais, e diz respeito a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura e ultrapassa, chegando também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. A Constituição Federal afirma que é obrigação do Estado brasileiro construir escolas nas regiões onde haja carência de vagas, como uma forma de utilizar o orçamento do governo para reduzir as desigualdades sociais. Enquanto os filhos de “abastados” podem cursar escolas particulares onde melhor lhe aprouver, cabe aos assentados utilizar-se da rede pública educacional ofertada no assentamento;

d) cursos de capacitação e orientação técnica: orientar e capacitar visa ampliar conhecimentos, instigando ao melhoramento produtivo, aumentando a rentabilidade da terra, melhorando as técnicas de cultivo, respeitando as condições agrárias, utilizando de forma segura os defensivos e agrotóxicos;

e) subsídios governamentais: o subsídio é um valor monetário fixado e concedido pelo Estado para projetos de interesse público, que representa papel importante para a economia do país, ou seja, é um auxílio monetário concedido pelos poderes públicos. Nesse

contexto, trata-se de recursos financeiros, em que o governo facilita e concede descontos aos agricultores familiares, no intuito de auxiliá-lo nos aspectos produtivos, visando ao desenvolvimento nos projetos de assentamentos rurais. Os subsídios mais comuns a essa vertente rural são os Planos Safras, com incentivos que vão desde descontos de 40% a 85%, favorecendo o agricultor.

Esses cinco quesitos foram selecionados previamente, a partir de diálogos com diversos líderes e presidentes das associações e cooperativas do assentamento, bem como junto aos agricultores da região, em outros trabalhos executados na área, antes da apresentação do projeto de pesquisa ao Conselho de Ética.

3.2 A PESQUISA DE CAMPO

No decorrer da entrevista com os 70 assentados e moradores dentro dos critérios de inclusão, foram apresentados aos entrevistados os cinco itens mencionados (estradas, saúde, educação, capacitação, subsídios) e lhe foi solicitado que relatassem, por ordem de prioridade, o que mais necessitaria melhorar no assentamento.

Os dados foram compilados quantitativamente, utilizando-se escala de pesos. Considerou-se que a prioridade mais importante deveria ser citada em primeiro lugar (Prio-1), tendo, portanto, o maior peso, ou seja, peso 5. Esse referido peso foi multiplicado pela quantidade de vezes em que foi citada, totalizando a quantidade de peso; a segunda prioridade (Prio-2) teria peso 4, que também foi efetuado a multiplicação por 4, e assim sucessivamente. A quantidade mencionada na coluna Prio- refere-se ao número de vezes em que foi citada pelos entrevistados, cada uma totalizando 70 ao final da linha. A partir dessa compilação, formatamos a seguinte Tabela:

Necessidades	Prio-1	Peso 5	Prio-2	Peso 4	Prio-3	Peso 3	Prio-4	Peso 2	Prio-5	Peso 1	Total	%
		Priox5		Priox4		Priox3		Priox2		Priox1		
Estradas	33	165	13	52	12	36	8	16	4	4	273	25,90%
Saúde	21	105	16	64	14	42	11	22	8	8	241	22,98%
Educação	6	30	18	72	24	72	12	24	10	10	208	19,73%
Capacitação	5	25	15	60	9	27	24	48	17	17	177	16,79%
Subsídios	5	25	8	32	11	33	15	30	31	31	151	14,71%
Total	70		70		70		70		70			100%

Tabela 1 – Quinteto das necessidades da comunidade Afatam, por prioridades (Prio)

Fonte: Pesquisa de campo

Nas verificações quantitativas, analisando-se pelos percentuais que cada peso corresponde às necessidades (e anseios) dos entrevistados, e citados como maior “precisão

urgente”, segundo diversas menções dos entrevistados na comunidade, formatamos a Tabela 2, conforme explanado:

1ª necessidade citada	Qte vezes em Prio-1	% alocado	Peso Prio-1	Peso total
Estradas	33	47,15%	165	273
Saúde	21	30%	105	241
Educação	6	8,57%	30	208
Capacitação	5	7,14%	25	177
Subsídios	5	7,14%	25	151
Total	70	100%	350	1050

Tabela 2 – Quinteto das necessidades da comunidade Afatam, por prioridades (Prio)

Fonte: Pesquisa de campo

Observamos que Capacitação e Subsídios atingiram a mesma quantificação relacionado às necessidades na 1ª prioridade, portanto utilizamos o peso da 2ª prioridade, para o quesito desempate, quando 15 entrevistados mencionaram as capacitações, enquanto subsídios, nessa mesma coluna, foram mencionados somente por oito entrevistados, conforme Tabela 1.

As análises seguem a partir da classificação atingida, ou seja, do critério que apresentou maior precariedade (estradas) e finalizando com os subsídios, sendo, portanto, nessa ordem que iremos fazer uma análise sistemática dos itens catalogados: estradas, saúde, educação, capacitação, subsídios.

3.2.1 As Estradas do Sol

O projeto de assentamento Tarumã Mirim segue ao padrão espacial tradicional, conforme cita Leite (2004, p. 81), “a organização espacial interna dos projetos de assentamentos é diferenciada e parece seguindo um padrão preexistente entre os agricultores familiares”, observado pela forma de se organizarem (através de associações ou cooperativas), existindo um ramal principal que corta o assentamento (Pau-rosa).

Somente esse ramal principal possui asfalto (ou possuía), porque há trechos praticamente intrafegáveis, porque antes havia asfalto, no momento da pesquisa eram somente remendos, ou, pior, crateras, que muitas vezes os veículos abandonavam as “estradas” e faziam desvios por dentro do mato, para poder seguir trafegando.

Os acessos adjacentes são denominados de vicinais, de caráter secundário, sem asfaltamento. São essas vicinais que dão acesso às comunidades, exceto àquelas comunidades que situadas no ramal Pau rosa. São estradas intrafegáveis em determinadas épocas do ano, quando chuvas intermitentes ocorrem, aumentando a precipitação média anual de água.

Na pesquisa de campo, detectamos que, no quesito “necessidades”, o tópico “estradas” atingiu o *podium*, com 25,90%. Ao analisarmos através da quantidade de entrevistados que a definiu como a prioridade número 1, entre os 70 entrevistados, 33 elegeram esse quesito como premente, correspondendo a 47,15% da população pesquisada. Esse resultado nos mostra sua importância, e necessidade de sanar tal demanda.

Na comunidade onde foram realizadas a maioria da pesquisa, três vicinais que permitem acesso à comunidade analisada estavam sofrendo recuperações inadequadas naquele momento. As vicinais intermediárias, que permitem acesso aos lotes, permanecem na precariedade, e, em alguns lotes, o problema apresentava-se pior ainda, por não possuírem acesso algum, exceto para o tráfego em bicicletas, motocicletas ou a pé.

O “sonho de consumo” para aquela comunidade, quando da recuperação das vicinais principais, se resumia a piçarra, que, a cada dia se tornava um sonho distante. Em diversas conversas com a equipe da associação de moradores que acompanhava os trabalhos de recuperação das vicinais, percebi o sonho comunitário, como se fosse a “Disneylândia rural”: estradas trafegáveis.

Durante muitos dias acompanhei os trabalhos de recuperação das vicinais, estradas devidamente compactadas no barro em alguns trechos, areias “compactadas” em outros. Inquiro: “Por que estão tentando compactar areia?”. A resposta:

- Não tem mais caçamba para coletar piçarras pra jogar nas estradas, então eles têm que trabalhar com o que tá disponível, e o que tem no momento é a patrol, o trator e o rolo. A caçamba que era pra puxar a piçarra, que tava destinada pra cá, o contrato dela com a prefeitura terminou, e não foi renovado, então não tem. (ENT-35, colaborador e intermediador da pesquisa).

E os trabalhos continuavam, ou tentavam continuar. Quebra de máquinas, falta de combustível, ausência de operador... E a saga continuava. Montei meu campo de observação na sede da associação, onde 15 mulheres cozinham para esses trabalhadores. Aquele “acampamento” surgiu da necessidade de atender ao acordo entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF) e a comunidade: a prefeitura forneceria maquinários, diesel e trabalhadores, e os comunitários contribuiriam com as refeições para todos. Elas (as mulheres cozinheiras) formaram a “trupe da boia”², com risos, pilhérias e sonhos de terem estradas mais acessíveis, para escoarem as suas produções, acessos mais trafegáveis aos seus lotes etc.

Além dos problemas já citados, havia ainda as ações da natureza, e dessas ações decorreram transtornos. Quando ocorreu uma grande chuva, a primeira após o início dos trabalhos nas vicinais, o ramal, raspado e compactado, porém não piçarrado, transformou-se em um “tapete felpudo” de lama lisa, escorregadia, onde nem os caminhões trucados da obra puderam trafegar, pelo risco de deslizarem para fora da pista.

Consternei-me, e relembro que a observação participante impõe atitudes metodológicas

2 Mais detalhes no artigo publicado no periódico Review of Research – “Trabalho, lazer e o renovar das emoções: As atividades comunitárias na zona rural de Manaus-AM”. Disponível em: <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3372>

que o observador deve assumir em relação ao seu objeto, conforme cita Ribas (2009, p. 44-45): “somente um ser humano pode entender as razões humanas”; portanto, entendi essa relação de sonhos, perspectivas e anseios, que permeavam a mente dos assentados, visualizando o trabalho nas estradas, e a desilusão ao presenciar tanto lamaçal e tanta impotência mediante ao observado.

Ribas (2009, p. 91) ainda questiona: “É possível olhar uma dada realidade sem se envolver emocionalmente? Não. Hoje os cientistas sabem que o envolvimento emocional faz parte da paixão por um tema que os atrai”. Cabe nesse contexto, portanto, tomar cuidado com o envolvimento emocional, para que a subjetividade não interfira nos fatos observados, nem nas análises dos resultados, mas também não se transforme em um elemento totalmente distanciado, sem o alcance da emoção existente naquele momento e naquela situação.



Figura 3: Estrada após chuva torrencial na comunidade Afatam

Fonte: Pesquisa de campo

E no limiar entre as teorias e a realidade (tacitamente observada) constatamos que a comunidade Afatam possui as “estradas do sol”, porque, se chover, inutilizam-se, tornando-as intrafegáveis. Entre o prazer e a desilusão, presenciei o desabafo do líder da comunidade (ENT-35) à sua equipe, e complementado pela líder anterior (ENT-2):

- Será que, para os detentores do poder, as chuvas não fazem parte dos períodos cíclicos naturais para os moradores da zona rural? Ou que os produtores, donos de granjas, poderão proibir suas galinhas de produzirem ovos, porque nos períodos de chuvas não terão como escoarem as suas produções? E quem tem plantações de culturas rápidas, tais como cheiro-verde ou alface, poderão eles inibirem o desenvolvimento das suas produções, porque em tempos chuvosos não poderão escoar suas produções? E se acaso moradores da comunidade sofrerem acidentes, vamos depender de processos arcaicos, como o transporte em redes, em busca de socorro? (ENT-35).

[...]

- Sempre foi assim... eles (os recuperadores das estradas) vêm, amassam... amassam... fica tudo bunitinho... aí chove e o bunito vira pesadelo. A gente num consegue entrá nem sair. Se quis é sair, tem qui ser na pernada, porque nem moto nem bicicleta consegue andá nesse lamaçal todo. É tenta e dá de cara no chão (ENT-2).

No dia seguinte às intempéries da natureza, presenciei um belo sol aquecendo a terra na comunidade. Porém as estradas permaneciam intrafegáveis, até secar o barro viscoso.

As vicinais são constituídas de ladeiras, e, caso não se proceda a um trabalho condizente de recuperação, com material adequado, os veículos não subirão essas ladeiras em dias chuvosos, e os que tentarem trafegar por elas incorrerão no risco de um mergulho indesejável pelas laterais, provocado pelo lamaçal escorregadio que são os componentes básicos das suas estruturas originais.



Figura 4: Veículos em acidentes nas vicinais

Fonte: Pesquisa de campo

Naquele período acompanhei o resgate de veículos de passeio, caminhonetes, vítimas das condições climáticas citadas, e posteriormente presenciei mais um resgate, de ônibus escolar, que deslizou para fora da pista, devido ao lamaçal. Felizmente sem vítimas.

Inquiri, em entrevista, o líder da comunidade a respeito das condições de trabalho insatisfatórias na recuperação das vicinais; ele me esclareceu:

- Quando reclamamos pela ausência da caçamba para colocar piçarras nas ladeiras, eles [os responsáveis pela recuperação], simplesmente falam pra gente: 'não tem caçamba, então não posso fazer nada. Se tá ruim assim, nós tiraremos as máquinas, e vamos fazer a recuperação em outra comunidade, para pessoas que agradeçam pelo que estamos fazendo'. (ENT-35).

Perguntei-lhe, então, se poderia realmente ocorrer a interrupção dos trabalhos, e a líder comunitária anterior (ENT-2) me esclareceu:

- *Vixi!* Só pode! Tem um monte de comunidade por aqui em condições pior, e tão tudo doido pelo menos por uns arremedos de recuperação, então é só nós bobiá que eles vão

pra lá. Em 2012 eles nos largaram “na mão” aqui, porque tentamos impor por melhores trabalhos. Então a gente fica com receio de exigir demais, e acontecer a mesma coisa agora! (ENT-2).

Outro morador, que também acompanhava, “quase” esperançoso, me deu um depoimento chocante, apesar de seu semblante tranquilo:

- *Óia dona moça. Num é mintira não. A coisa é braba aqui, viu? É a gente pulá da frigidêra na brasa quente. A gente só tem duas opção. Morrê de fomi, ou morrê di priguíça, purquê a gente inté disanima de trabaíá, e di vêiz inquando perde tudo, purquê num consegue sair cum a produção quando chove. Eu, qui pranto chêro verde, chega o dia de tirá, se tive chovendo muito, num tem jeito, purquê o fretêro só entra pra pegá a prudução si tivé cum sol. Si as istrada tivé sêca. Vai fazê o quê, né dona?* (ENT-21).

Nessa declaração do ENT-21, ele deu uma risada tão estrondosa, tão espalhafatosa, que, contagiada, sorri com ele. Apesar das “disgraça” (segundo suas palavras), o seu bom humor também se estendeu a mim. Esclareço mais uma vez que a fonética exata com que estão sendo descritas nesta obra, vem do intento em manter a forma de expressão da pessoa entrevistada, registrando o linguajar caboclo, par que não se perca a característica linguística regional de quem deu o depoimento. Ainda que este não seja um trabalho voltado para a análise da linguagem, ele poderá se constituir em material futuro para investigação de algum outro pesquisador nessa área, daí a importância da riqueza linguística dos depoimentos coletados.

E, pela cultura do “ruim com ele, pior sem ele”, as vozes se calam, emudecem no medo de perder o que já por ali chegou. Registrei também outros relatos:

- Ontem fui nôtra comunidade aqui perto... Em muitos lugares era só uma “picada”, em outras as “pinguelas” eram terríveis. Tinha lugar que mal dava pra *inxergar a istrada*. *Intão* me lembrei de como estavam as nossas vicinais e dei Graças a Deus pela forma que elas estão. As deles tão bem piores. (ENT-1).

[...]

- Nem *ispero miorá* meu ramal. Ficando bom o principal, trago minha produção na garupa da moto inté o ramal principal... Aí é só pegar o freteiro pra levar as coisas pra feira da Manaus Moderna, vender minhas coisinhas e *isperá* Deus dá bom tempo pra continuar na lida, e na briga na lama. (ENT-30).

[...]

- Aqui é bom pra *morá*! O danado é só as *istradas* que *num* tem dó da gente. Quando chove é esse *miserê* danado, a gente fica preso, sem *puê* sair, sem *puê iscoá mió* a produção, *purque*, nos dia de chuva muito forte, nem os fretero tem *cumo entrá* aqui. Se *chuvê* por muitos dia, perde coisa. (ENT-54).

Isto me reportou mais uma vez aos dois brasis: o que é, e o que preconiza as normatizações. De um lado está a presença do Estado, incentivando, orientando, normatizando, ou seja, na teoria há o apoio ao produtor, quer com recursos, quer com condições a escoar a produção; por outro lado há a realidade além das teorias, em que as estruturas normatizadoras não atendem as necessidades.

As condições nem sempre são as preconizadas, a exemplificar: O INCRA repassou para a Prefeitura de Manaus a responsabilidade pela “Patrulha Mecanizada”, para a manutenção das vicinais do Pau-rosa. A patrulha foi instalada no KM 15 do referido ramal.

No estreitamento dessa parceria, foi prometido que o assentamento Tarumã Mirim contaria com mais assistência técnica.

Com o testemunho de assentados INCRA repassou Patrulha Mecanizada a Prefeitura de Manaus. 15abr 2011. Com o testemunho de centenas de assentados da reforma agrária, a maioria do Tarumã Mirim, o maior projeto de assentamento do município, a superintendência Regional do INCRA, representada no ato pela sua titular Maria do Socorro Marques Feitosa, repassou para a Prefeitura de Manaus. Com o Termo de Cessão de Uso, uma patrulha mecanizada completa que sob a responsabilidade da Prefeitura, com aprovação de um Conselho Gestor, com a participação do INCRA, prefeitura e assentados, atuará nos assentamentos, de acordo com as prioridades apresentadas. A solenidade aconteceu às 12 horas no auditório do INCRA, com o prefeito Amazonino Mendes representado no ato pelo secretário de Produção de Abastecimento do município José Rogério Vasconcelos de Araújo, que enalteceu a parceria estabelecida entre o INCRA e a prefeitura de Manaus e elogiou as ações que o órgão vem desenvolvendo através da reforma agrária no município, ajudando de forma substancial no aumento da produção e produtividade do campo, através da agricultura familiar dentro da reforma agrária (ARAUJO, 2011).

Araujo anunciou inclusive que um técnico (operador para as máquinas) residiria no ramal do Pau-Rosa para garantir essa assistência. Fragmentos abaixo da reportagem publicada on-line, transcrito a fala do Secretário de Produção de Abastecimento do município José Rogério Vasconcelos de Araújo³:

- Estamos fazendo isso porque acreditamos na reforma agrária, acreditamos no campo e respeitamos os produtores rurais, homens e mulheres de muita fé. Precisamos entender que Manaus não pode ser vista apenas pelo Polo Industrial, mas também pela sua produção no campo, porque sem o campo, as grandes cidades como Manaus não existiriam (Fragmentos da entrevista do Secretário de Produção de Abastecimento).



Figura 5 – Brasil Ideal. Patrulha mecanizada, máquinas novas e assentados felizes

Fonte: google. <http://osnyaraujo.blogspot.com.br/2011/04/com-o-testemunho-de-assentados-incra.html>

3 Fonte:<http://osnyaraujo.blogspot.com.br/2011/04/com-o-testemunho-de-assentados-incra.html>, publicado em 15 abr 2011.



Figura 6 – Brasil Real. Máquinas sucateadas e abandonadas no ramal do Pau-rosa

Fonte: Pesquisa de campo

Observamos mais uma vez a lacuna entre o preconizado e o realizado, entre o que deveria ocorrer e o que ocorre, e não de forma velada, mas sim divulgada e constatada sistematicamente, nos mostrando carências que poderiam ser sanadas, se o Brasil Ideal estivesse mais próximo ao Brasil Real, com menos demagogias e mais democracias, e o sentimento pudesse ser expresso sem o receio das repreensões.

E o mito da obrigatoriedade da fala agradecida, em decorrência da “generosidade” ofertada, assola como moeda corrente nesse mundo paralelo. E isto eu percebi nesses períodos em que conheço o assentamento e os meses de observação participante, ouvindo, absorvendo, me surpreendendo.

3.2.2 Unidade Básica de Saúde: Atendimento e solidariedade

Em conformidade com a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde – BVSMS, a operacionalização da Política Nacional de Atenção Básica de Saúde relata que as unidades básicas de saúde deverão observar a Universalidade e a Equidade, em respeito aos direitos dos cidadãos:

- Universalidade: possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade e resolutivos, caracterizados como a porta de entrada aberta e preferencial da RAS (primeiro contato), acolhendo as pessoas e promovendo a vinculação e responsabilização pela atenção às suas necessidades de saúde. O estabelecimento de mecanismos que assegurem acessibilidade e acolhimento pressupõe [...] equipes que atuam na Atenção Básica nas UBS devem receber e ouvir todas as pessoas que procuram seus serviços, de modo universal, de fácil acesso e sem diferenciações excludentes, e a

partir daí construir respostas para suas demandas e necessidades.

- Equidade: ofertar o cuidado, reconhecendo as diferenças nas condições de vida e saúde e de acordo com as necessidades das pessoas, considerando que o direito à saúde passa pelas diferenciações sociais e deve atender à diversidade. Ficando proibida qualquer exclusão baseada em idade, gênero, cor, crença, nacionalidade, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, estado de saúde, condição socioeconômica, escolaridade ou limitação física, intelectual, funcional [...] evitar exclusão social de grupos que possam vir a sofrer estigmatização ou discriminação; de maneira que impacte na autonomia e na situação de saúde.

- Integralidade: É o conjunto de serviços executados pela equipe de saúde que atendam às necessidades da população adscrita nos campos do cuidado, da promoção e manutenção da saúde, da prevenção de doenças e agravos, da cura, da reabilitação, redução de danos e dos cuidados paliativos. Inclui a responsabilização pela oferta de serviços em outros pontos de atenção à saúde e o reconhecimento adequado das necessidades biológicas, psicológicas, ambientais e sociais causadoras das doenças.

Com relação às Diretrizes, as observações pertinentes pautam-se na Regionalização e Hierarquização, bem como na Territorialização e Adstrição,

- Regionalização e Hierarquização: dos pontos de atenção da RAS, tendo a Atenção Básica como ponto de comunicação entre esses. Considera-se regiões de saúde como um recorte espacial estratégico para fins de planejamento, organização e gestão de redes de ações e serviços de saúde em determinada localidade...

- Territorialização e Adstrição: de forma a permitir o planejamento, a programação descentralizada e o desenvolvimento de ações setoriais e intersetoriais com foco em um território específico, com impacto na situação, nos condicionantes e determinantes da saúde das pessoas e coletividades que constituem aquele espaço [...] na execução das ações estratégicas destinadas à vigilância, promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde. Os Territórios são destinados para dinamizar a ação em saúde pública, o estudo social, econômico, epidemiológico, assistência [...] possibilitando uma ampla visão de cada unidade geográfica e subsidiando a atuação na Atenção Básica.

O projeto de assentamento Tarumã Mirim conta com um posto de saúde, no Km 15 do ramal do Pau-rosa, com o quadro clínico que atende às normatizações, formando a estrutura da saúde da família, em conformidade com o determinado pelo Ministério da Saúde (2001, p. 77).

As epidemias assolam o Tarumã Mirim, conforme nos relatam Nogueira e Mainbourg (2010), nos seus estudos sobre saúde/doença no Pau-rosa, mostrando que a natureza e o processo saúde/doença se entrelaçam e mantêm um vínculo constante em que a natureza ora é provedora de auxílio e segurança, ora causadora de doenças.



Figura 7 – Posto de saúde no ramal do Pau-rosa

Fonte: Pesquisa de campo

No período da pesquisa de campo naquela comunidade, percebi a incidência de assentados e moradores vítimas de leishmaniose – a saber: sete membros da família da ENT-2; o esposo da ENT-3; a esposa do ENT-11 (duas vezes); ENT-35 (três vezes) etc. –, bem como de malárias, segundo me confirmaram serem vítimas o ENT-6 e sua esposa; ENT-9; ENT-12 e mais quatro membros da família; o preposto do ENT-25; ENT-31 e esposa etc. Há na comunidade moradores que já foram vítimas cinco vezes dessa epidemia.

Citamos esses dados para demonstrar que o posto de saúde possui uma grande demanda de pacientes em busca de atendimento médico. Nas análises dos resultados, o tópico “saúde” classificou-se como o segundo item a demandar cuidados, com 22,98% na análise geral, ou por 30% dos entrevistados, quando consideramos como a prioridade básica prioritária (21 entrevistados de um total de 70), conforme tabelas 1 e 2.

Após questionar diversos assentados sobre o motivo de o tópico saúde não ter sido tão bem avaliado pela população local, as falas que mais se destacaram foram:

- Por ter tanta gente que procura o posto, o Tarumã Mirim *divia* ter um posto com instalações maiores, pois ele *num* atende só a nossa comunidade, mas todo o assentamento, que são pra mais de 2.000 famílias no assentamento todo, então tem dia que o posto tá lotado. É muita gente buscando médico (ENT-2).

[...]

- Se alguém se acidenta *num* feriado ou num final de semana, também vai morrer à mingua, se nenhum vizinho acudir e levar pra Manaus. A gente pode *inté* chamar a ambulância de Manaus, que demora a chegar e, se tiver *chuvido*, não chega é nunca, porque *num* consegue trafegar (ENT-18).

[...]

- Até que os médicos e o pessoal do posto atende a gente bem, com paciência, cuidado, mas é tanta gente, mas tanta gente todo dia, que a gente só resolve ir lá quando tá mais pra lá do que pra cá, porque haja paciência, demora *dimais* (ENT-9)

[...]

- Aqui no sítio quando não é malária, é dengue, quando não é dengue é leishmaniose, quando não é leishmaniose é lombriga, porque só no meu lote moram 7 famílias, então sempre tem alguém com algum achado. E o jeito é correr pro posto, *sinão* morre (ENT-12).

Em dado momento resolvi fazer observação participante na Unidade Básica de Saúde – UBS do Pau Rosa, para constatar (ou refutar) as declarações provenientes dos entrevistados. Não foram registradas entrevistas, devido aos presentes não se encontrarem dentro dos critérios de inclusão, porém não impediu que a observação, como forma complementar à pesquisa, fosse utilizada.

Corredores lotados, condições exíguas para os funcionários exercerem suas atividades, constantes quedas de energia elétrica, impossibilitando o atendimento nos minúsculos consultórios, assentos insuficientes para os pacientes. Porém a solidariedade imperava entre todos, quer visitantes, quer funcionários, e isto nos reportou às citações de Santos (2013, p. 129) ao mencionar que a solidariedade, quanto mais se distribui, mais aumenta.

Considerando-se que, oficialmente, o Tarumã Mirim possui a capacidade para assentar 1.042 famílias, e em cada lote há, em média, 3 famílias alocadas, triplicando, portanto, o número de famílias existentes no Tarumã Mirim para serem atendidas em um único posto de saúde, a solidariedade realmente se torna “medicamento essencial”, a amenizar as condições estruturais do exíguo posto, representando um grande desafio a todos.

A DIV-2 me relatou que já houve inclusive atendimento médico fora do consultório, devido à grande demanda de pessoas, e o pouco espaço físico existente para os devidos atendimentos. As instalações funcionais para farmácia, pesagem, aferições de pressão arterial também são exíguas, demandando investimentos em infraestrutura para atender à população do projeto de assentamento Tarumã Mirim.

Soares (2006), em seu trabalho sobre as políticas de saúde pública em assentamentos rurais, analisou que a saúde pública não diz respeito apenas ao atendimento médico e ao tratamento das doenças em nível individual, mas também em termos da existência e da qualidade de serviços básicos, como hospital, posto de saúde e agentes de saúde, nos assentamentos rurais e outras localizações na hinterlândia brasileira.

No Tarumã Mirim, para adentrar-se nesse contexto, entrevistei a agente do posto de saúde, agente há quatro anos, e residente na localidade desde 2001. Possuidora de grande conhecimento da área e das pessoas, seu trabalho consiste nas visitas domiciliares. Segundo ela, há duas formas de atendimento, relativo à área da saúde: o atendimento em local fixo (no posto) e o atendimento domiciliar aos pacientes inclusos no programa HIPERDIA (Hipertensos e Diabéticos). Através dela, ampliamos o conhecimento sobre o funcionamento dos serviços prestados à população.

Pelo posto são monitorados outros programas governamentais, tais como:

a) Programa Leite do Meu Filho. Favorecem as crianças entre seis meses até cinco anos. Antes de seis meses as crianças não são atendidas nesse programa, inclusive para não incentivar o desmame do leite materno antes da idade recomendada pelo Ministério da Saúde.

De acordo com o portal da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), para que o programa alcance seus objetivos de suprir as deficiências nutricionais da criança e garantir o efetivo acompanhamento de sua saúde, as condicionantes, de acordo com o secretário Francisco Deodato (secretário da SEMSA)⁴, foram elaboradas com o apoio de um grupo técnico, composto por pediatras, nutricionistas, enfermeiros e assistentes sociais.

Somente em casos específicos da impossibilidade de a criança receber o aleitamento materno é procedido ao cadastramento, com um constante acompanhamento quando da visita mensal da agente da saúde. É o que determina o SEMSA, a especificar que o Programa de Nutrição Infantil Leite do Meu Filho prevê o fornecimento de quatro latas, por mês, de fórmulas infantis para complementação nutricional para crianças de seis meses até cinco anos⁵;

b) Programa de Planejamento Familiar. Favorecem os moradores, com distribuição de preservativos, medicamentos contraceptivos, vermífugos, vitaminas, cálcio, acompanhamento à gestante, com consultas, encaminhamentos a exames e ultrassonografia, em observância ao que preconiza o SEMSA,

A Equipe Técnica Municipal das Ações em Saúde da Mulher avalia e monitora ações de saúde que contribuam para garantia dos direitos humanos das mulheres e redução da morbimortalidade por causas evitáveis de forma integrada nos diversos níveis do sistema: Planejamento Familiar; Pré-Natal, Parto e Puerpério; Prevenção do Câncer de Colo de Útero e Mama; Violência Contra Mulher.

Conforme informações da DIV-2, devido à expansão do Programa de Planejamento Familiar, os serviços de parteira, antes bastante difundido entre os moradores, ora apresenta-se com pouca utilização, sendo às vezes solicitados somente pelos moradores com os costumes mais antigos⁶;

c) Programa Bolsa Família. Esse programa exige dos pais: manter a vacinação da criança em dia; frequência regular na escola; acompanhamento médico (válido também para o Programa Leite do Meu Filho); preventivo em dia para a mãe (válido também para o programa Leite do Meu Filho).

Esse programa atende às determinações da Lei 10.836/2004, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, de 17 de setembro de 2004, compartilhada

4 Publicado em 23/08/2011. Fonte: <http://semsa.manaus.am.gov.br/prefeitura-inicia-cadastramento-do-programa-leite-do-meu-filho/>

5 Os bebês até seis meses de idade –que têm inscrição restrita aos casos de órfãos maternos e/ou com mães com HIV, seguindo as diretrizes de incentivo à amamentação materna –recebem a fórmula do tipo 1. Fonte: <http://portalsocialdobrasil.org.br/boas-praticas/seguranca-alimentar/programa-leite-meu-filho/>

6 Mais detalhes no artigo publicado no periódico Cronos UFRN –“A cura: pelas mãos ou pela fé? A cultura popular na zona rural de Manaus-AM”. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/12954/pdf/>

entre União, Estados e Municípios,

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Quando questionei, no momento dessa entrevista, sobre o motivo da exigibilidade do exame Papanicolau nas mulheres, para a continuidade nos programas infantis, pois eu não conseguia assimilar um ao outro e ela esclareceu-me:

- Mãe saudável cuida melhor dos filhos. Se ela está doente, ela mal tem como cuidar de si mesma, ficando a criança carente de cuidados básicos. Dê uma olhada sobre as estatísticas no Amazonas sobre o câncer de colo de útero. É assustador. E na zona rural, se a gente não ficar de olho, elas descuidam (DIV-4).

Diante da sugestão, levantei as estatísticas sobre o câncer de colo uterino, no Amazonas, e constatei realmente que possui estatísticas alarmantes, conforme os resultados relatados por Waiselfisz (2013),

De acordo com as estatísticas de 2012 do Instituto Nacional do Câncer (Inca), o Amazonas é o primeiro no ranking brasileiro em número de casos de câncer de colo de útero. Isto quer dizer que enquanto no restante do País a taxa bruta de incidência para cada 100 mil habitantes é de 17,49 casos, no Estado este número sobe para 35,15, ou seja, mais que o dobro. Em Manaus, esses dados são ainda mais alarmantes: 52,03 casos para cada 100 mil mulheres. Só em 2011, a Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCecon), unidade de referência no tratamento do câncer em toda a Amazônia Ocidental, registrou 226 novos casos da doença.

O posto de saúde conta também com outros serviços ofertados à população tais como:

a) farmácia: fornecimentos de contraceptivos; vitaminas; vermífugos; medicamentos à base de ferro e cálcio; os medicamentos para hipertensos e diabéticos; produtos dermatológicos como pomadas, materiais para curativos, etc.;

b) exames rotineiros: ao serem solicitados pelos médicos do posto, os exames mais complexos são agendados através do SISREG⁷, entregue a guia com data, local e horário marcados, para os pacientes dirigirem-se à Manaus, e procederem aos exames. Para os exames mais corriqueiros, a coleta do material é feita no próprio posto local, pela equipe ambulante do laboratório da capital;

c) vacinas: as crianças têm acesso a todas as vacinas propícias à idade, e para os adultos há as vacinas contra a febre amarela e a antitetânica e outras do calendário tradicional de vacinações;

Nos atendimentos emergenciais, como picadas de cobras ou outros acidentes de consequências trágicas, como acidentes com a queda de árvores, mencionados também

⁷ O Sistema de Regulação –SISREGé um sistema web, criado para o gerenciamento de todo Complexo Regulador, por meio de módulos que permitem a inserção da oferta, da solicitação até a confirmação do atendimento do usuário, bem como a regulação de leitos hospitalares.

pelo Secretário da SEPROR, Bezerra, (2010), ou outros acidentes graves, o acidentado é encaminhado à Manaus através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Para as ocorrências noturnas o auxílio solidário é evidente, quando o vizinho que tem carro auxilia àquele que não tem, numa interação coletiva, encaminhando às Unidades de Pronto Atendimento de Manaus, porque o posto de saúde atende somente no período diurno, até as 16 horas, aproximadamente.

Concluimos que, apesar das exíguas instalações físicas da Unidade Básica de Saúde (UBS) Pau Rosa, percebemos empenho por parte de quadro de médicos, enfermeiras, agentes de saúde e outros atendentes, buscando ofertar à população não somente atendimento médico, laboratorial ou acompanhamento, mas também solidariedade e presteza, àqueles que lá comparecem, levados pelas dores ou desconfortos, em busca da cura ou do alívio para seus males.

3.2.3 A escola e a leitura de mundo: a teoria freiriana

O tópico Educação encontra-se na classificação mediana, conforme análise na Tabela 1, nas análises globais entre os pesos 1 a 5, porém, quantitativamente, em posição favorável, ao compararmos os percentuais de 47,15% o item estradas, e 30% saúde, quando analisados como primeira opção a demandar cuidados (Prio-1 com peso 5), conforme Tabela 2. Isto nos indica que o item Educação não instiga cuidados emergenciais, o que discorreremos ao longo dessas análises.

A mediação pedagógica insere-se no contexto educacional na interação professor-aluno, objetivando desenvolver o processo da construção do conhecimento. O professor tornando-se o elemento facilitador, levando os alunos a compreenderem determinados tópicos do currículo, no processo de ensino-aprendizagem.

Essas relações interpessoais norteiam os alunos a desenvolverem o seu processo cognitivo, como forma primordial de inserirem-se no contexto social como seres em formação, sendo a escrita o seu patamar inicial, juntamente com a leitura, em uma interação como forma de se socializarem.

Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às suas peculiaridades, conforme Decreto 7.352, de 04 de dezembro de 2010 Art. 1º define:

Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural [...] e a escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. [...]respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais,

ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; [...] incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo [...] incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas [...] formação específica de gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo [...] promoção da educação nas áreas de reforma agrária [...]

Nesse processo educacional regionalizado, intenta-se que o aluno desenvolva a sua escrita, inserido em um contexto de sua vivência cotidiana, visto que escrever torna-se um ato de codificar os pensamentos, elevando-os da condição de abstratos à categoria de visíveis, dando-lhes um “corpo” que se movimenta, que “fala” uma linguagem silenciosa, porém visível, em uma assimilação à sua realidade.

A escrita tem o poder de se adaptar em qualquer ambiente, como “corpo” moldável e adaptável, que conquista o seu espaço, quer no papel, na areia, na lousa, na tela digital. Essa escrita (em forma de corpo, de signo) se registra, se mostra, ora de modo intenso, ora de forma suave, harmonioso, agressivo, dependendo da sua forma de codificação, dos signos que se juntam, e formam as palavras. Portanto, dessas palavras formadas, o “corpo” se apresenta, e transmite a sua mensagem. Ocorre e permanece, perpetuando-se, porque ele se registrou, marcou o seu espaço.

Entretanto, e quando esses signos se truncam, mesclados por palavras e contextos desconhecidos, e não conseguem criar formas ordenadas?

Quando não conseguem se articular de forma significativa, que faça sentido lógico na mensagem, porque o seu “universo rural” lhe remete a uma imagem, e o seu professor lhe ensina outro, fora do seu contexto rural?

Essas discrepâncias interferem no processo de ensino-aprendizagem, porque não houve a assimilação condizente, e a codificação não se tornou harmoniosa, e não movimentou formando uma mensagem clara.

A escrita é relevante e primordial no processo do ensino-aprendizagem, conforme ressalta Ferreira e Dias, (2002), esclarecendo que a escrita é importante, por ser um fator possibilitador do desenvolvimento cognitivo do indivíduo e da sua inserção social, haja vista que o letrado, tanto pode transmitir o seu pensamento através da escrita (além da oralidade) quanto tem a possibilidade de ler e captar mais conhecimentos, desenvolvendo-se cognitivamente, ampliando o seu campo de desenvolvimento.

Para discorrer livremente na escrita, há a necessidade de haver interação entre o sujeito “escrevente” e a ação descrita. O conhecimento propicia que o cérebro reconheça palavras que assimilem ao objeto. Quando há a mediação entre o educador e o educando, esse processo torna-se mais eficaz, porque só o saber, o conhecer, o vivenciar, não faculta a segurança suficiente para o início desse belo processo, que é transformar o pensamento, o sentimento, em palavras.

Nesse contexto inserem-se os conceitos da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), na teoria de Vigotsky (2012), que é o espaço no qual, graças à interação e à ajuda

dos outros, uma determinada pessoa pode realizar uma tarefa de uma maneira e em um nível que não seria capaz de alcançar individualmente. Se realizada com a assistência de outra pessoa mais especializada, no futuro se realizará com autonomia (sozinho). Tal raciocínio se complementa nas teorias de Freire, conforme diversas citações nesta obra.

A aquisição da escrita ortográfica não é resultado direto da exposição da criança ao material impresso, mas do aprendizado significativo da natureza e organização do sistema de escrita pela criança, cita Nicolaiewsky e Correa, (2008 p. 230) no que concerne à escrita. Assim, a reflexão acerca das palavras e de sua grafia é fundamental para o desenvolvimento do símbolo ortográfico como uma ferramenta para a expressão e organização do pensamento através do texto escrito.

Esse processo compatibiliza-se com o conhecimento assimilado entre o cotidiano da criança e o ato da escrita. Para uma criança da região nordeste, palavras como: cerrado, bode, cocada, açude, cacau, caju, carambola, juá, pitomba, tem mais significados que para uma criança da região sul ou sudeste. Em contrapartida, palavras como amora, morango, caqui, jamelão, pinhão, pitanga, sapoti, possui significado rotineiro para crianças do sul e sudeste, enquanto que na região norte ou nordeste elas poucos significados teriam.

Mais especificamente para a região amazônica, da zona rural, palavras como: x-caboquinho, piquiá, pupunha, tucumã, mari-mari, bodó, tem mais significados que para uma criança da região sul ou sudeste, porque o seu cotidiano está imbricado na sua percepção, facilitando esse processo de assimilação/aprendizagem. Adequa-se ao seu processo de escrita, palavras que lhes transmitem um significado físico concreto, vivenciados no seu cotidiano.

Antunes (2011, p. 32-41) reitera a significância da Zona de Desenvolvimento Proximal (VIGOTSKY, 2012) em sala de aula, e esclarece,

Raramente o que é válido para um aluno pode ser transferido para os demais [...], porém alguns tópicos devem ser observados nesse processo proximal: Construir, progressivamente, um clima de relacionamento afetivo com os alunos; definir com clareza e reiterar as metas do trabalho a ser desenvolvido; [...] diversificar sua atividade explorando linguagens alternativas.

Antunes (2011) cita ainda que não basta somente dizer: “Faça!”, e não houver o norteamento claro da diretriz adotada. Não devemos ignorar que toda intervenção numa ZDP do aluno visa sua ação e compreensão autônoma. A atuação na ZDP se mostra bem mais eficaz quando captamos métodos de ajudar nossos alunos a entender, contextualizar, recontextualizar e reconceituar o aprendizado.

O trabalho do professor é essencial, mas, de forma alguma permite que ignore a importância também extraordinária da intervenção aluno/aluno no avanço progressivo e significativo em seu interior, em virtude da similaridade entre eles, bem como do “dialeto tribal” em seus cotidianos. Às vezes o professor não consegue fazer-se entender com um determinado aluno, enquanto que o colega de sala atinge esse objetivo de forma simples

e rápida.

Albuquerque, et al, (2008) cita que o ensino deve focar em práticas que promovam a reflexão sobre como funciona o sistema de escrita alfabética e nas quais os aprendizes se apropriem da linguagem convencional dos diferentes gêneros textuais escrito⁸, observando-se os graus de desenvolvimento cognitivo em sala de aula.

É incompatível falar em mercado globalizado ou processos de privatizações com alunos dos primeiros anos escolares, porém é assimilável falar sobre alguns tópicos da era digital, que hoje fazem parte do cotidiano dos referidos alunos (e nesse contexto às vezes são os professores que se “truncam”), haja vista que tal tópico há alguns anos passados seria inadmissível discutir com alunos na primeira infância, hoje é tema corriqueiro para eles. É a modernização assimilável em sala de aula.

Vigotsky e Luria (2012 p. 143), no capítulo “O desenvolvimento da escrita na criança”, nos relata que “A história da escrita na criança começa muito antes da primeira vez que o professor coloca um lápis em sua mão e lhe mostra como formar letras”, haja vista que ela consegue assimilar um certo número de técnicas extremamente complexas em tão tenra idade, comprova-se a existência dessa bagagem anterior, intrinsecamente registrada em seu psicológico, que vem a facilitar o processo da escrita.

Camargo (2010 p. 90) cita que “As fontes materiais, cadernos e escritos, geraram, no primeiro contato e ao realizar a leitura, uma sensação de surpresa, pela força e beleza do material, da palavra ali escrita”, relatando a sua experiência em que analisava o processo de escrita de diversos alunos, em uma pesquisa de campo, descrevendo a sua surpresa mediante alguns escritos de alunos:

A surpresa por não imaginar inicialmente o que estaria ali escrito. Percebi que, a cada leitura o sentido de cada texto, cada verso e mesmo cada caderno tomava forma mais e mais definida. [...] E, quanto mais eu lia essas fontes, mais beleza encontrava e mais possibilidades de construir sentidos eu percebia.

Essa sua percepção propiciou o seu deleite, ao observar os primeiros escritos de uma turma. O belo não se mostra somente na complexidade ou na ostentação, mas também na singeleza e na magia da criação. Criação das palavras. Elas possuem a magia de sensibilizar. E esse ato (de ensinar a escrever) credita ao professor o poder de abrir as janelas do conhecimento do aluno, possibilitando-lhes um futuro totalmente diferente daquele que ele teria se analfabeto fosse e permanecesse.

Conforme nos ensina Freire (1981 p.13), “Mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade”, pois é na intimidade com a ação escrita,

8 Estruturas que se compõem os textos. De fato, há grande consenso quanto ao interesse em se explorar a noção de gênero textual em contexto didático. Entretanto, para que essa atividade seja proveitosa, é necessário que o professor esteja bastante consciente de alguns fatores: quais as razões para selecionar determinado gênero; quais características o configuram; quais as funções específicas do gênero selecionado; quais objetivos de Aprendizagem (específicos à área) o gênero selecionado propicia atingir junto a seu grupo de alunos. (fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/conceito-genero-textual-seu-uso-aula-735561.shtml>).

que o aluno encontra com mais facilidade as palavras que melhor descreverão aquele fato.

Para que a fluência na escrita se proceda sem os “truncamentos” ocasionais, levados inclusive pela dúvida se a palavra está escrita de forma correta, Freire (1986, p. 19-20), em diálogo com Shor (idem, ibidem), recomenda que “Em certo momento, você tem lutar contra a gramática, para ter liberdade para escrever”. Pela sua própria experiência pessoal, ele aprendeu a desvincular-se da gramática, para que o pensamento fluísse sem os entraves da dúvida. “Quando jovem, aprendi que a beleza e a criatividade não podiam viver escravas da devoção à correção gramatical”, conclui ele. Essa correção gramatical poderá ser observada após o registro do texto, para que a fluência na escrita, do livre pensamento, não seja dicotomizada no momento da criação textual. “Essa compreensão me ensinou que a criatividade precisa de liberdade. Então, mudei minha pedagogia, como jovem professor, no sentido da educação criativa”. Permanece Freire (1986) nos esclarecendo.

Goulart, (2000 p. 173) nos elucida que a construção da identidade individual do aluno no processo de produção de textos parece estar fundamentada na construção da identidade social, porque ele é, e está inserido, no contexto social. A sua individualidade forma-se das segmentações da sua vivência, como partes intrínsecas do seu próprio “eu”, que o moldam de acordo com a sua vivência em sociedade e com os norteamientos adquiridos na escola, no lar, no que lê, no que assiste, no que vê.

Através da escrita podemos compor uma combinação de diferentes materiais de expressões trazidos pelas leituras. “Território ao qual podemos regressar e recolher-nos”, cita-nos Machado (2004, p. 149), porque a escrita nos leva a mundos inimagináveis, nos transportando e nos possibilitando experiências transcendentais. Atentando-se que a escrita não necessita ser uma prática da disparidade, que cansa e desestimula. Ela tem que ocorrer como uma melodia, que embala, acalma e incentiva, mas “ao mesmo tempo, regrada e desejanante. Um trabalho de avaliação e de escolha de elementos heterogêneos”. Essa heterogeneidade de assuntos visa à quebra de rotina e ao afastamento do método mental do “copiar/colar” do ontem.

É o incentivo à inovação e ao avanço metódico no processo da escrita que vai enriquecendo os vocabulários dos alunos. Mesmo em tópicos cotidianos há possibilidade de variações na metodologia da escrita, norteamo o aluno a criar conceitos diferenciados, como forma a forçá-los também ao raciocínio, algo que expande e torna complexas as questões, e que, assim, seja produtivo em função das circunstâncias, que sejam éticos naquilo que fazem funcionar. E, assim, tentamos fazer o conceito se dobrar, se redobrar, se desdobrar em múltiplas afirmações, finaliza Machado (2004).

Esta forma aberta de registrar o fato, através da escrita, transforma o aluno em sujeito cognoscente, assimilando adequadamente o saber, adquirindo seu próprio estilo livre desse processo, em conformidade com os ensinamentos de Freire (1997 p.79): “[...] é possível ao educando tornar-se sujeito produtor da significação ou do conhecimento do objeto. É neste

movimento dialético que ensinar e aprender vão se tornando conhecer e reconhecer”. Nessa interatividade entre professor e aluno, a dialética torna-se aprendizado, tanto para um, como para o outro, sem autoritarismo ou inibições.

O educador já não é o que apenas educa, transmite informações, ensina a ler e escrever, mas sim aquele que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Nessa inter-relação, ambos se tornam sujeitos do processo em que desenvolveram juntos, sem a necessidade de impor autoridade desnecessária ou submissão desalentadora. A autoridade necessita ser paridade com as liberdades e não contra ela. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39).

O autoritarismo do professor bloqueia a liberdade de expressão do aluno, inibindo-o nas suas funções de aprendizagem. O professor autoritário, que não interage de forma singular com os alunos, fecha-se a uma aventura criadora. Nega a si mesmo a participação nesse momento de boniteza singular: o da afirmação do educando como sujeito de conhecimento (FREIRE, 1996, p. 49). É por isso que o ensino dos conteúdos, envolve a abertura do(a) professor(a) para que o aluno se sinta livre e desinibido para cumprir as tarefas pedagógicas.

Hawatt (2010, p. 151), em concomitância com Freire, confirma que “A submissão tem prazo de validade. A privação é um forte componente à insurreição, que aliada à força da subjetividade, busca o que lhe é devido por definição e direito”. A submissão, cedo ou tarde, pode gerar rebeldia ou o desencanto pelo aprendizado, concomitando em evasão ou bloqueando o aluno no seu cerne mais esplêndido, que é a sua criatividade, ou à vivência ingênua propícia à sua faixa etária.

Freire (1989, p. 15) nos elucida que “...há a necessidade dos educadores e as educadoras de “assumir” a ingenuidade dos educandos para poder, com eles, superá-la”, pois é na proximidade, na mediação (ZDP), que o aluno vai adquirindo autoconfiança, e superando os bloqueios inerentes da idade.

E essas superações ocorrem no processo de ensino-aprendizagem na forma lúdica entre o fazer e o conhecer, sequenciando a vivência com o ensino, observando-se parâmetros para não infantilizar em demasia o processo, ou fugir totalmente do seu habitat.

Enquanto que a concepção “assistencialista” da educação “anestesia” os educandos e os deixa, por isto mesmo, acrílicos e ingênuos diante do mundo, a concepção da educação que se reconhece (e vive este reconhecimento) como uma situação gnosiológica (o autor referindo-se a tudo o que o ser humano conhece do ponto de vista que tende ao idealismo. **Grifo nosso**), desafia-os a pensar corretamente e não a memorizar. Enquanto que a primeira é rígida, dogmática e autoritária, a segunda é móvel e crítica; daí não se confunda autoridade com autoritarismo, nem liberdade com libertinagem. (FREIRE, 1983, p. 54)

O cotidiano dos alunos é fonte de informações para que eles desenvolvam o processo da escrita, no registro sistêmico das suas impressões, exercitando neles a capacidade dissertativa. Se o cotidiano do aluno é rico em informações e experiências, por que não aproveitar essas experiências para treinar a sua escrita? Por que não discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos? Por que não dialogar com os alunos sobre a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina? (FREIRE, 1996, p.15)

O saber popular também é ciência. Pesquisas realizadas em universidades brasileiras vêm constatando a exatidão de achados do saber popular. “Discussões assim podem ajudar as classes populares a ganhar confiança em si ou a aumentar o grau de confiança” (FREIRE, 1992, p. 69). Esses processos também inserem os alunos no contexto social, instigam-lhes a consciência cidadã. Tais ações não os estão instigando à desordem, mas sim conscientizando-os da sua representatividade social, da sua “leitura do mundo”.

Como educador preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem do seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. [...] Não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência. [...] Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”. (FREIRE, 2000. P.38)⁹.

Porém, é mister ressaltar que uma mesma compreensão de prática educativa, mesma metodologia de trabalho não alcança resultados idênticos em contextos diferentes. “É por isso que insisto tanto em que as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventadas” (FREIRE, 2001, p. 26), e essa reinvenção é o que torna a profissão docente um misto de repetição e renovação, de renascimento do sentimento de realização, a cada aluno que aprende a magia da escrita.

Conclui-se que há diversas formas da execução do processo de ensino-aprendizagem: nos módulos do autoritarismo, da mediação ou da teorização. Em cada processo há a “face oculta” e a “face visível” do professor¹⁰, desenvolvendo a sua atividade com o objetivo de transmitir conhecimentos.

Quando esse processo se desenvolve na interação, na mediação, e com a utilização de metodologias sem dicotomizar o aluno do seu cotidiano, a assimilação ao conteúdo do currículo se processam de forma eficaz. A escrita, como uma das formas ao letramento do aluno, se harmoniza no processo, quando flui dentro dos seus parâmetros sociais, através

⁹ Paulo Freire faleceu em 02/05/1997, sendo esta obra “Pedagogia da indignação” originada de cartas pedagógicas, do acervo de Ana Maria Araujo Freire (esposa de Paulo Freire), publicado no ano 2000. Trata-se, portanto, do último livro escrito pelo mesmo.

¹⁰ Além do aspecto visível ou notável do professor, há a face oculta como o medo de não conseguir se expressar adequadamente frente aos alunos; usa-se a ferramenta “nota” como elemento inibidor; ou a “chantagem branca” de possibilidade de “pontos” para quem se esforçar mais nos afazeres educacionais... Texto completo acerca dessa face oculta do professor, na matéria: “Dez não ditos ou face oculta da profissão do professor” disponível em: <http://pedagogalavcavalcante.blogspot.com.br/2008/08/dez-no-ditos-ou-face-oculta-da-profisso.html>. In: PERRENOUD, Philippe. Ensina agir na urgência, decidir na incerteza. Saberes e competências em uma profissão complexa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

de da sua vivência diária, como um continuísmo da sua rotina.

Esse processo educacional apresenta-se como um dos maiores elementos formadores cognitivos no ser humano, pois é nesse processo, em concomitância com a educação familiar, que educam cidadãos, criam mentes pensantes. O professor é tão (senão) o mais importante formador de indivíduos capazes de serem semeadores de progresso, de riqueza, de mais educação, e tudo a partir desse processo ensino-aprendizagem.

3.2.3.4 Aprofundando a pesquisa de campo

Em busca de um melhor aprofundamento acerca da Educação Básica no Campo, para confirmar se o ensino ministrado no Tarumã Mirim segue esses preceitos específicos, entrevistei a responsável pela Divisão de Desenvolvimento no Serviço de Educação e Cidadania do INCRA-AM, em 2016 me esclareceu que,

[...] entre 2004 e 2008, foram implementados, por meio de parceria entre INCRA e UEA e UFAM, um curso de licenciatura na modalidade Normal Superior, ministrado em módulos (períodos) visando à formação de professores para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e dois cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando à alfabetização e escolarização de assentados e à capacitação de professores. Estes projetos/cursos abrangeram áreas de reforma agrária de Manaus e entorno, inclusive o Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (MELO, 2016).

Perguntei-lhe se alguns desses profissionais formados na citada turma atende ou atendeu ao Tarumã Mirim, para dar prosseguimento ao apreendido na formação acadêmica, porém ela não tem ou teve informações se algum deles se alocou na área pesquisada.

No ramal do Pau Rosa há a Escola Municipal Neusa dos Santos Ribeiro, a mais bem equipada do assentamento, e que atende diversas comunidades adjacentes. Outras comunidades também são beneficiadas por escolas, porém de menor porte. Os ônibus escolares recolhem diariamente os alunos, e aguardam o término das aulas na estrutura educacional, para levá-los de volta ao seu ponto de origem. Na comunidade Afatam também há uma pequena escola, porém não haverá citações acerca do nome da mesma, a fim de que a comunidade permaneça no anonimato.

Em diálogos com ENT-1 (que possui sete filhos estudando na escola local) e ENT-2 (que possui nove netos na escola), confirmaram-me haver facilidades, mas também problemas. Apesar da comodidade existente para o transporte escolar gratuito, detectamos adversidades:

a) quando chove, os ônibus não passam, porque não têm como trafegar, devido ao perigo de os mesmos deslizarem por encostas, e serem vítimas de acidentes;

b) quando ocorrem grandes chuvas enquanto os alunos estão nas escolas, também os ônibus não têm como devolvê-los ao ponto de origem, porque as estradas ficam intransitáveis. Nesse caso, os pais têm que andar até as escolas, para recolherem suas crianças;

c) quando ocorre de os ônibus escolares não levarem os alunos para as escolas, as

faltas são justificadas, porém, nem só de justificativas os alunos necessitam. E as aulas que eles perderam nesses dias? Como recuperar os conteúdos acadêmicos que foram ministrados em sala de aula para aqueles alunos que não dependem de ônibus? Esse foi um dos maiores questionamentos levantados por pais de alunos;

d) conversando com alguns pais de alunos, percebi insatisfações no que se refere à metodologia pedagógica; ademais, o item educação alocou-se no terceiro lugar na classificação das necessidades de melhoramentos.

Citamos trechos das entrevistas:

P. istudô lá por dois anos e num aprendeu muita coisa não. Divia ser mió, ter mais empenho, mais dedicação. A professora só escrevia as coisas no quadro pra eles copiar no caderno, e pronto. Precisa realmente miorá... fazer coisa diferente, pegar mais no pé pra ensinar mió... (ENT-18).

[...]

Pricisa miorá a educação na escola, porque aqui na zona rural, o papel do professor é essencial para insinar as crianças a ler e escrever, porque muitos pais *num* conseguem puxar para si esta parte, de acompanhar as lições dos filhos, e a senhora sabe porquê... [Uma alusão a diversos pais que são analfabetos]. (ENT-4).

[...]

A lida é difícil e os estudos de muitos de nós é bem *poquim*, não tenho como ajudar os meninos... a responsabilidade do professor é bem mais grande... às veiz fico com dó, mas fazê o quê? O jeito é ir tocando como dá. Quando puder, mando pra Manaus, vê se lá aprende mais... (ENT-16).

[...]

Bem que a gente queria os filhos bem insinados, mas nós não temos como mandar eles pra Manaus, pra estudar *mió*, então o jeito é aguentar por aqui mesmo. Quando terminam os estudos daqui, ou o jeito é deixar eles ir *simbora*, ou então esquecer de continuar os estudos... (ENT-13).

Na obra de Abramovay “Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios” (1998, p. 33), foi constatado o índice de 72,20% nos padrões sucessórios consolidados na região sul do país, porque os filhos estudam na localidade em que residem, se apropriam de conhecimentos para darem prosseguimento à obra dos pais, formam novas famílias e permanecem nos seus locais de origem, não migrando para outras regiões.

Estes dados divergem da realidade da comunidade Amazônica, pois tão logo se torne possível enviar os filhos a Manaus, para aprofundar os estudos, o êxodo rural dos jovens do PA Tarumã Mirim ocorre continuamente¹¹.

11 Maiores detalhes no artigo publicado no periódico Revista das Relações Sociais (REVES –UFV) –“O processo civilizador e as configurações cegas no projeto de assentamento tarumã mirim”. Disponível em: : <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/3126/0>



Figura 8 – Escola Municipal Neusa dos Santos Ribeiro, no Ramal do Pau Rosa

Fonte: Pesquisa de campo

Esse fato também foi citado por Matos (2015, p. 50), “Hoje, filho ou filha de pescador, agricultor, piabeiro, seringueiro não seguem mais a formação dos pais, agora se tornam, entre outras profissões, professores” instigando a migração dos jovens para outros municípios, conclui Matos.

Nesse contexto, pergunto-me o que será desta comunidade daqui a 20, 30 ou 40 anos. Quem irá adubar a terra, plantar e colher? Escavar os tanques e criar peixes? Os anciãos já terão falecido, e os jovens já serão adultos que, se alcançarem o almejado, não retornarão ao seu ambiente de origem.

Com a existência da diversidade de famílias assentadas no Tarumã Mirim, não estaria em tempo de propiciar melhores condições para a continuidade de estudo aos jovens, preparando-os inclusive em cursos de nível superior, para formar engenheiros agrônomos, de pesca, técnicos agropecuários etc.? Ganhariam a sociedade e o Estado, evitando o êxodo rural, e ganhariam as famílias, pela sucessão na propriedade rural.

Nessa perspectiva o Tarumã Mirim vai “envelhecendo”, porque os jovens migram para Manaus, em busca de melhores estudos ou trabalho, ficando os adultos, que vão envelhecendo, os velhos morrendo, e o assentamento instigando a questionamentos sobre o que ocorrerá no futuro. Quem irá cultivar a terra, plantar e colher futuramente?¹²

3.2.4 O Elo entre dois brasis

O item “cursos de capacitações”, classificado em quarto lugar, nos intrigou. Ora, conhecimento nos dá ideia de otimização, produtividade. Então? Por que não foi citado

12 Maiores detalhes no artigo publicado no periódico Boletim Informativo Unimotrisaude em Sociogerontologia –BIUS (UFAM) –“Apego, afeto e territorialidade: Elos entre o idoso e seu ambiente”. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/BIUS/article/view/2876>

como uma das primeiras necessidades no assentamento?

As técnicas agrícolas estão se renovando, se atualizando, inúmeras pesquisas estão constantemente sendo divulgadas, inclusive em programas de TV aberta, em programas rurais... Os cursos ofertados são gratuitos... Há oferta dessa modalidade... Por que não aproveitam? Esses questionamentos nos intrigavam.

Para uma melhor assimilação desse quesito, acompanhei os técnicos do IDESAM em seus trabalhos de campo dentro do projeto de assentamento Tarumã Mirim, em diversas comunidades, para o cadastramento ao Fomento Mulher, e também para orientação e treinamento ao manuseio de gaiola chocadeira, dentre outras orientações técnicas.

Nessa trajetória pude observar que eles (os técnicos) poderiam ser as interligações entre os dois brasis ou mesmo a interseção entre instituição e assentados. Eles fazem “a ponte” entre assentado e Estado quando executam o cadastramento, quando elaboram projetos, quando ofertam conhecimentos e técnicas.

Porém nem tudo se desenvolve como o apropriado ou como o planejado, conforme informações do gerente do programa de Manejo Florestal do IDESAM em 2016:

- As adesões são poucas, porque há diversas dificuldades. Nem sempre o líder da comunidade tem contato com o assentado [ou morador] para informar do evento, porque nem todos possuem telefone rural; os lotes são distantes entre si, dificultando também a comunicação; o acesso a alguns deles é tremendamente precário, que não é possível o acesso veicular; alguns não querem largar seus afazeres no lote pra ir se capacitar, e por aí vai... Há a resistência dos mais idosos em mudarem suas técnicas de produção... Os jovens, que naturalmente são mais acessíveis a novas técnicas, inovações, são presenças raras. Já foram embora, estão estudando ou trabalhando em Manaus. Os que ficam são pais, avós, e, para muitos, é difícil mudar suas técnicas de trabalho. Alegam: “A vida inteira do meu pai criou galinha de um jeito, e sempre deu certo, por que vou mudar?”; ou então: “Minha família sempre plantou mandioca assim, vou mudar pra quê?” e outras justificativas... “O que vou aprender com esses garotos? Minha experiência é muito maior que a deles...”. Tem tudo isso. Nem sempre é fácil aceitar “o novo”, “o diferente”, mesmo para assimilar melhores técnicas para o manuseio mais produtivo (Falas do gerente do IDESAM, 2016).

Há ainda outros parâmetros que inibem as participações nos cursos de capacitação, conforme detectamos quando das tabulações, e mesmo nas observações dos dados pesquisados: as formas irregulares (sem autorização do INCRA) em que se encontram muitos moradores, conforme eles me esclareceu o um dos técnicos do IDESAM que eu acompanhava naquele momento:

- Quem não tem o documento da terra não é oficialmente assentado, não podem fazer projetos para pegar recursos subsidiados do governo. Para muitos que são assentados, também não o fazem, instigados pela própria desesperança. Dizem: “já fiz um monte de projetos e não saiu o recurso, então por que fazer de novo? Vou me virando como posso”. Por isso há poucas adesões (Falas do técnico do IDESAM, 2016).

Os técnicos esclareciam às assentadas, naquele momento em que eu os acompanhava, que estavam fazendo somente um cadastro prévio para o programa Fomento Mulher, mas nada ainda era definitivo sobre a liberação de verbas para subsidiar o projeto. Contudo, os sonhos daquelas mulheres teimavam em emergir, através dos seus risos, palavras e

olhares, mesmo sendo aquele somente o início de um demorado desenrolar de liberação de subsídios (se ocorresse).

São esses momentos singelos em que a esperança se torna quase tangível, sobressaindo-se além do cuidado dos técnicos em sempre esclarecerem: “Calma, por enquanto são só cadastramentos...”, que a emoção transcende a realidade, nos mostrando que os sonhos também são constituintes do que impulsiona os seres humanos, na sua composição entre projetos, perspectivas e possibilidades.

Cito fragmentos da fala de três assentadas de uma comunidade no final do Ramal da Cooperativa, no Tarumã Mirim, às margens do Rio Negro, quando do momento do cadastramento. É válido esclarecer que nas referidas visitas, os técnicos verificavam in loco a área em que seria aplicado o recurso, caso viesse a ocorrer a liberação do crédito. Nesses momentos eles já passavam instruções superficiais, mas pertinentes, sobre a execução do projeto em que elas estavam pleiteando:

- Filho, quando o dinheiro sair, nós *vamo* construir aqui um galinheiro bem legal. *Vamo tê ovo* pra vender, pintos, e até mermo umas galinhazinhas. Nossa vida vai miorá daqui pra frente, *cum* a força do Nosso Senhor Jesus Cristo. É só a gente se agarrá na fé que Ele acode a gente” (1ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

[...]

- Oia, *véio* (esposo), *vamo* prantá açáí, andiroba, e mandioca¹³. *Vamo* tê nosso pezinho de meia. *Vamo* fazer do jeito qui o dotô aqui tá dizendo, qui vai dá certo, *cum* fé em Deus. Aí a gente sai desse aperreio danado. A gente só num pode é discuidá do *qui* ele tá insinuando pra nós (2ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

[...]

- Esses *mininos* são nossa salvação dona (dirigindo-se a mim). Eles *istão* sempre *insinuando* pra gente umas coisas qui a gente ia morrê de véia e num sabia, cumo por exemplo *num prantá* só uma coisa. Essa coisa *di rodízo*. Aconsêia a gente a misturá as prantação pra *num* dá praga. Eles trais pra nós num é só informação não, eles trais também isperança. E disso a gente precisa *dimais* aqui no assentamento, sabia? (5ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

O treinamento para o manuseio da chocadeira em gaiola ocorreu no momento da reunião dos assentados na associação do Pau Rosa, por ser o momento mais adequado de reunir os assentados. Desse treinamento percebi mais uma vez o cuidado profissional com que esses técnicos transmitiam seus conhecimentos àqueles interessados nessa forma de ampliar os galinhames no assentamento.

O que podemos definir do trabalho do IDESAM? Eles representam o elo que possibilita a junção dos dois brasis paralelos, ao proporcionar a interligação entre teoria e prática, entre o Brasil Ideal e o Brasil Real.

13 Observei o técnico orientar pacientemente às mulheres que o plantio consorciado evita a manifestação de pragas, o que é comum nas monoculturas.

Mas para que utopia e realidade estabeleçam essa vinculação, ainda há uma longa trajetória entre dotação orçamentária, vontade política e assentamentos para assentados (e não para moradores irregulares), além de determinação dos beneficiários em se capacitarem, para que o elaborado nas teorias se torne possível na execução do trabalho na terra.

Lembrei-me, e comentei com os técnicos, sobre uma fala do seu José Cândido, mencionada no Seminário Agroecológico da UFAM, ocorrido em dezembro/2015: “Quando o campo não planta, a cidade não janta”.

Essa fala nos remete ao ciclo da terra, principalmente ao da terra amazonense, do Tarumã Mirim, que precisa sofrer correções, investimentos, para nela se produzir, e para tal o próprio assentado necessita nela residir, para obter os subsídios governamentais, e conseqüentemente há a necessidade de técnicas e verbas disponíveis, para fechar o ciclo produtivo da terra.

Porém há que plantar não somente manivas, sementes ou tubérculos, mas igualmente possibilidades, para que o “homem do campo” seja também o “homem da esperança”, por haver oportunidades variadas e capacidades produtivas, seja na terra, seja na água, seja no imaginário que produz realizações e sustentabilidade.

3.2.5 O sonho dos subsídios

Na análise do quinto (e último) item das necessidades na comunidade Afatam, um paradoxo necessita ser esclarecido: os subsídios governamentais alcançaram a última classificação, não por serem um dado presente, que supra a necessidade no tocante às assistências financeiras na agricultura familiar.

Ao analisarmos a Tabela 1, somente 5 entrevistados, dentre os 70, mencionaram os subsídios como necessidade prioritária, bem como na Tabela 2 também não houve destaque primacial.

Em busca das devidas confirmações entre teoria e prática no trabalho de campo, nas observações participantes dentro do assentamento Tarumã Mirim, presenciei lançamentos de projetos governamentais, tais como: Pró-mecanização, Pró-calcário e Pró-safra 2015 e 2016.

Em meio aos 70 entrevistados, acompanhei seus esforços para se beneficiarem dos fomentos e créditos habitacionais, disponibilizados pelas instituições. Mesmo sendo assentados (regularizados junto ao INCRA), residindo no lote, tais como ENT-1, ENT-3, ENT-4, ENT-5, ENT-18, ENT-29, ENT-33, ENT-36, ENT-40, ENT-42, ENT-53, ENT-54, ENT-60, surgiram entraves que descaracterizaram os preconizados por lei, em desacerto entre Estado e assentado.

Esclarecemos que, no tocante aos subsídios para a agricultura familiar, os descontos beneficiam o assentado entre 40% e 85%, sendo, portanto, um crédito muito atraente, a

exemplificar: para o plano Pró-mecanização, com subsídios de 85%, o produtor pagará apenas 15%, parcelado, a uma taxa de 3,00% a.a., pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM). Ao analisar esses números, o plano mais parece um sonho surreal, porém somente 30% (21 entrevistados dentre os 70) já utilizaram os devidos subsídios, apesar de muito atraentes.

A comunidade Afatam, tal qual muitas outras comunidades no projeto de assentamento Tarumã Mirim, possui uma característica peculiar que a inviabiliza para a obtenção desses recursos subsidiados, sob quatro aspectos, os quais merecem uma análise detalhada:

1º) os “assentados do lazer”, que comparecem à propriedade somente aos finais de semana, para o usufruto do seu lazer. Esses, mesmo possuindo a posse legal da terra, concedido diretamente pelo INCRA, é impossibilitado de utilizar os subsídios, porque não residem no assentamento. Os projetos elaborados e aprovados possuem acompanhamento técnico, não sendo, obviamente, disponibilizado recursos a quem no lote comparece somente para visitas esporádicas;

2º) aos moradores assíduos dos lotes, sem a concessão cedida pelo INCRA, que possuem somente o “contrato de gaveta”, também são vedados os recursos¹⁴; devido a forma irregular em que se encontra na propriedade rural. Ao analisarmos sob outro ponto de vista, verificamos que a maioria dos beneficiários (diretos ou indiretos) é formada por assentados, correspondendo a 60%; vale ressaltar, porém, que em um assentamento rural todos deveriam ser assentados, e não somente “a maioria”;

3º) a falta de disponibilidade dos recursos (falta de dotação orçamentária). Conforme explanado pelo entrevistado no IDAM, não há recursos suficientes para todos que os procuram;

4º) as restrições em nome dos interessados. Para muitos assentados, devidamente regularizados, residindo na propriedade, possuindo práticas adequadas ao manejo, mesmo assim não consegue utilizar os benefícios, porque estão “com o nome sujo”, devido a débitos não quitados em outras esferas.

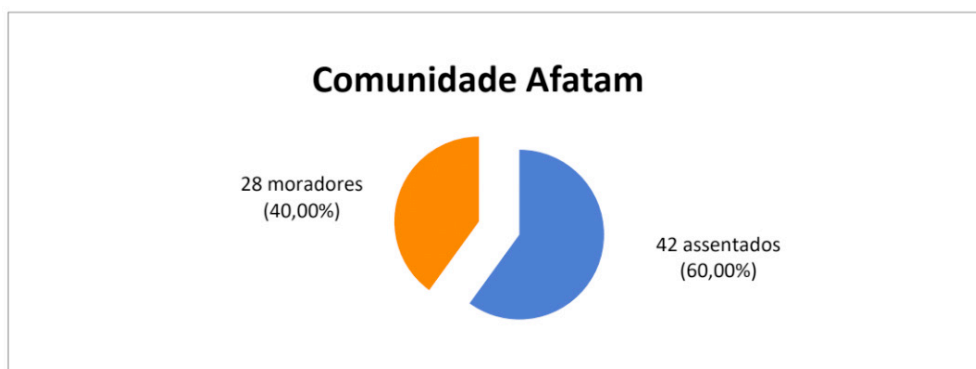


Gráfico 2 – Proporcionalidade entre assentados e moradores na comunidade Afatam

Fonte: Pesquisa de campo

14 Em 2019, ao atualizar os dados para esta obra, verifiquei junto ao IDAM sobre esse quesito “não possuidor da posse da terra”, e fui informada que, havendo Contrato de Comodato devidamente registrado em cartório, concedido pelo proprietário a um comodante, cedendo o direito de usufruto da terra, alguns projetos já seriam aprovados.

Selecionamos alguns depoimentos de entrevistados que nunca utilizaram verbas de subsídios para suas produções, mesmo adequando-se aos padrões exigidos (regularmente assentado; reside na propriedade; possui conhecimentos adequados ao manejo; não possui restrições):

- *Num perdo* mais tempo de *ir atrais* de recurso não. Nunca tem verba pra *nóis*, *intão* me viro da forma que dá. Já cansei de tentar. A gente broca, dirruba e quando vai atrais de dinheiro pra mecanizá a área, cadê! *Num* tem dinheiro pra gente. Com isso a gente perde o tempo de tá prantando do jeito que dá, e ainda fica nervoso; (ENT-5).

[...]

- *Nóis* precisa do dinheiro é logo, mas a gente vai lá e num tem, dizem pra *isperá*. Que talvez ano que vem já tem mais dinheiro pra atender projeto. Mas cumo *isperá*? *Nóis* tem que produzir logo, sinão num tem jeito. *Nóis* vive do que cultiva. Se *num prantá*, num come. Se *num cumê*, morre. Aí fica enrolado; (ENT-40).

[...]

- *Num podemo* preparar uma parte da terra e parar, esperando surgir recursos, senão o que já fizemos se perde com o tempo. É preparar e produzir logo... Por isto que nem corro mais atrás. Ao invés de perder tempo correndo atrás do que não plantei, prefiro ficar cuidando das minhas coisas por aqui mesmo; (ENT-42).

[...]

- Na minha piscicultura, não posso conseguir os alevinos e esperar recursos do governo pra escavar mais tanques, nem posso escavar os tanques e ficar esperar recursos pra compra de alevinos. Não posso [...] esperar recursos federais pra comprar as rações pros peixes, senão eles morrem de fome. Uma coisa é ligada à outra, e demanda agilidade, que é o que não temos quando precisamos de recursos “do lado de lá”... (ENT-50, aspas nossas).

[...]

- *Inté* que é interessante. Ia fazer a gente produzir mais. Mas acontece que é muita complicação, é muita procura pra pouco dinheiro, é briga de cachorro grande. A gente se enche de esperança, de sonho, de projeto, e quando chega a hora, cadê! Num tem verba. E os sonhos da gente vai por água abaixo... (ENT-61).

[...]

- Meu processo no INCRA faz tempo *qui tá parado*, aguardando concluir. E até agora nada! A gente fica até inseguro em fazer qualquer obra maior aqui, porque num sabe se essa terra vem pra *nóis* mesmo ou não. Toda vez que a gente vai lá [no INCRA] dizem *qui tá tudo parado*... *Intão num* tenho nem como fazer projeto nem nada. Num sô dono da terra! (ENT-11).

E o problema acerca da não utilização dos subsídios conta com mais um entrave na sua trajetória entre “criar” e “efetivar” a disponibilização do recurso, que são as justificativas citadas nos órgãos governamentais, conforme me esclareceu o engenheiro ambiental do IDAM, entrevistado em 2016:

- Há muitas dificuldades enfrentadas no tocante à disponibilização de verbas: Não há verba disponível para todos que nos procuram. São muitos e os recursos são finitos, têm as inadequações de muitos agricultores ou piscicultores com relação à documentação, desconhecimento de manejo para o projeto proposto, alto índice de inadimplência em outros projetos, etc. (Engenheiro do IDAM, 2016).

Nessa entrevista com o engenheiro, mais um fator também foi comentado, que inviabiliza a liberação de subsídios: o acesso ao lote. Às vezes há verba, o assentado possui toda documentação, não há restrições em seu nome, possui o conhecimento e a prática do manejo, porém, o lote é sem acesso a maquinários essenciais para a execução do projeto.

Explicou-me ele que todos os parâmetros são analisados, inclusive a possibilidade de os maquinários entrarem na propriedade, mecanizar o solo, etc. Há muitos lotes que necessitaria de pontes para um acesso adequado, e não possuem. Utilizam-se frágeis pontes de madeira, construídas pelos próprios assentados, que não suportariam ao peso de um trator, uma esteira, etc.

E a função do IDAM não é construir pontes, abrir estradas, possibilitar a acessibilidade, e sim elaborar projetos, capacitar agricultores, orientar, ampliar conhecimentos, então, as esperanças chocam-se com a dura realidade apresentada, e as distâncias entre os brasis se tornam constantemente mais aparentes.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Por todos esses problemas levantados: insuficiência de verbas; assentados inadequados; inadimplência de diversos assentados junto aos bancos advinda de acordos subsidiados anteriormente e não quitados ou em outras esferas; assentados (regularizados) que não residem na propriedade; inacessibilidade ao lote, etc. Todos os problemas relatados não derivam somente dos órgãos institucionais, mas também advêm das diversas inadequações pelo lado dos assentados.

Porém, independentemente “de quem seja a culpa”, os fatos analisados ampliam cada vez mais a distância entre esses dois brasis. O Brasil Ideal, bem desenhado, articulado, normatizado, e o Brasil Real, impregnado de desilusões, vãs esperanças, e também de “jeitinho brasileiro”, em que o “jeitinho” se transforma em muletas, a capengar a agricultura familiar, que deveria ser de subsistência e produtiva, e não de apoio precário, porque enquanto uns trabalham a terra, procurando transformar o Tarumã Mirim em um assentamento produtivo, outros interferem nesse objetivo.

É válido esclarecer que, quando um assentamento apresenta bom desenvolvimento, boa produtividade, há melhores investimentos em estradas, para escoar as produções, mais atenções capacitadoras, mais possibilidades de projetos, mais os “olhos dos governantes” enxergam aquele assentamento, porque é de âmbito geral aceitável o Estado investir mais naqueles assentamentos que produzem mais.

A FACE OCULTA DO TARUMÃ MIRIM

O homem moderno não se esconde, pelo contrário, se torna constantemente visível, e por consequência, plenamente individualizado. O formato panóptico de exercer o poder prescreve a cada um seu lugar. Um poder onipresente e onisciente subdivide e distribui cada um de acordo com o que lhe pertence, suas capacidades, sua história, sua origem. Um homem não é um elemento isolado, porque ao seu redor há o semelhante, há a tecnologia, há a sociedade, na qual ele se insere, como indivíduo socializado. Essa socialização o remete ao olhar hierárquico, obedecendo a sanções normatizadoras, seguindo padrões civilizatórios, através de comandos psicológicos internos ou sociais, a inserir o indivíduo numa teia de regulações. O poder é capaz de, mais que reprimir ou corrigir, produzir (Rolim, 2014), construir formas diferenciadas de vigilância, disciplina, precaução, que, mesmo em sua individualidade, o insere em um contexto global, social.

Nesse contexto, Foucault (2013, p. 191) analisou esse poder de forma sucinta, remetendo-o ao Panóptico, que é uma máquina que transmuta o processo de vigilância para uma relação de poder e submissão: poder na torre, submissão no anel, em um sincronismo de relações, de vigiar, de sentir-se vigiado, de se autovigiar, porque pela percepção, ele nunca estará sozinho.¹

A genealogia do poder surgiu no pensamento de Foucault a partir da década de 1970, principalmente com a publicação de *Vigiar e Punir* e da *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, complementando o projeto da arqueologia do saber. O que despertou o interesse de Foucault foi o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre poder e saber.

As questões relativas aos mecanismos de poder analisados por Foucault a partir do “objeto homem” nos despertaram singular interesse quando procuramos entender os mecanismos do poder, que tramitam entre os suplícios corporais à concepção do “não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível” (FOUCAULT, 2013 p. 16), onde corpos são “invasivamente tocados”, porém tornam-se dóceis, através da submissão de um lado, e demonstração de poder de outro. Até onde essa demonstração de poder pode avançar, e essa submissão permitir?

A relação poder/submissão foi percebida quando da coleta de dados no projeto

¹ Mais detalhes no artigo publicado no periódico *Golden Research Thoughts* – “O panoptismo exercido pelo INCRA nos assentamentos rurais, analisados pela teoria foucaultiana”. Disponível em: <http://oldgrt.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=8595>

de assentamento Tarumã Mirim, porém, o que despertou maior inquietação e surpresa foram as formas veladas em que os “submissos” invertem a condição de “obedientes”, por possuir o poder de “camuflar”, criando formas veladas para disfarçar situações que o desenquadrariam da formatação de agricultor familiar, dentro de um projeto de assentamento gerido pelo INCRA.

Este capítulo pretende compreender as concepções do corpo, através de um sistema vigilante, ao interligar o poder panóptico inserido nas concepções de vigiar/sentir-se vigiado, na relação de poder emanado do INCRA, por um lado, e pelos assentados do projeto de assentamento Tarumã Mirim, por outro lado, em uma formatação em que aquele procura demonstrar uma relação de gestor/orientador/vigiador, enquanto este, em contrapartida, procura demonstrar adequação às normas emanadas daquele, mesmo não se adequando aos padrões exigidos.

4.1 O PANÓPTICO NA VISÃO FOCALTIANA

O Panóptico é um sistema de dissociar o par “ver - ser visto”: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver. Na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto (FOUCAULT, 2013 p. 191). Este é o modelo panóptico, figura arquitetural idealizada por Jeremy Bentham², que organiza unidades espaciais que permitem ver, emitir a ordem da vigilância, e ainda inculcar nos vigiados a armadilha da própria vigilância.

Isso despertou a curiosidade de Foucault, que observou esse modelo citado, e o assimilou também às estruturas sociais como a família, a escola, a prisão, o exército, os grupos de amigos, propiciando sistemas vigilantes. Foucault chamou este modelo disciplinar de arquipélago carcerário, determinando que nós, como corpo social, migramos constantemente entre prisões: na família, na escola, no clube, no trabalho, no hospital, no assentamento, na prisão, etc., processando-se constantemente o treinamento minucioso do controle paralelo formando o indivíduo cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças exercidas sobre a mente dos indivíduos.

² Jeremy Bentham (1748-1832) foi um filósofo inglês e jurista teórico que chefiou um grupo de filósofos radicais, conhecidos como “utilitaristas” que pregavam reformas políticas e sociais, entre elas uma nova Constituição para o país. Fonte: https://www.ebiografia.com/jeremy_bentham/



Figura 9 – Figura arquitetônica do Panóptico

Fonte: https://www.google.com.br/search?q=torre+pan%C3%B3ptica&hl=pt-BR&sxsrf=ALeKk03siPVdcqXVsOFRd_8n pK5yKRmMKA:1586549153180&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjlm8aV1N7oAhWLDrkGHR7SDXgQ_AUoAXoECA0QAw&biw=1366&bih=576#imgrc=g8WU71_e4L-pSM

Nesse contexto, podemos analisar o Panóptico como um sistema normatizador e disciplinador. Através das interferências constantes de eventos externos:

a) os alunos podem focar melhor nos estudos, porque um único vigilante (o professor), vigia-os e eles sabem-se vigiados;

b) os trabalhadores concentram-se melhor no trabalho, sem os grupinhos paralelos que poderão lhes propiciar vazão para manifestações, porque os patrões, supervisores, gerentes, os mantém sob vigilância;

c) os presos não se revoltam (geralmente), porque sabem-se constantemente vigiados, apesar de nem sempre verem os executores da vigilância;

d) os pacientes se tornam mais dóceis e obedientes, porque sentem-se velados, acompanhados por seus médicos, etc.

O Panóptico permite aperfeiçoar o exercício do poder, utilizando-se de “mecanismos de manipulação”, onde o vigiado executa a própria ação de vigiar-se, por achar que está sendo vigiado, mantendo os observados num ambiente de incerteza sobre a presença concreta daquele. Essa incerteza resultaria em eficiência e economia no controle dos subalternos, pois tendo invadida a sua privacidade de modo alternado, furtivo, incerto, ele mesmo se vigia (PINTO, 2010), através da certeza da obviedade dos seus atos, na vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência, formando uma teia que fortalece a disciplina (FOUCAULT, 2013 p.235).

Esse processo propicia reduzir o número daqueles que “oficialmente” representa o vigiador, ao mesmo tempo que multiplica o número daqueles que são vigiados. Sua força maior representa a não intervenção visível, agindo sem ruídos ou visibilidades declaradamente aparentes, exercendo esse “poder de ver” em todas as dependências onde exerce o seu domínio.

Mesmo quando não há realmente quem esteja vigiando, o controle é exercido, porque a percepção de que está havendo a vigilância faz com que as pessoas que se encontram em posição de vigiadas, os fazem também portadoras do ato de se autovigiar.

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detendo um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; [...]. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente. Por isso Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 2013 p.191).

Esse poder intrínseco, e esse processo reverso (de reverter o vigiado em vigiador) personifica o panóptico, ocorrendo porque o essencial é que eles se saibam vigiados. Foucault (2013), ao analisar as técnicas de controle na sociedade, ressalta: “Para ser eficiente, o panóptico deve ser ‘visível’ e ‘inverificável’; pois, mesmo o indivíduo sabendo que não está sendo observado, mas poderá o ser a qualquer momento, não sabendo exatamente “em que momento”, isto também exerce um poder de controle hierárquico, que o torna executor e executado, vigiador e vigiado.

As instituições panópticas são fáceis de manipular, porque utilizam princípios básicos de correção e adestramento junto aos vigiados. É uma forma de poder, de hierarquia, que assegura a sua execução, a sua economia, a sua eficácia e o seu funcionamento.

A base desta arquitetura institucional é o exame contínuo e as causas dos desvios. O sujeito torna-se culpado (ou “burro”, ou louco, ou doente) até prova (exame) em contrário. Em todos os dispositivos de disciplina, o exame, então, tem de ser altamente ritualizado.

Esse processo faz com que o indivíduo fique, e sinta-se, em observação constante, e curiosamente, esse processo se torna espontâneo... com a intermitência do fato, o ato de se autovigiar também se torna automático, estando ou não sendo efetivamente vigiado.

O panóptico proporciona, em tese, portanto, um aumento da eficácia de todas as instituições sociais nas quais se possa e se queria impor determinados padrões de comportamento para um grande número de indivíduos, onde Foucault conceitua como um diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal.

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho ordenado, o escolar à aplicação, o doente à observância das

receitas (FOUCAULT, 2013).

4.1.1 Poder e corpo dócil

Foucault (2013, p.132-134) cita que houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder, porque ele [o corpo] está diretamente mergulhado num campo político. As relações de poder têm alcance imediato sobre ele: elas o investem, o marcam, o dirigem, obrigam-no a cerimônias (p.28), porque onde há o crime, a lei o alcança, através do seu poder de punir.

Estando ele preso em um sistema de sujeição, a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado, transformando-o em um corpo submisso (p.29), permitindo um controle minucioso das operações do corpo, realizando uma sujeição constante, impondo-lhe uma relação de docilidade, denominado de disciplina, pela qual potencializam as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência), em uma sujeição estrita pela coerção disciplinar.

Quanto mais o corpo se sujeita à obediência, mais ele torna-se rentável no que concerne à disciplina. Essa submissão remete a um corpo que é dócil, manipulável, que se modela, capaz de ser treinado, que obedece e também se torna hábil.

O corpo é dócil porque pode ser submetido, transformado e aperfeiçoado, permitindo o controle minucioso das operações do corpo, que realiza a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2013 p.133), aceitando instruções que o direciona a uma disciplina que comanda e controla.

É manipulável porque se deixa “convencer”, guiado por interesses ou forças de poder, onde a hierarquia determina o corpo que comanda e o corpo comandado, formando uma política das coerções em uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (Foucault, 2013 p.133), transformando-se também em um corpo modelável pela sua capacidade de adaptar-se a ambientes adversos, a situações distintas, dependendo da necessidade, da submissão, da ocasião e da coerção.

Consequentemente um corpo pode também ser obediente, em razão de posições de hierarquia, onde quem detém o poder detém também a voz de comando e quem não o detém cabe a si a posição subalterna de obediência humilde. Essa obediência vem das relações médico/paciente; diretor/presidiário, professor/aluno, nas operações do corpo sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência (patrões/empregados); de posições de jogos de poder, onde eventualmente obedece-se, guiados por interesses múltiplos; podem também, por questões de sobrevivência, transformar-se em uma obediência forçada, onde as forças de poder se anulam ou se invertem, e o corpo que

antes detinha o poder torna-se um corpo dócil e obediente, até que o momento desse jogo de poder finde.

Um corpo pode se tornar hábil, porque as suas aptidões natas, pelo processo de treinamento constante e pelos atos repetitivos ou por técnicas, aumentam a sua destreza, moldando-o. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2013), nos reforçando a ideia de que um corpo multiplica suas forças quando utiliza todos os recursos disponíveis para dele usufruir de toda sua capacidade.

No interior de um dispositivo disciplinar, todas as atividades são rigorosamente controladas, vigiadas e bem determinadas em função do tempo, impondo a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e rapidez.

4.2 O INCRA E A PERCEPÇÃO PANÓPTICA

O poder não existe isoladamente, pois depende de ações, práticas ou relações de poder que se disseminam por todo corpo social. "Não é algo que se possa dividir entre aqueles que possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não possuem e lhe são submetidos", pois ele deve ser analisado como algo que só funciona em cadeia, pois nunca está localizado somente aqui ou com este.

Individualiza-se o indivíduo, não para torná-lo único, mas para melhor analisá-lo e controlá-lo, transformá-lo em "matéria" conhecida, para melhor exercer o poder por meio do controle. Este controle é exercido por meio da visibilidade, isto é, vigiando os indivíduos é possível mantê-los dominados pela ameaça da punição (FOUCAULT, 2013), pois toda forma de saber produz poder. Dividir, classificar, conhecer cada célula social para governar.

Aplicando-se essa teoria focaltiana no contexto assentamentos rurais, esse processo permite a redução daquele que representa o vigiador, (exemplo: o INCRA), ao mesmo tempo que multiplica o número daqueles que são vigiados (os assentados), mesmo em desigualdade numérica (comparemos os executores da vigilância com a quantidade de assentados). Sua força maior representa a não intervenção visível, agindo sem ruídos ou visibilidades declaradamente aparentes, exercendo esse "poder de ver" em todas as dependências onde exerce o seu domínio, ou seja, mesmo o INCRA centralizado na zona urbana, o seu poder alcança a zona rural, dentro do assentamento ao qual ele é o gestor.

Analisando-se esse aspecto do vigiar e do "achar-se vigiado", pode-se assim determinar que esse poder, mesmo não sendo em um sentido arquitetônico, insere nos assentados a percepção de que o seus lotes se submeterão, esporadicamente (não se sabe se amanhã, no próximo mês ou no próximo ano) ao processo vigilante, fazendo com que os assentados se reprimam, se policiem, e tornem-se corpos obedientes, observando

os ditames da lei (ou fingindo observar).

Estando os assentados presos num sistema de sujeição, a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado, transformando-o em um corpo submisso (Foucault, 2013 p. 29), permitindo um controle minucioso das operações do corpo, realizando uma sujeição constante, impondo-lhe uma relação de docilidade, denominado de disciplina e obediência.

4.2.1 Manipulando a vigilância

O projeto de assentamento Tarumã Mirim, conforme já mencionado, por ser próximo à Manaus, propicia a utilização de alguns sítios somente para o lazer de final de semana, e não para a produtividade, permanecendo a terra sem beneficiamento. Porém, em observância às normatizações do INCRA, a terra é para tornar-se produtiva, gerar produtos para comercialização, ou, no mínimo, para subsistência própria.

Em diversas situações no meu trabalho de campo me foram relatados expedientes tanto quanto curiosos, para driblar essa “obediência”, tal qual o ENT-32 que comparece ao lote somente esporadicamente (geralmente 3 a 4 vezes ao ano, conforme me informaram o mediador da pesquisa (ENT-35) e os ENT-1; ENT-2; DIV-3, para trocar as roupas que ele deixa estendidas no varal, e para verificar se o rádio ainda funciona, no sentido de “demarcar território”, pois, se o INCRA, nas raras visitas de inspeção, passar pelo seu lote, “imaginará” que alguém lá reside, por haver ruídos na casa e roupas no varal.

Em outra residência em que visitei, após concluir as cinco tentativas e não localizar o proprietário, mesmo percebendo ruídos pela casa, questionei os membros da associação sobre o fato, onde eles me responderam: “É mais um “do rádio”. Ruído tem, mas morador não! O rádio dele também fica ligado dia e noite, pra dá um indicativo de que tem gente morando lá”.

Em outros lotes visitados, classificados pela associação como “sítios do lazer”, percebi roçados em volta da casa, e também questionei o porquê de nunca localizar o assentado em sua residência, e me esclareceram: “Muitos dos “assentados do lazer” pagam mão-de-obra para limpar em volta, pra casa não ficar com aspecto de abandonado”. ENT-2, presidente anterior da associação por oito anos (dois mandatos consecutivos) deu-me também mais outras explicações:

- Aqui há o: “assentado do varal”, “assentados do rádio”, “assentados das folhas secas”, “assentados do R.G.”, “assentado da mandioca”, e tantos outros casos, que vou mencionar somente alguns... Eles usam a criatividade para driblar as fiscalizações. Querem a terra, mas não produzem nada nela, mas, como dizem: “comprei e paguei, as terras são minhas”. Mas eles sabem que é proibido comprar na clandestinidade as terras, porque elas pertencem à União, mas fazem os “contratos e gaveta”, compram, pagam, e usufruem, ou então só deixam largados, vindo só de vez em quando pra ver como tá. (Falas da ENT-2, intermediadora na pesquisa).

- Alguns procuram plantar umas coisinhas aqui e ali, geralmente nas cercanias do acesso, a fim de demonstrar que tem plantação, que o lote não tá abandonado, que tão cuidando da terra. Se somar, o que tem plantado não dá nem para subsistência. É só uma forma de driblar. Procuram plantar em início das chuvaradas, como por exemplo o açaí, a pupunha, alguns pezinhos de abacaxi, umas manivas de mandioca, essas coisas que não depende de cuidados ou adubos constantes para desenvolver. Só pra tá lá. Só pra dizer! (Falas da ENT-2, intermediadora na pesquisa).

- Quando o “zunzum” corre que o INCRÁ tá fazendo visitas, há alguns deles que levam de outras localidades folhas secas, já em processo de decomposição, para que os “roçados de imediato” não sejam características constantes, porque eles sabem que o INCRA observa se há somente desmate recente, e não que seja um processo contínuo. É assim que eles driblam a fiscalização, demonstrando que estão cuidando da terra, mas na realidade só comparecem nos finais de semana, ou de vez em quando, pra tomar banho e relaxar (Falas da ENT-2, intermediadora na pesquisa).

- Tem outros que nem planta nada, mas tem um roçadinho visível, como se fosse preparar o solo pra plantar. Tá sempre roçado, mas não passa disso. É um “preparar sem fim”. Só quem mora aqui mesmo sabe que nunca vai ser plantado nada ali, mas essa maquiagem não é preparada pra gente, é pra demonstrar pro INCRA que tem a pretensão de cultivar. (Falas da ENT-2, intermediadora na pesquisa).

- Outra coisa engraçada, pra não dizer triste, é que tem muita gente aqui que comprou o lote de quem realmente era assentado, por causa do igarapé. Pra vir curtir o lazer nos fins de semana. Mas tem ali guardadinho cópia do documento do antigo dono, e tudo na “ponta da língua”. Se pintar inspeção, diz que fulano (o antigo dono), foi pra Manaus fazer umas compras e que ele (atual morador) é somente visita. Isso é tão comum! E assim os dribles vão... vem... (Falas da ENT-2, intermediadora na pesquisa).

Questionei algumas vezes sobre a responsabilidade (jurídica e moral) dos representantes da associação, ao saber e permitir tais situações. Esclarecimentos se tornavam necessários, para um melhor entendimento no tocante ao fato, onde fui esclarecida sobre a “lei do silêncio”, que impera não somente na comunidade pesquisada, mas por boa parte do assentamento, desde onde eles têm conhecimento dos fatos, conforme palavras da ENT-2 e reconfirmado pelo ENT-35.

- Por mais que a gente não goste, nós amamos o nosso pescoço. Já fomos ameaçados, aberta ou veladamente, sobre o “mal da língua grande”. Se denunciar vem o “troco”. Olha, quem compra sitio só pro lazer costuma ter mais condições financeiras do que aquele que depende da terra pra plantar e colher. A asa do poder é maior. A gente tem receio de denunciar e haver represálias. Aí vamos deixando, fechando os olhos pra muita coisa. ... (Falas do ENT-35, colaborador e intermediador na pesquisa).

E todos permanecem sob a égide da espera das fiscalizações: uns temendo, outros em expectativa, pois muitos processos legais e incompletos de assentamento dependem da vistoria para finalizar a apropriação da terra prometida. E assim o panóptico continua pairando no assentamento.

Mesmo quando não há realmente quem esteja vigiando, há a “sensação” da vigilância, e desse fato alguns “ditos assentados” se utilizam de subterfúgios para “driblar” os vigiadores, mesmo um e outro não sendo elementos presentes no campo de atuação: nem o vigiador, nem o vigiado.

Outro fato comumente observado nos assentamentos rurais, onde as regras normatizadoras são transgredidas, são as ocorrências de compra e venda dos lotes através dos “contratos de gaveta” (40% nos entrevistados (28 entre os 70) são moradores e não assentados), fato relevante e de ocorrência corriqueiras, bem como os “sítios do lazer”, instigados por variáveis que vão desde “a impossibilidade de sobreviver com o que a terra possibilita cultivar”, até pela inacessibilidade ao lote para mecanizar.

Porém, não é função do INCRA “assombrar” o assentado, e nem é uma das obrigações do assentado sentir-se amedrontado, porque, quando um e outro cumprem o seu papel social, institucional, pessoal, o preconizado é que se tornem “parceiros” e não inimigos instigados sob a égide do medo e do poder dominante.

Mas a cultura do medo não se restringe somente às condições entre morar ou não morar no assentamento, e nem fazer com que os assentados se reprimam, se policiem, utilizem-se de subterfúgios de prepostos (caseiros), mesmo não sendo permitido, conforme Instrução Normativa 71, p. 8.

Observando-se essas configurações de vigilância pelo aspecto panóptico de Foucault (2013), constata-se que mesmo o ambiente não se apresentando em forma de anel, de torre, (mesmo porque as dimensões geográficas não o possibilitariam), os assentados encontram-se envolvidos pelo panoptismo. Para permanecerem assentados, sem o risco de perderem seus lotes, eles convivem com as percepções de serem vigiados, mesmo em sendo homens livres, transformando o processo de visibilidade (sensitiva) ampliado.

As celas (simbolicamente representadas nesse aspecto) são os seus conhecimentos norteadores daquilo que podem ou não fazer, dos espaços que podem desmatar, do curso d’água que possam desviar para seus criatórios, do roçado que “não podem” queimar, submetendo-se assim aos sistemas de vigilância inquisitivos, remetendo-os ao panoptismo, de serem vigiados e, conseqüentemente autovigiando-se, através dos cuidados em não transporem as normatizações estipuladas pelo processo de assentamento do INCRA ou outros órgãos institucionais.

Observamos que esse processo cria mecanismos disciplinares em que não faz necessário recorrer pela força para obriga-los a não desmatarem, não queimarem, respeitar as normas ambientais, habitarem-se em seus lotes, etc. cumprindo as normas estipuladas, porque eles sabem-se constantemente vigiados, ocorrendo ou não o ato da vigilância, onde poucos vigiam muitos, todos se autovigiam, através da sensação de estarem sendo vigiados.

O INCRA representa um diagrama de poder, exercido sobre os assentados, e esses convivem com as normatizações daquilo que podem ou não fazer, da necessidade de demonstrar que o lote é produtivo, ou pelo menos para produção de subsistência. Relações essa de medo-poder, onde percebi esse processo, entre o dito e no não dito, nas observações ao longo das 70 entrevistas com os assentados na área pesquisada.

Em diversos momentos tornou-se necessário o esclarecimento “não sou fiscal de nada. Essa entrevista é sigilosa, somente o resultado final aparecerá na pesquisa. Nomes ou números de lotes não serão citados”, porque em muitos entrevistados percebi o receio em conversar livremente, por encontrarem-se inadequados no que preconiza as normatizações que regem os assentamentos rurais. Recorria aos esclarecimentos no intuito de tranquilizar o pretense candidato a ser entrevistado, para deixar espaço mais livre para construir relações, ouvir e perguntar coisas que não seriam ditas ao representante do INCRA.

Nessa relação, foram detectados forte grau de panoptismo, a envolvê-los sistematicamente, demonstrando inclusive um distanciamento entre assentados, moradores e instituições governamentais, porque incapacidades produtivas foram detectadas (mas não cabe nesse contexto essa discussão), instigando muitos ao uso dos seus lotes somente para o lazer.

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As peculiaridades detectadas poderiam ser amenizadas, se existissem menos burocracias e mais acessibilidades aos incentivos à agricultura familiar. Outra vertente que poderia ser explorada no Tarumã Mirim seria a migração para projetos turísticos para usufruir daquilo que de melhor o Tarumã Mirim oferece: proximidade à Manaus, abundância de águas, fauna e flora exuberantes, porém essa vertente será abordada em outra obra, complementar a essa ou à anterior já publicada³.

Sabemos que assentamentos possuem a prerrogativa essencial para incrementar o cultivo, criatório ou extrativismo, porém o Tarumã Mirim possui as suas especificidades, as suas peculiaridades, que caberia nesse contexto as exceções a serem aplicadas, visando um bem maior.

Somente assim haveria mais produtividade, mais recursos, mais qualidade de vida, menos “jeitinho brasileiro” e, conseqüentemente, maiores satisfações e realizações entre todos, não sendo necessário um impor, e outro se amedrontar, por não estarem adequados nos parâmetros definidos por lei.

Ademais, se os assentados e moradores não incorressem em uma proibição para encobrir uma não permissão, nos vieses das instruções normativas; não negaceassem os ditames da lei; se as relações de poder fossem amenizadas pelo diálogo e por construções dialógicas, mediatizando soluções, nas adequações reais amazônicas e, mais aproximadamente, às condições ecológicas do assentamento, o panoptismo estaria inadequado nesse contexto, não sendo necessário a existência da “face oculta”, a esconder-se do INCRA, por um vigiar e punir, e outro disfarçar e esconder-se.

3 Etnografia Criativa: Insumo primário entre pesquisa e emoção no projeto de assentamento Tarumã Mirim-AM.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises entre esses dois brasis, vivenciados por mais de nove meses, percebemos as disparidades entre o Brasil Ideal (elaborado nas leis, projetos e instruções normativas) e o Brasil Real (vivenciado nos assentamentos rurais), formando abismos que os separam, quando na verdade deveriam se complementar. Entre um e outro há um vácuo entre teoria e prática, em que a caneta e a enxada se antagonizam, ao invés de se tornarem complementares.

O aprofundamento após o resultado dessas análises nos possibilitou conhecermos o “outro viés” de um assentamento rural, formando elos entre os dois brasis, que constituem o “Brasil brasileiro”, com seus entraves, burocracias, mas também o Brasil do “jeitinho brasileiro”, que a tudo tenta consertar (ou maquiar), com a esperteza do malandro e o atraso das concepções inadequadas.

Não alegamos que seja culpa das instituições ou do agricultor, mas deduzimos que todo o sistema merece um olhar mais apurado, fora dos gabinetes ou das redes que embalam, porque nortear e acompanhar estão além da assinatura em um decreto, e produzir está além do plantio de um canteiro de cebola.

Concluimos que, apesar das diversificações de leis, decretos, normatizações, as lacunas existentes entre as instituições governamentais e os sujeitos da pesquisa são aparentes. As promessas dos planos governamentais e os entraves burocráticos formam um universo paralelo com os assentados. Esse universo paralelo teima em manter-se afastado do foco principal, que são os assentamentos rurais, apesar de tantas teorias existentes e tantos lotes destinados para tal.

O adequado seria que em algum momento esses paralelos se curvassem e se interligassem, deslançando-se em resultados positivos, para que teoria e prática se juntassem, de forma harmônica, para a obtenção de resultados satisfatórios, que, neste parâmetro, se resumiriam em uma única palavra: produtividade.

As inadequações, no entanto, não surgem somente do lado institucional. Por seu lado, os assentados utilizam-se de subterfúgios, tais como “contratos de gaveta”, prepostos (caseiros), ou situações curiosas, para demarcar território, incorrendo-se em proibições, negaceando os ditames da lei.

O INCRA representa um diagrama de poder, exercido sobre os assentados, e esses convivem com as normatizações daquilo que podem ou não fazer; dos espaços que podem desmatar; do curso d'água que podem desviar para seus criatórios de peixes; do roçado que “não podem” queimar; da necessidade de demonstrar que o lote é produtivo ou pelo menos para produção de subsistência.

São relações de medo-poder, nas quais percebi esse processo entre o dito e o não dito, nas observações ao longo das 70 entrevistas com os assentados na área pesquisada.

Porém não é função do INCRA “assombrar” o assentado, nem é uma das obrigações do assentado sentir-se amedrontado, pois, quando um e outro cumprem o seu papel social, institucional, pessoal, o preconizado é que se tornem “parceiros”, e não inimigos instigados sob a égide do medo e do poder dominante.

Mas a cultura do medo não se restringe às condições entre morar ou não morar no assentamento, nem fazer com que os assentados mutuamente se reprimam, se policiem, utilizem-se de subterfúgios. Caso as normatizações se fixem somente no âmbito de “fiscalizar”, os aspectos deficitários permanecerão, e os problemas sociais nos assentamentos tenderão a perpetuar-se.

Para que o Tarumã Mirim expanda seu processo produtivo, se adequando à sua realidade peculiar, sugerimos:

a) um acompanhamento mais condizente às necessidades agrárias, olhando o agricultor familiar como parceiro, acompanhando sistematicamente o desenvolver produtivo, com apoio orientador e financeiro;

b) sugerimos um melhor preparo aos representantes das cooperativas e associações, no intento de melhores orientações pertinentes aos dirigentes, mostrando-lhes vertentes que poderiam melhorar a vida daqueles que eles estão a representar, quais planos governamentais estão em ação, destinados ao homem do campo, que programas poderão ser adequados àquele momento e àquela produtividade, naquele espaço geográfico. Muitos planos governamentais vão e vêm, e o agricultor nem toma conhecimento, e esse deveria ser o papel da associação: repassar aos seus representados as oportunidades existentes. Nesse contexto, as instituições deveriam aproximar-se mais adequadamente das associações, porque a praticidade da intermediação entre assentado-associação-Estado otimizaria melhor as vertentes informativas;

c) outra sugestão pertinente seria investir em sistemas educacionais voltados ao conhecimento agrário, dentro do próprio assentamento, com possibilidades a instigar os jovens no processo sucessório da terra, para eles darem continuidade à produtividade na terra familiar, evitando-se o seu êxodo rural, ofertando-lhes possibilidades de um futuro mais promissor na terra em que cresceram e se tornaram adultos;

d) regularização da terra àqueles que lá residem, visto que, em diversas constatações, há moradores de longa data residindo no assentamento, porém ainda não de forma regulamentar, aguardando a fiscalização do INCRA para finalizar o processo da apropriação. Alguns lotes aguardam há anos a regularização, e os processos permanecem “parados” nas vertentes burocráticas;

e) também propiciar liberações definitivas de muitos assentados que já cumpriram as cláusulas resolutivas previstas, visto que o título definitivo da terra permite inclusive a busca por Crédito Rural diretamente entre agricultor e Banco, independente de planos subsidiados. Essas burocracias e demoras vem a agravar mais ainda as situações críticas apontadas nesta obra. Salientando mais uma vez que, quando o assentado está

regularizado na terra, melhores condições a ele para incrementar a produtividade e da terra tirar o sustento seu e de sua família;

f) criar assentamentos e instalar o homem na unidade agrícola não é somente “jogar o homem na terra”: é orientar, cuidar, instruir, disponibilizar possibilidades, fomentar perspectivas, é sair “de trás” das escrivatinhas e partir a campo, mas para tal, tem que “ir à campo”. É atender bem quando os interessados buscam orientações nos órgãos públicos, é fazer um acompanhamento condizente às suas solicitações. Possibilitar um diálogo acessível entre assentados e INCRA, demonstrando que parceria é dialogar, instruir e se instruir, informar, cuidar e sentir-se cuidado, porque produtividade depende de uma cadeia de relacionamentos, para plantar, colher, escoar, vender e reiniciar o ciclo produtivo, em uma interação tripartite entre assentado-associação-órgão gestor.;

g) incrementar projetos que incentivem ao marketing ecológico e sustentável no Tarumã Mirim, por possuir a matéria prima essencial: água, natureza exuberante, proximidade à Manaus⁴. Algumas instituições podem alegar: “É uma formatação que desvirtua as possibilidades da agricultura familiar”, porém será mais uma vertente trabalhada (o turismo de cercania, ecológico, que não desmata nem queima). É um nicho comercial, que está “bem aí”, aguardando para ser explorado. Para tal, as instituições poderão disponibilizar não somente recursos financeiros, mas também planejamento, capacitação, orientações para os assentados tornarem os seus lotes “aconchegantes” e “convidativos” para visitas turísticas, tendo como maior atrativo a natureza exuberante, as águas límpidas, o ar despoluído, a fauna e a flora dando as boas-vindas aos visitantes. Para administrar o lazer como mercadoria, demanda sutileza; para o cultivo à terra, demanda correções do solo, investimentos e insumos. Em qualquer âmbito, é necessário enxergar um cipó, um tronco de madeira, o chilrear dos pássaros, as curvas do leito dos igarapés, mais do que uma minúscula particularidade da natureza, mas como elemento primordial a instigar a renovação das emoções daqueles que transformam seu espaço em mercadorias, a ofertar àqueles que os procuram um “pacote” composto por prazer, relaxamento, deleite, ofertados aos moradores de Manaus ou adjacências, e “cultivados” pelos assentados que possuem a benesse de água abundante a singrar sua propriedade, envoltas ainda em uma natureza verde e sã.

Turismo ou cultivo incentivarão a subsistência na terra, porque, em ambos, a natureza preservada é a maior riqueza existente no Tarumã Mirim, como uma mina aguardando ser explorada, aguardando somente um “olhar comercial”, porque os elementos essenciais estão à disposição tanto do Estado quanto do assentado.

Do ponto de vista institucional, os assentamentos devem desenvolver o cultivo da agricultura familiar, porém, devido a diversos entraves (terra fraca, dificuldades de subsídios), bem como facilidades com as negociações dos lotes (contratos de gaveta), o

4 Projeto em elaboração, para compor a 3ª obra do quesito Tarumã Mirim, originado da Dissertação do Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, a Universidade Federal do Amazonas –UFAM.

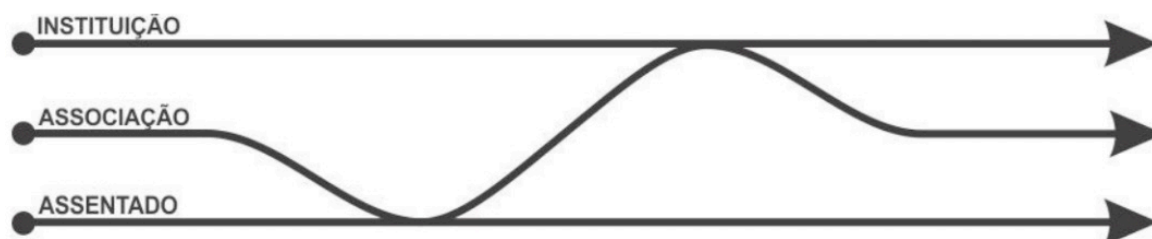
fato incrementa a ideia de passar o lote adiante, ganhar algum dinheiro com isto e voltar para o urbano. Isto sim desvirtua as características de um assentamento rural.

Do ponto de vista da realidade vivenciada, as desesperanças apontadas no decorrer desta obra instigam os assentados a desacreditarem no Estado, porque sentem-se abandonados ou preteridos, gerando insatisfações ou desencantos, e do ponto de vista institucional o assentamento Tarumã Mirim ainda se encontra no “engatinhar” produtivo.

Porém migramos da utopia para o desejo que as linhas paralelas que regem no assentamento Tarumã Mirim saiam da condição de linhas imaginárias, se entrecruzem entre si, intermediados por suas representatividades, na dialógica em uma conversa interativa.

Caminhos para a interação: No diálogo, enquanto um se expressar o outro ouvir, num respeito mútuo entre aquele que gesta e orienta (INCRA/Estado), aquele que os representa (associações) e aquele que se beneficia da terra (assentado), falarem a “mesma língua” – que é produtividade, o PA Tarumã Mirim interligará os dois brasis.

E nesse “diálogo”, a intermediação entra o “leva e traz” da informação e do conhecimento advinda das associações propiciará essa conexão, transformando os brasis dos assentamentos em um único Brasil: o Brasil que nós queremos. Aquele que produz, traz riquezas e realizações.



ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: Desafios do novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. ISSN 1415-4765. Publicado em abr 1999. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0641.pdf Acesso em: 27 Mai 2014.

ALBUQUERQUE, E. B. C; MORAIS, A. G.; FERREIRA, A. T. B. **As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras?**. Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 38 p. 252-264. maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/05.pdf> >. Acesso em: 07 Set 2014.

ALVES, Adjair. **Treinando a observação participante: juventude, linguagem e cotidiano**. Recife: Ed. Universitária de UFPE, 2011.

AMAZONAS. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS). **Estratégia operacional**. Programa rural. Disponível em: <http://www.ads.am.gov.br/index.php/amazonas-rural> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (NEAPL). Cidade Pólo Tabatinga. **Plano de Desenvolvimento Preliminar: APL de produção de pescado**. Publicado em agosto 2008. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248265168.pdf. Acesso em: 12 mar 2016.

ANTUNES, C. **Vygotsky, quem diria?! Em minha sala de aula**. 8. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

ARAÚJO, Osni. Jornalismo Eclético. **Com o testemunho de assentados INCRA repassou Patrulha Mecanizada a Prefeitura de Manaus**. Disponível em: <http://osnyaraujo.blogspot.com/2011/04/com-o-testemunho-de-assentados-incra.html>. Acesso em: 13 nov 2015.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto Editora, 2008.

_____. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

_____. **A norma oculta: língua e poder na sociedade Brasileira**. 2. ed. São Paulo. Editora Parábola, 2003.

BAIARDI, Amílcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003.

BALDINO, José Maria; LOURES, Patrícia Marcelina Loures; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. A educação nas manifestações culturais populares religiosas: benzedores e a transmissão de saberes e "segredos". **Caminhos**. V. 13 n.2, jul/dez 2015. Doi <http://dx.doi.org/10.18224/cam.v13i2.42883> Disponível

em: <http://seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/view/388-400/2464>. Acesso em: 07 jan 20016.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Dossiê questão agrária**. Estud. av. vol.11 no.31 São Paulo Set./Dec. 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000300003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000300003&script=sci_arttext&tIng=pt>. Acesso em: 27 Mai 2014.

BEZERRA, Eron. **Amazônia, esse mundo à parte**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

BOURDIEU, P. (1996). **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRAGA, Rodrigo de Souza; RIBEIRO, Rita da Mata; BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Semestre. Enxada, suor e lágrimas: levantamento dos problemas sociais e econômicos do assentamento José Ribeiro da Silva, situado no município de Trombas – Goiás. **Revista Científica FacMais**, Volume. XII, Número 1. Abril. Ano 2018/1º Disponível em: <http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2018/06/9.-ENXADA-SUOR-E-L%C3%81GRIMAS-LEVANTAMENTO-DOS-PROBLEMAS-SOCIAIS-E-ECON%C3%94MICOS-DO-ASSENTAMENTO-JOS%C3%89-RIBEIRO-DA-SILVA-SITUADO-NO-MUNICIPIO-DE-TROMBAS-GOI%C3%81S.pdf>. Acesso em: 30 jan 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o **Programa Bolsa Família**, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de **educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** (PRONERA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 08 out de 2015.

_____. Decreto nº. 9.760, de 5 de Setembro de 1946. Dispõe sobre os **bens imóveis da União** e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760compilado.htm>. Acesso em: 27 Mai 2014.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **EMBRAPA no Brasil**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Acesso em 12 out 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/familia_censoagro2006_65.pdf. Acesso em: 25 Fev 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 1996**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm> Acesso em: 31 Mai 2015. Acesso em:

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM. **Serviço de assistência técnica, extensão rural e florestal**. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM. **Manual do Programa de regularização ambiental dos imóveis rurais do estado do Amazonas**. Disponível em: <http://www.ipaam.am.gov.br/arquivos/download/arqueditor/CAR/CARTILHA%20CAR.pdf>. Acesso em: 30 dez 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Assentamentos**. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 13 jun 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Cadastro Rural**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/certificado-de-cadastro-do-imovel-rural-ccir> > Acesso em: 23 Mar. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Censo Demográfico 2000 – Tabulação Avançada. Resultado Preliminares da Amostra**. Comunicação Social 08 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm>. Acesso em: 13 Out 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **É crime comercializar terra em assentamentos**. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/e-crime-vendercomprar-terra-em-assentamentos/>> Acesso em: 30 Mai 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Instrução Normativa 71**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/1251-instrucao-normativa-n71-17052012>. Acesso em: 22 nov 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Titulação de Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/titulacao-de-assentamentos>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim**. Manaus, 1999. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf>. Acesso em: 28 ago 2015.

_____. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia -INPA. **Orgulho da Amazônia. Estrutura organizacional e de pesquisa**. Disponível em: <<https://www.inpa.gov.br/sobre/historico2.php>> Acesso em: 23 mar 2014.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002). **Institui o Código Civil**. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Recuperado em 12, outubro, 2015) que institui o Código Civil.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o **Programa Bolsa Família**, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 25 mar 2014.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o **Estatuto da Terra** e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm Acesso em: 02 Abr 2015.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos **dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária**, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Ministério da saúde. **Caderno de Atenção Básica**. Brasília: 2001. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_06.pdf. Acesso em 21 mar 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov>.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, 1997. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf. Acesso em: 11 set 2015.

CAMARGO, M. R. R. M (org); SANTOS, V. C. C. (colab). **Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/zz66x/pdf/camargo-9788579831263.pdf>. Acesso em: 09 Set 2014.

CASTRO, Albejamere Pereira et al. **Tecnologias Sociais Ecológicas: Uma alternativa de segurança alimentar e geração de renda para agricultura familiar nas comunidades rurais amazônicas**. IN: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CASTRO, Albejamere Pereira; SANTIAGO, Jozane Lima (Org). *Agroecologia em Sociedades Amazônicas*. Manaus: Editora & Gráfica Moderna, 2015.

CASTRO, Lúcia de Fátima Correia; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Atividades Agrícolas no Assentamento Iracema (PI) e suas repercussões sobre o Meio Ambiente. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V. 8, N. 1, p. 65-73, Mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n1/a07v8n1.p df> Acesso em: 27 Mai 2014.

COSTA, Francimara Souza et al. **Práticas agroecológicas no sul do Amazonas: Fundamentos para o desenvolvimento sustentável da produção agrícola familiar**. IN: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CASTRO, Albejamere Pereira; SANTIAGO, Jozane Lima (Org). *Agroecologia em Sociedades Amazônicas*. Manaus: Editora & Gráfica Moderna, 2015.

D'Oliveira, Fernanda Moraes. **Prática e produção de texto**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, N. (2008). **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70.

ELIAS, N; DUNNING, E. (1992). **A busca da excitação**. Rio de Janeiro: Difel.

FERREIRA, S. P. A; DIAS, M. G. B. M. A escola e o ensino da leitura. **Revista Psicologia em estudo**. v. 7, n. 1, p. 39-49, p. 39-49. jan./jun. 2002 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a05.pdf> >. Acesso em: 07 Set 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões**. 41 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2013.

FREIRE, P e SHOR, I. **Medo e ousadia. O cotidiano do professor**. Coleção Educação e Comunicação, v.18 Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**: Um encontro com a pedagogia do oprimido. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992

_____. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, C. M. **A apropriação da linguagem escrita e o trabalho alfabetizador na escola**. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 157-175, p. 157-175. julho/ 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a07.pdf>>. Acesso em: 08 Set 2014.

GUANZIROLI, Carlos E. ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENOURT, Gilson. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAWATT, M. L. In: GONÇALVES, R. P.; LIMA, O. G; MOREIRA, E. V. **As políticas Públicas Educacionais visões críticas na atualidade**. EDUA, Manaus: 2010.

LEITE, Sergio et al. **Impacto dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo SP: Fundação Editora da Unesp, 2004.

LORIETI, Marcos Antônio. **Complexidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e formação de professores**. Notandum 23. Mai-Ago 2010. CEMOROC-Feusp/IJI-Universidade do Porto. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand23/P13a20.pdf>. Acesso em: 27 out 2015.

MACHADO, L. D. **O desafio ético da escrita**. Aceite em 20/04/ 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n1/v16n1a12.pdf>>. Acesso em: 07 Set 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANAUS. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável PDITS**. Publicado em: Abr 2011. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/AMAZONAS/PDITS_MUNICIPIO_DE_MANAUS.pdf. Acesso em: 22 mar 2020

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica**. Manaus: Valer/FAPEAM, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2014.

NICOLAIEWSKY, C; CORREA, J. **Escrita ortográfica e revisão de texto em braille: uma história de reconstrução de paradigmas sobre o aprender**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 75, p. 229-244, maio/ago. 2008. Pág 229-244. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a06.pdf>>. Acesso em 08 Set 2014.

NOGUEIRA, Ana Claudia Fernandes; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese. A Comunidade do Pau Rosa/ Amazonas e a Relação entre Natureza, Cultura e o Processo Saúde/Doença. Publicado em: **Saúde Soc. São Paulo**, v.19, n.1, p.22-34, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/03.pdf>. Acesso em: 15 abr 2016.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PINHEIRO, Jesus. **Maioria dos casos de câncer no Amazonas será em mulheres**. Disponível em: <https://www.laccam.org.br/maioria-dos-casos-de-cancer-no-amazonas-sera-em-mulheres/>. Acesso em: 10 mar 2020.

PINTO, Paulo Roberto Giardullo. O Panóptico: Foucault confirma Orwell. Postado em: 19/06/2010 **Revista Espaço Acadêmico**. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2010/06/19/o-panoptico-foucault-confirma-orwell/>>. Acesso em: 02 jun 2015.

PINTO, Willer Hermeto Almeida. CARVALHO, Albertino de Souza Carvalho. **Geoprocessamento aplicado a análise físico-territorial da área do Tarumã – AM**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3003-3009. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim. Manaus, 1999. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf> / marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf. Acesso em: 28 ago 2015.

RIBAS, João Batista Cintra. **O olhar**. In: RIBAS, João Batista Cintra; KEMP, Kênia; PASSADOR, Luiz Henrique; FERRARI, Marian Dias; GUERREIRO, Silas (org). *Antropos e Psique. O outro e sua subjetividade*. 9ª ed. São Paulo, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROLIM, Marcos. **Projeto de lei nº 1.352**, de 1999. Deputado Federal - PT(RS). Disponível em: <http://www.rolim.com.br/rein.htm>. Acesso em: 22 jul 2015.

SABOURIN, Eric. Que políticas públicas para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf> > Acesso em 27 Mai 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHIMITH, Cristiano Descovi; ALVES, João Victor Reis; FONSECA, Roberta Carolina Salgado. O desenvolvimento de ações socio-produtivas em associações de agricultura familiar na região amazônica. **Revista Administrativa**. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 11, Ed. Especial ENGEMA, p. 881-893, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331800167_O_desenvolvimento_de_acoes_socio-produtivas_em_associacoes_de_agricultura_familiar_na_regiao_amazonica. Acesso em: 12 mar 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Diego. Saúde e sociedade. O "Sonho de Rose": políticas de saúde pública em assentamentos rurais. vol. 15 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300006>. **Print version** ISSN 0104-1290 **On-line version** ISSN 1984-0470. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300006. Acesso em: 02 ago 2016.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. Brasília: Páginas & Letras, 2003.

TUPINAMBÁ, Maria José Ferreira. **Recepção da informação: A efetividade da comunicação institucional da EMBRAPA pelos agricultores familiares do assentamento Tarumã Mirim, na região metropolitana de Manaus**. Manaus: UFAM, 2013. 95 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

VIGOTSKY, L. S; LURIA, A.R; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12.ed. São Paulo: Ícone, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**. Homicídios e juventude no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf. Acesso em: 23 dez 2014.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SOBRE AS AUTORAS

ÁGUIDA MENESES VALADARES - Demétrio-nasceu em Babaçulândia, no estado do Tocantins, em 27 de outubro de 1960, porém reside há 20 anos em Manaus –AM. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas –UFAM (2017); Especialista em Docência do Ensino Superior -Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas –CIESA (2013); Bacharela em Ciências Contábeis -CIESA (2001); Escritora. Autora de registros em formato de artigos e livros abordando os temas: Dependência química; Sociologia, Assentamentos rurais; Agricultura familiar; Aspectos psicossociais; Culturas amazônicas. E-mail: agdademetrio@gmail.comLattes: <http://lattes.cnpq.br/1295311424092193>



RITA MARIA DOS SANTOS PUGA BARBOSA - Licenciada (UFAM), Doutora (UNICAMP) e Pós doutora (UFSC) em Educação Física; Mestre em Ciência de Alimentos (UFAM) e em Educação (UFAM); Técnica em Atletismo (UFAM); especialista em Administração Desportiva (UGF); Gerontóloga (SBGG); autora de registros em formato de artigos e livros abordando os temas: educação física gerontológica, imagem corporal, história da educação física, estilo de vida de adolescentes, educação física escolar, etnocultura física, futebol, atletismo, empreendedorismo e gestão administrativa na educação física, etnografia criativa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0745043216561756>E-mail: ritapuga@yahoo.com.br



ASSENTAMENTOS RURAIS E DOIS BRASIS BEM BRASILEIROS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO PA TARUMÃ MIRIM-AM

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ASSENTAMENTOS RURAIS E DOIS BRASIS BEM BRASILEIROS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO PA TARUMÃ MIRIM-AM

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 